

Thiago Soares de Oliveira

# Tradição, Gramática e Discurso

Campos dos Goytacazes



2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

O48t Oliveira, Thiago Soares de  
Tradição, Gramática e Discurso [recurso eletrônico] / Thiago Soares de  
Oliveira. — Campos dos Goytacazes, RJ: Essentia, 2022.

Livro eletrônico (144 p.)

Modo de acesso: World Wide Web: <<https://essentiaeditora.iff.edu.br/index.php/livros/issue/view/286>>

Inclui bibliografia.

ISBN 978-65-87500-26-3 (e-book)

1. Linguagem e línguas - Estudo e ensino. 2. Língua portuguesa - Gramática - Aspectos sociais. 3. Tradição oral. 4. Escrita. 5. Linguagem e cultura. 6. Língua portuguesa - Análise do discurso. I. Título.

CDD 407.2 23. ed.

Bibliotecário-Documentalista | Henrique Barreiros Alves | CRB-7/ 6326

**Essentia Editora**

Rua Coronel Walter Kramer, 357 - Pq. Santo Antônio  
Campos dos Goytacazes/RJ - CEP: 28080-565  
Tel: (22) 2737-5648 | [essentia@iff.edu.br](mailto:essentia@iff.edu.br)  
[www.essentiaeditora.iff.edu.br](http://www.essentiaeditora.iff.edu.br)

**Ministério da Educação**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense**

<b>Reitor</b>	Jefferson Manhães de Azevedo
<b>Pró-Reitor de Administração</b>	Guilherme Batista Gomes
<b>Pró-Reitora de Gestão de Pessoas</b>	Aline Naked Chalita Falquer
<b>Pró-Reitor de Ensino</b>	Carlos Artur Carvalho Arêas
<b>Pró-Reitora de Extensão, Cultura, Esporte e Diversidade</b>	Catia Cristina Brito Viana
<b>Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação</b>	José Augusto Ferreira da Silva
<b>Diretor de Pesquisa e Pós-Graduação</b>	Pedro de Azevedo Castelo Branco

**Conselho Editorial 2020-2022**

Anders Teixeira Gomes (IFF)  
Daniela Balduino de Souza Vieira (IFF)  
Danielly Cozer Aliprandi (IFF)  
Denise Rena Haddad (IFF)  
Eldo Campos (UFRJ)  
Erica Nascimento da Silva (IFF)  
Gunnar Glauco de Cunto Carelli Taets (UFRJ)  
Inez Barcellos de Andrade (IFF)  
José Augusto Ferreira da Silva (IFF)  
Kíssila da Conceição Ribeiro (IFF)  
Michele Siqueira Pessanha de Faria (IFF)  
Natalia Deus de Oliveira Crespo (IFF)  
Paula Aparecida Martins Borges Bastos (IFF)  
Pedro de Azevedo Castelo Branco (IFF)  
Raimundo Helio Lopes (IFF)  
Renato Barreto de Souza (IFF)  
Vicente de Paulo Santos Oliveira (IFF)  
Wagner da Silva Terra (IFF)

**Equipe Editorial**

**Editora Executiva**  
Daniela Balduino de Souza Vieira  
**Editor Científico**  
Jader Lugon Junior  
**Catalogação**  
Henrique Barreiros Alves  
**Revisão de língua portuguesa**  
Ana Lucia Monteiro Ramalho Poltronieri Martins  
**Revisão Final**  
Edson Carlos Nascimento  
**Capa**  
Matheus Ribeiro Peixoto Bastos  
**Projeto gráfico**  
Claudia Marcia Alves Ferreira  
Matheus Ribeiro Peixoto Bastos  
**Diagramação**  
Matheus Ribeiro Peixoto Bastos

# Sumário

<b>PREFÁCIO</b> .....	<b>4</b>
<b>CONSIDERAÇÕES INICIAIS</b> .....	<b>9</b>
<b>1 A ARQUEOLOGIA DA TRADIÇÃO GRAMATICAL</b> .....	<b>11</b>
<b>1.1 A epistemologia da arqueologia e da tradição</b> .....	<b>11</b>
1.1.1 O método arqueológico de Foucault.....	<b>11</b>
1.1.2 A interface arqueológica e a tradição gramatical.....	<b>16</b>
<b>1.2 O lugar da disciplina e da ciência na construção do saber</b> .....	<b>22</b>
1.2.1 A gramática como área do saber.....	<b>22</b>
1.2.2 Gramática: disciplina ou ciência?.....	<b>29</b>
<b>2 PRESSUPOSTOS HISTÓRICOS DA TRADIÇÃO</b> .....	<b>35</b>
<b>2.1 A língua latina: comparação entre sermo classicus e sermo vulgaris</b> .....	<b>35</b>
2.1.1 Da uniformidade anterior ao latim clássico .....	<b>35</b>
2.1.2 As modalidades em contraste: o clássico e o vulgar .....	<b>39</b>
<b>2.2 O português moderno e a constituição da sua gramática</b> .....	<b>45</b>
2.2.1 A gramática hoje: para que serve?.....	<b>45</b>
2.2.2 Uso, função social e tradição .....	<b>51</b>
<b>3 AS DICOTOMIAS TÍPICAS DA TRADIÇÃO GRAMATICAL</b> .....	<b>57</b>
<b>3.1 O discurso da correção e do erro</b> .....	<b>57</b>
3.1.1 Erro x acerto: dicotomia ultrapassada? .....	<b>57</b>
3.1.2 O preconceito decorrente da não relativização da norma-padrão. ....	<b>58</b>
<b>3.2 Os contrapontos entre a escrita e a oralidade</b> .....	<b>67</b>
3.2.1 Oralidade e escrita: preliminares e peculiaridades .....	<b>67</b>
3.2.2 A escrita na sociedade moderna: prestígio suposto .....	<b>72</b>
<b>4 A TRADIÇÃO NO PORTUGUÊS MODERNO</b> .....	<b>77</b>
<b>4.1 Formação discursiva, marcas de discurso e adesão à tradição: uma breve retomada</b> .....	<b>77</b>
<b>4.2 Os títulos</b> .....	<b>79</b>
<b>4.3 Os prefácios</b> .....	<b>84</b>
<b>4.4 A organização interna</b> .....	<b>115</b>
4.4.1 A abertura .....	<b>117</b>
4.4.2 O núcleo duro .....	<b>120</b>

4.4.3 O núcleo flexível .....	121
4.4.4 O núcleo misto .....	121
<b>4.5 Os exercícios .....</b>	<b>122</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>129</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>133</b>

# PREFÁCIO

---

Este é para mim um exercício complexo não só porque prefaciá-lo seja uma arte que anuncie admiração pelo autor da obra ou, ainda, demande uma pesquisa cuidadosa do texto que tenha suscitado louvor da parte de quem prefacia. Entendi que é isso e muito mais lendo uma definição de prefácio elaborada por Antoine Compagnon e inserida por Thiago Oliveira, no seu trabalho intitulado “TRADIÇÃO, GRAMÁTICA E DISCURSO”, derivado de tese de doutoramento. Tal definição capturou meus sentidos pelo tom belo e grave que esse professor francês registrou no seu livro *O Trabalho de Citação*. Ele assim caracteriza o prefácio como o “desenlace de uma história e liberação de um fantasma, ambos da escrita, ele marca a entrada do livro em um universo diferente, o da alienação, da publicação, da circulação: ele é desposseção, luto, separação”. Agora, imaginem!! Encontro-me justamente desenvolvendo esse “rito de desposseção”. Exatamente em nome de uma obra na qual foi semeada essa palavra.

Que honra e responsabilidade! Conheci Thiago, autor desta obra, numa Banca para exame de aula cuja finalidade era o ingresso como professor no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFF). Admirei-o desde então. Conhecimento demonstrado não só na fala, mas nas referências bibliográficas apresentadas. Fluência para um conteúdo considerado “árido” por alguns. Conteúdo gramatical. Firme e competentemente apresentado. Resultado em benefício de todos: aprovação e consequente entrada para o corpo docente do Curso de Letras daquele IFF no qual nos tornamos colegas de trabalho. Minha impressão daquele dia não se frustrou.

Hoje o público, mais largamente, pode atestar o caráter excelente do trabalho realizado pelo autor neste livro. No tripé desta obra, estão duas categorias as quais têm suscitado controvérsias: a tradição e a gramática. A outra categoria, o discurso, por sua vez, tem avançado e tomado lugar nas discussões textuais. E é exatamente com base na Análise do Discurso de linha francesa (AD) que o Professor Thiago promove uma reflexão densa sobre a tradição gramatical a partir de dois pressupostos: a formação discursiva, desenvolvida por Michel Foucault, e as marcas de discurso,

abordadas por Dominique Maingueneau. A discussão se mantém bem norteada por outros filósofos e linguistas que lhe emprestam a credibilidade necessária para o levantamento de alguns aspectos caros aos estudantes e apreciadores de um bom texto que, naturalmente, deve estar assentado numa estrutura gramatical competente em nome da comunicação.

O Prof. Thiago Oliveira inicia seu trabalho abordando a tradição gramatical com uma sofisticada e compreensível aproximação do método arqueológico proposto por Foucault e os estudos de tradição gramatical. Na “interface arqueológica e a tradição gramatical”, o leitor é convidado a refletir sobre a “carga pejorativa atribuída à noção de tradição”. Para tal discussão, são convocados os gramáticos e outros tantos linguistas e filósofos. A “Arqueologia da Tradição Gramatical” se completa com a atizadora pergunta: “Gramática: disciplina ou ciência?”.

O segundo capítulo revela, mais que todos, uma característica extremamente marcante desse professor: pesquisador da história da língua portuguesa. Aqui ele nos oferece um estrado no qual podemos encontrar questões históricas desde aquelas relacionadas ao indo-europeu; passando pelo latim, clássico e vulgar, até o português moderno & gramática seu uso e função hoje. Ao lado desse aspecto historiador, emerge o crítico, porquanto levanta discussões acerca do desenvolvimento da Linguística e da Sociolinguística e o papel dessas ciências ao lado da gramática normativa. Nesse mesmo capítulo, ele dedica uma seção em que são registrados oportuniíssimos pontos que suscitam uma reflexão instigante acerca do uso que se faz das gramáticas em salas de aula e fora delas.

A questão toma, no terceiro capítulo, um fôlego bastante visível no levantamento de um tópico polêmico que envolve os sociolinguistas e os gramáticos. Thiago Oliveira coloca “o dedo na ferida” provocada pela interseção entre a correção, o erro & o preconceito linguístico. Para esse debate entre as duas posturas teóricas, são trazidas algumas vozes contíguas ao aspecto gramatical e também outras ao sociolinguístico. É claro que não poderia faltar a exposição de fatos e contrapontos entre a oralidade e a escrita: uma aula de sobriedade discursiva, algo típico dos bons pesquisadores. Vale conferir!

Seguindo a proposta de Análise do Discurso, um estudo detalhado é empreendido em torno da formação discursiva, das marcas de discurso e adesão à tradição pelas gramáticas criteriosamente escolhidas em sua pesquisa. Ele elegeu os

(cinco) das mais conhecidas e prestigiadas: a *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa*, de Cegalla (2008), a *Gramática Metódica da Língua Portuguesa*, de Almeida (2005), a *Moderna Gramática Portuguesa*, de Bechara (2015), a *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, de Rocha Lima (2011), e a *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, de Cunha e Cintra (2016). Dentro desse propósito, os títulos, os prefácios e a organização interna de tais gramáticas são mapeados e competentemente analisados. Para este último tópico, as obras foram divididas em Núcleo Duro (fonética/fonologia, morfologia e sintaxe), Núcleo Flexível (semântica) e Núcleo Misto (demais partes dos compêndios e que os complementam). Ou seja, todas as seções integrantes dessas obras oferecem para o autor um espaço de análise oportuna que vai conduzindo o leitor além do “contorno abstrato da tradição” e o deixa aportar no solo concreto da gramática, mostrando os meandros do processo no campo das ciências da linguagem.

A relação entre a teoria e a prática volta a ser contemplada dentro das obras eleitas a partir dos exercícios que trazem. Nessa esteira, somente duas gramáticas se apresentam com exercícios cujas marcas discursivas acabam por ratificar o mecanismo tradicional. No entanto, o Prof. autor adverte que, “mesmo se aproximando na formação discursiva do pensamento tradicional, nem sempre as gramáticas partilham a mesma ordem do discurso”, ou seja, o próprio material de pesquisa aponta para a riqueza de encaminhamento do pensamento filosófico no que respeita à ordem gramatical.

Naquela altura da discussão, o escritor vai concluindo com uma lúcida avaliação ao tratar a ordem do discurso na concepção de Foucault “como a forma a partir da qual o discurso exerce a função de validar as regras de poder, de controle e de limitação nos diferentes grupos sociais e períodos históricos”. Diante disso, aponta a concepção das cinco obras analisadas, num convite à reflexão por parte do leitor no sentido das pretensões assinaladas em cada compêndio de normas.

Neste cuidadoso texto, Thiago Soares de Oliveira cumpre, magistralmente, a pesquisa da hipótese ora levantada, qual seja “a de que a formação discursiva em que se insere o discurso constante na obra de um gramático é o reflexo de uma série de regularidades que podem ser sistematizadas e categorizadas, revelando que, nem sempre, obras que partilham do mesmo objeto de estudo, como é o caso das gramáticas normativas, pertencem à mesma ordem discursiva”. Além disso, lança luz para o olhar daquele que atentamente deseja discutir sobre a questão da tradição gramatical e do

uso da gramática para lidar inteligentemente com o seu conteúdo, sabendo analisá-lo a fim de que esse exercício seja consciente e, oportunamente, proveitoso.

Campos dos Goytacazes, 03 de junho de 2019.

Vania Cristina Alexandrino Bernardo  
Doutora em Letras Vernáculas (UFF)

# CONSIDERAÇÕES INICIAIS

---

É comum que a tradição gramatical seja tratada pelos estudiosos da linguagem a partir de um matiz que a considera unicamente voltada à perpetuação de dogmas antigos que sobreviveram à passagem do tempo, não aderindo à revolução epistemológica que aponta para a diversidade não contemplada pela norma-padrão. Nesse ponto, trazemos um olhar que parte de uma perspectiva discursiva de tratamento dos assuntos referentes à tradição gramatical, aproveitando a gênese interdisciplinar da Análise do Discurso (AD) e utilizando com serventia analítica os alicerces teóricos e linguísticos em articulação com os pressupostos históricos.

Considerando que a AD é uma ciência que também partilha de preceitos da Linguística e da História, partimos dessas bases para dar forma ao conceito de tradição gramatical, para ponderar acerca da origem do pensamento tradicional e para discorrer sobre o discurso da correção e da norma, já que tais tópicos são demasiado correlatos à tradição gramatical. Além disso, é também, a partir de tais bases, que introduzimos uma fundamentação teórica prévia a fim de proceder, ao fim, à investigação de obras autodenominadas de gramáticas “normativas”, partindo da AD, como método, para entender como o texto significa e não apenas o que ele significa. Diante disso, a proposta que esboçamos neste livro baseia-se principalmente em análises qualitativas tecidas a partir do exame de marcas de discurso em compêndios de normas selecionados, na tentativa de comprovar ser possível demonstrar maior ou menor adesão dos discursos das obras à tradição gramatical.

Por pensarmos que, por vezes, tanto a noção de tradição quanto a de correção linguística são tratadas como um aspecto negativo do compêndio gramatical, buscamos, a partir da AD de linha francesa, a identificação dos elementos que apontem para o direcionamento de finalidade desses compêndios, com o fito de provar que, por trás das noções de tradição expostas e marcadas nas gramáticas, há uma finalidade e um direcionamento que podem ser demonstrados por meio da identificação das marcas de discurso presentes nas obras. Isso porque é notável a gama de compêndios intitulados gramáticas, cada qual com características e afiliações

---

teóricas próprias, assinadas por autores de épocas e intencionalidades acadêmicas e/ou didáticas distintas. O que queremos é dar destaque à existência de uma diversidade de discursos entre os gramáticos a partir da investigação das marcas que amparam os posicionamentos adotados em relação à tradição.

Entendendo assim, partimos do exame de gramáticas sob o viés discursivo, identificando as marcas do discurso tradicional, de modo que possamos fornecer ao professor subsídios pertinentes à avaliação dos livros a serem adotados a depender das pretensões educativas e do público-alvo que deles fará uso. Não se trata, a rigor, de uma escolha do docente em relação ao que a gramática pode oferecer em termos de conteúdo, pois já sabemos o que esperar de uma obra que se pretende normativa, mas de ampliar as possibilidades relativas a essa opção a partir da associação entre o direcionamento proposto pelo livro e a intencionalidade educativa do professor. Por isso mesmo é que analisamos as escolhas lexicais que supostamente poderiam configurar maior ou menor adesão à tradição, a organização do compêndio relativa à prioridade proporcional de conteúdos em comparação com a quantidade total de páginas e as questões propostas para a avaliação do aprendizado.

Na verdade, desenvolvemos essa análise a partir da observação dos títulos das obras, dos prefácios, da organização interna e dos exercícios, quando as gramáticas os apresentam. As obras selecionadas foram a *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa*, de Cegalla (2000/2008), a *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, de Cunha e Cintra (2016), a *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, de Rocha Lima (2011), a *Moderna Gramática da Língua Portuguesa*, de Bechara (2009/2015), e a *Gramática Metódica da Língua Portuguesa*, de Almeida (2005). Quanto aos critérios, consideramos o fato de as edições serem as últimas publicadas (até a escrita final deste livro<sup>1</sup>), a autodenominação de gramática normativa por parte dos compêndios e a notoriedade das obras na seara dos estudos gramaticais da Língua Portuguesa, o que se consubstancia no número de edições publicadas.

---

<sup>1</sup> A obra de Napoleão Mendes de Almeida não se encaixa neste quesito, pois utilizamos, para efeitos de análise, a 45.<sup>a</sup> edição, apesar de a última publicada ter sido a 46.<sup>a</sup>.



# A ARQUEOLOGIA DA TRADIÇÃO GRAMATICAL

## 1.1 A epistemologia da arqueologia e da tradição

### 1.1.1 O método arqueológico de Foucault

Em *A Arqueologia do Saber*, ao dedicar-se à explicação do método analítico empregado em suas obras anteriores<sup>1</sup>, elegendo a psiquiatria, a economia política e a história natural como pontos de partida, Foucault (2014) valeu-se de um instrumento de análise descritiva o qual “batizou” de arqueologia<sup>2</sup>, na busca por definir os “discursos, enquanto práticas que obedecem a regras” (FOUCAULT, 2014, p. 169).

Agindo como se descobrisse um domínio novo, o autor percebeu que a caracterização de uma disciplina tal como a História das Ideias seria bastante difícil, ainda que a ela se pudesse atribuir “a tarefa de penetrar as disciplinas existentes” (FOUCAULT, 2014, p. 167), descrevendo as continuidades obscuras e os retornos, “a reconstituição dos desenvolvimentos na forma linear da história” (FOUCAULT, 2014, p. 168). Na verdade, para o autor, havia diferenças sensíveis entre a História das Ideias e a análise arqueológica por ele pretendida. Resumimos tais distinções no Quadro 1.

---

<sup>1</sup> *História da Loucura na Idade Clássica* (1978), *O Nascimento da Clínica* (2006) e *As Palavras e as Coisas* (2007), de Michel Foucault.

<sup>2</sup> Decidimos pelo estudo da arqueologia, e não genealogia do discurso da tradição gramatical, porque entendemos, assim como Revel (2005, p. 17), que a utilização do termo arqueologia remete a uma “leitura ‘horizontal’ das discursividades”, enquanto a genealogia orienta-se por uma análise mais vertical das determinações históricas.

A História das Ideias Linguísticas	A arqueologia de Foucault
<b>A propósito da determinação de novidade</b>	
1. Trata-se de uma disciplina interpretativa que busca definir pensamentos, temas, “as obsessões que se ocultam ou se manifestam nos discursos” (p. 169).	1. Dirige-se aos discursos na qualidade de monumento, considerando-os como práticas que estão sujeitas a regras.
<b>A propósito da análise das contradições</b>	
2. Procura a transição que liga os discursos” ao que os precede, envolve ou segue” (p. 170). Preocupa-se com o momento de mudança do discurso, como é o caso do discurso não científico ao científico.	2. Pretende mostrar como o jogo das regras que os discursos utilizam é, de fato, irreduzível a qualquer outro. Trata-se de uma “análise diferencial das modalidades de discurso” (p. 170).
<b>A propósito das descrições comparativas</b>	
3. A obra por si só é objeto de interesse, um recorte pertinente, já que a História das Ideias busca “compreender o momento em que esta [a obra] se destacou no horizonte anônimo” (p. 170).	3. Não se preocupa com a descrição da obra, mas com a definição do tipo e das regras que perpassam a individualidade da obra, alcançando as práticas discursivas que a comandam.
<b>A propósito da demarcação das transformações</b>	
4. Procura a reconstituição do pensamento no momento em que o discurso foi proferido.	4. “É a descrição sistemática de um discurso-objeto” (p. 171).

### Quadro 1: A proposta arqueológica de Foucault

Fonte: Foucault (2014)

Percebemos, a partir do Quadro 1, elaborado com base na linearidade de Foucault (2014), que a análise pretendida pelo autor, ao propor a busca de um discurso implícito, interior, intrínseco, abandonando a simples interpretação da obra, mas imergindo nas sinuosidades discursivas próprias da descrição sistemática de um elemento híbrido, que é ao mesmo tempo considerado discurso e objeto, diferencia tal análise daquela preconizada pela História das Ideias Linguísticas, cuja preocupação parece se encerrar na investigação do processo de mudança

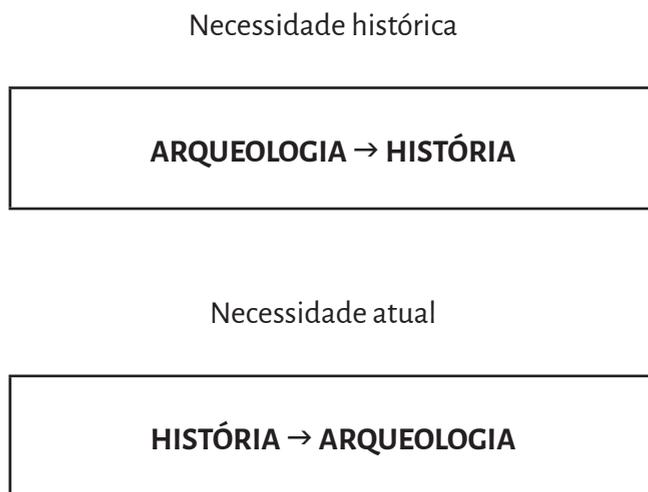
discursiva, ou seja, quando um discurso passa a outro, desenvolve-se marcado dentro de um percurso histórico.

Ainda que Foucault (2014) proponha distinções entre a arqueologia e a história, Revel (2005), estudiosa da obra do autor, esclarece que a articulação dos acontecimentos discursivos ocorre de forma inteiramente histórica, já que tem uma época de nascimento e uma possibilidade de desaparecimento. O método foucaultiano, ao que parece, incompatibiliza-se com a continuidade que reveste os estudos de caráter histórico, na medida em que “focaliza as práticas discursivas que constituem o saber de uma época a partir de enunciados efetivamente ditos e o funcionamento dos discursos”. Dessa forma, “o enunciado é apreendido como discurso e acontecimento, produzindo sentido a partir das relações que estabelece com outros enunciados e momentos enunciativos” (SARGENTINI, 2004, p. 90).

Partindo do entendimento de Revel (2005) e do posicionamento de Sargentini (2004), o método proposto por Foucault (2014) parece assaz coerente, já que o autor, ao considerar o discurso como práticas sujeitas a regras, não descarta o caráter histórico do discurso-objeto, ainda que sua prática discursiva penda à exclusão da análise puramente linguística dos fatos da língua. Aliás, consoante Charaudeau e Maingueneau (2012, p. 59), Foucault “toma o discurso como conjunto de fatos determinantes para uma história discursiva do pensamento”, o que não parece ser postura de quem desmerece ou rejeita por completo o fator histórico na prática interpretativa, mesmo não sendo este o foco da proposta arqueológica foucaultiana.

Buscando em Gregolin (2006) subsídios teóricos para entender o funcionamento que Foucault (2014) pretende dar a seu método, percebemos com maior clareza como o autor deixa em suspenso as categorias que, durante o tempo, mantêm uma ideia de continuidade, inclusive a tradição, tendo em vista a intenção de “apanhar o sentido do discurso em sua dimensão de acontecimento” (GREGOLIN, 2006, p. 86), despreocupando-se com o momento da mudança do discurso. Em outras palavras, como afirma Revel (2005, p. 16), “uma arqueologia não é uma ‘história’ na medida em que, como se trata de construir um campo histórico, Foucault opera com diferentes dimensões [...] a fim de obter as condições de emergência dos discursos de saber de uma dada época”.

Quando se fala em método arqueológico, nesse turno, entendemos que a descontinuidade proposta por Foucault (2014) nada impede a aproximação de abordagem entre seu método e os estudos de tradição gramatical, especialmente porque nesta também há um “outro discurso”, isto é, um discurso regido por normas a serem desvendadas. Além do mais, quando consideramos a relação entre a amplitude dessa tradição de pensamento sobre a linguagem humana e como o discurso é de fato produzido, notamos, conforme aponta o próprio Foucault (2014, p. 8), que a arqueologia “só tomava sentido pelo restabelecimento de um discurso histórico”. Na atualidade, contudo, parece haver uma inversão epistemológica que assinala a maior necessidade de investigação do funcionamento intrínseco das coisas, a qual pode ser explicitada na Figura 1.



**Figura 1: Inversão epistemológica**

Fonte: O Autor

Essa inversão epistemológica a que se refere a Figura 1 aponta para a troca de sentido a partir da qual se passa a buscar o conhecimento, já que “o método arqueológico tenta compreender a irrupção dos acontecimentos discursivos, investigando as condições (histórico-sociais) que possibilitaram o seu aparecimento” (GREGOLIN, 2006, p. 86). Enquanto, no passado, a arqueologia buscava na história bases para que

se fizesse possível, na atualidade ocorre o contrário: a história é que tem buscado na arqueologia o seu fazer científico. Ao tratar de acontecimento discursivo, o filósofo francês apresenta conceitos relacionados à descontinuidade e à ruptura, entendendo, a rigor, que a descontinuidade é contraditória, já que, ao proporcionar a partir do exterior uma dilapidação do pensamento, acaba por interferir no espaço interior reservado ao pensar, o qual, por sua vez, retorna à origem em uma ruptura frequente.

Afirma Sargentini (2004, p. 108) que, “concebido agora como prática discursiva, o discurso torna-se o conceito central da investigação arqueológica que o localiza precisamente entre a estrutura e o acontecimento”, ou seja, as regras da língua e aquilo que é efetivamente dito (escrito), respectivamente. É neste patamar que situamos a investigação por meio do método arqueológico: no campo conceitual da tradição gramatical, isto é, a tradição como princípio abstrato regido por regras, por acontecimentos discursivos sequenciais explicáveis no tempo.

Conforme destacam Charaudeau e Maingueneau (2012), quando se remete à arqueologia que comporta a descontinuidade e a ruptura, Foucault (2014) emprega a terminologia “arqueologia” fora do sentido habitual, aproximando-se da noção de arquivo, ou seja, “o sistema geral da formação e da transformação dos enunciados” (FOUCAULT, 2014, p. 159), o qual se concentra, de acordo com Revel (2005), em recortes históricos precisos, e não em um trajeto evolutivo dos saberes. De qualquer forma, o elemento histórico mostra-se presente no pensamento de Foucault, por mais que seja delimitado, recortado.

Com efeito, o discurso puro e simples não é considerado por si só um dado de relevância dentro do método arqueológico foucaultiano, a não ser como objeto híbrido, na forma de “discurso-objeto”, motivo pelo qual o estudo do discurso da tradição gramatical, por sua própria trajetória, torna-se inócuo ao método. Na verdade, Foucault (2013, p. 8) supõe “que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos”, ou seja, trata-se de uma remição ao postulado do sistema de regras observáveis, o qual interessa a Foucault e ao propósito deste livro.

Em analogia com a gramática, Dreyfus e Rabinow (1995, p. 92) explicam que tais regras que regem o discurso “são descritivas, apesar de parecerem comandar o comportamento linguístico, já que se alguém quer se fazer compreender deve a elas

se conformar. E isto não quer dizer que a reflexão ou a autoconsciência sigam as regras gramaticais” (*sic*). Nesse turno, “considerar o discurso como acontecimento significa abordá-lo na sua irrupção e no seu acaso, ou seja, despojá-lo de toda e qualquer referência a uma origem determinável ou a qualquer sistema de causalidade entre as palavras e as coisas” (SARGENTINI, 2004, p. 108).

No mais, logo que pensamos em entrelaçar algumas percepções foucaultianas ao estudo da tradição gramatical, não nos esquecemos, segundo Mattos e Silva (2014), do perfil histórico desta, que reforça padrões e predetermina usos modelares. Ora, se for possível esquadrihar as regras que dirigem os ditames da tradição, verificando a individualidade, o “outro discurso” que se acoberta sobre a gramática normativa (GN) como materialização da tradição e a irredutibilidade do jogo de regras, decerto será possível entender o modelo sobre o qual se organiza a tradição.

### 1.1.2 A interface arqueológica e a tradição gramatical

A discussão que permeia a expressão “tradição gramatical” é bastante fértil e complexa, cabendo, a princípio, uma abordagem a fim de que possamos entender os conceitos normalmente atribuídos a tal expressão, especialmente em relação à carga pejorativa atribuída à noção de tradição. É preciso, também, para fins analíticos mais consistentes, um estreitamento ponderativo propositado, na tentativa de dar à expressão em questão a devida e necessária contextualização no âmbito arqueológico e discursivo. Partindo da abordagem histórica a respeito da tradição gramatical ou gramática tradicional (doravante denominada GT), Borges Neto (2012, p. 89) explica que, por se tratar de uma teoria das línguas humanas, a GT “possui um conjunto de pressupostos que constituem o seu núcleo e alguns ‘modelos de análise’ que normalizam as formas a serem obedecidas pelas análises de línguas particulares (ou fenômenos particulares) efetuadas pelos gramáticos”. Isso significa que, inscritas em um quadro teórico específico, as análises gramaticais seguem determinados pressupostos para que sejam consideradas válidas.

Tais pressupostos, consoante Borges Neto (2012), os quais sustentam as classes de palavras, os processos morfológicos, além de outros mecanismos teóricos, têm

significado no interior da GT, ou seja, aí produzem sentido. Logo, quando a GT trabalha, por exemplo, com a noção de que a palavra é a unidade linguística e de que a oração é uma construção feita de palavras, por exemplo, cabe ao campo da sintaxe, um dos principais departamentos gramaticais, demonstrar como o pensamento veiculado na oração é o resultado da ordenação das ideias contidas nessas palavras.

Cavaliere (2012, p. 222) esclarece que, com o predomínio dos projetos sobre a língua oral no século XX, aos linguistas<sup>3</sup> passou a ser conferido o perfil da contemporaneidade, ao passo que aos filólogos<sup>4</sup>, “cuja formação erigiu-se nas bases epistemológicas do período científico, atribuíam-se o ônus do anacronismo que se manifestava sobretudo no pendor para os estudos diacrônicos e na análise linguística de fundamentação filológica”. Ocorre que há claro respaldo na História da Linguística acerca do reconhecimento de que “a linguística, como qualquer outra disciplina, constrói-se sobre o passado, não só desafiando e refutando doutrinas tradicionais, mas também desenvolvendo-as e reformulando-as” (LYONS, 2011, p. 28).

Ainda nesse viés explanativo, registramos que “hoje existe um renovado interesse pelo estudo da GT” (WEEDWOOD, 2002, p. 10), visto que as noções básicas encontradas em gramáticas antigas são recorrentemente utilizadas por diversos autores. Dessa forma, “os historiadores da linguística estão cada vez mais dispostos a considerar o passado sob uma ótica favorável” (WEEDWOOD, 2002, p. 19), dada a importância dos registros intelectuais para a abordagem historiográfica. Nesse ponto, Bagno (2010, p. 16) reconhece que “a Gramática Tradicional [...] é um patrimônio cultural do Ocidente, um monumento inestimável de saberes acumulados ao longo de mais de dois milênios”, deixando claro, todavia, que, mesmo funcionando como uma espécie de “pano de fundo” para a atividade científica e especulativa, o discurso tradicional não se preocupa com a investigação.

A partir dessa distinção aventada por Bagno (2010), segundo a qual a gramática normativa é a materialização da GT, inferimos, de modo preliminar, o motivo por

<sup>3</sup> A Linguística, tal como hoje é compreendida, inclui todos os tipos de exame dos fenômenos da linguagem, inclusive os estudos gramaticais tradicionais e a filologia (WEEDWOOD, 2002). Por isso, adotamos a acepção de Koch (2012), que considera a preocupação dos gramáticos com a forma; a dos linguistas, com o texto/discurso.

<sup>4</sup> Segundo Mattos (2010), à Filologia cabe o estudo da língua escrita, da literatura e da cultura do povo a que elas pertencem, trabalhando com a língua sob um prisma diverso do que é adotado pela Linguística. Para o autor, essa ciência também trabalha com a língua, observando-a, bem como aos dialetos e socioletos, mas se preocupa precipuamente com a língua falada através das épocas ou numa época específica.

que os compêndios de normas são supostamente distintos entre si e apresentam marcas de discurso, ainda que se proponham normativos. Tais marcas, ora aparentes ora implícitas, conceituadas por Maingueneau (2005) como os traços relevantes que cada funcionamento discursivo possui, cabendo ao analista especificá-las, determinam as atitudes e premissas adotadas pelos gramáticos em suas obras. Obviamente, “toda disciplina dispõe de um vocabulário técnico próprio” (LYONS, 2011, p. 33), e a GN não é exceção a essa regra geral. Por isso, a noção de norma-padrão, que dirige os aspectos da correção gramatical e é entendida como uma “espécie de tesouro nacional, de patrimônio cultural” (BAGNO, 2007, p. 35), deve ser entendida contextualizadamente, ou seja, no contexto específico das obras, a fim de que fique patente que compêndios distintos dispensam tratamento também distinto à norma. Essa proposta encontra claro apoio em Maingueneau (2011, p. 54), quando o autor afirma que “o discurso é contextualizado”, significando “que não se pode atribuir um sentido a um enunciado fora de contexto”.

No âmbito arqueológico, Sargentini (2004), tratando do discurso como um acontecimento discursivo, assim como o faz Foucault (2014), esclarece que a interpretação por ele (o discurso) fundada acaba construindo também uma verdade. Por isso mesmo, “o discurso é objeto de disputa, em vista do poder que, por seu intermédio se exerce” (SARGENTINI, 2004, p. 108). No caso da tradição especificamente, a manutenção de um discurso também é a manutenção de um poder. Talvez seja por isso que incursões abruptas nas “áreas duras” que compõem a GN, corpo da GT, sejam evitadas e pouco prováveis. Ao padronizar, a gramática cria normas a serem seguidas, as quais a todo o tempo são praticadas<sup>5</sup>. Como práticas discursivas, essas normas, esses padrões ultrapassam a barreira do individualismo das obras, alcançando uma abstração muito mais exterior: a tradição. A tradição, como objeto imaterial, mas materializável pela norma, ao ser constituída por singularidades, regularidades e repetições, produz uma dispersão de sentidos que podem ser sistematizados em formações discursivas.

Ainda sobre a tradição gramatical, de acordo com Bechara (2009, p. 42), por exemplo, “a *norma* contém tudo o que na língua não é funcional, mas que é tradicional, comum e constante, ou, em outras palavras, tudo o que se diz ‘assim, e

<sup>5</sup> Consideramos, aqui, a “prática” em sentido amplo, abarcando fala e escrita, especialmente quando ambas são monitoradas.

não de outra maneira”. Para esse gramático e filólogo, “o sistema e a norma de uma língua funcional refletem a sua estrutura”, sendo que o sistema “contém apenas as oposições funcionais, isto é, contém unicamente os traços distintivos necessários e indispensáveis para que uma unidade da língua [...] não se confunda com outra unidade” (BECHARA, 2009, p. 42). Nesse sentido, “o distanciamento entre sistema e norma de realização se manifesta quando a ‘novidade’ criada à luz do sistema inexistente na norma, na tradição já realizada e, por isso mesmo, não se encontra registrada nos dicionários e nas gramáticas” (BECHARA, 2009, p. 43).

Nessa perspectiva, Bortoni-Ricardo (2005) contribui ao explicar que, embora a língua comum (não padrão) apresente diversas variantes, a sociedade tem procurado uma forma ideal de língua, tal como tem ocorrido nos países política e culturalmente assentados, onde há um esforço para a constituição de uma variante supradialetal, acima das diferenças e representativa de uma unificação de caráter linguístico por meio da escola, das academias e das instituições culturais. Esse esforço a que se refere a autora complementa-se com a afirmação de que, “se a padronização é impositiva, não deixa de ser também necessária. Ela está na base de todo estado moderno, independentemente de regime político, na formação do seu aparato institucional burocrático, bem como no desenvolvimento do acervo tecnológico e científico”. Aliás, aponta a autora, “pesquisas na área de planejamento linguístico mostram que existe uma correlação positiva entre o grau de padronização linguística de um país e seu estágio de modernização” (BORTONI-RICARDO, 2005, p. 14-15).

Isso significa que o padrão linguístico, que está ligado ao conceito de norma, a qual, por sua vez, relaciona-se intimamente à clássica dicotomia certo/errado, não é de todo problemático. Aliás, “o problema não parece estar, pois, na existência de um código padrão, mas no acesso restrito que grandes segmentos da população têm a ele” (BORTONI-RICARDO, 2005, p. 15). Nesse sentido, há alguns autores<sup>6</sup> que, passando a basear-se na norma empregada em um contexto linguístico específico, como o faz Bechara (2002, p. 15), relativizam o conceito de norma afirmando que “nunca há um erro no português, haverá sempre um erro numa variedade da língua”. Diferentemente, Almeida (2005, p. 6) amplia a noção de erro, afirmando, por exemplo, que o “erro está em não ensinarem todos os nomes possíveis a qualquer

<sup>6</sup> Bechara (2002) é citado como exemplo neste caso específico.

fato gramatical, pois a abundância de denominação só proveito traz à compreensão do fato”. Eis aí dois pontos de vista díspares de autores consagrados. Esse caso, por exemplo, merece uma investigação e uma identificação de marcas de discurso com o fito de bem entender como os aspectos da tradição são tratados de forma distinta.

Percebemos, diante de exemplos de seleção lexical, que o tratamento dispensado à tradição e à noção de correção pode ser variável entre os estudiosos que se dedicam (ou dedicaram) ao assunto, especialmente no âmbito linguístico, seja histórico, seja gramatical. Por isso, a fim de embasar teoricamente os possíveis motivos pelos quais o tratamento e a conceituação dispensados às noções em questão diferem-se a depender da obra que as veicula, de forma explícita ou subliminar, o conceito de “formação discursiva” em Foucault (2014), com inserções conceituais e explicativas de outros autores, é de grande relevância para elucidar melhor essa noção. Rememoramos, no entanto, que Foucault jamais se posicionou como fundador da disciplina Análise do Discurso, inclusive porque sua produção se inscreve na seara da Filosofia, e que “não se pode ler *A Arqueologia* deixando de lado a situação epistemológica que prevalecia na ocasião da sua redação, na segunda metade dos anos de 1960” (MAINGUENEAU, 2008a, p. 31).

Em meio à análise dos mecanismos de constituição do saber e às reflexões sobre seus trabalhos anteriores, Foucault (2014) sistematiza diversos conceitos básicos a partir dos quais se deve analisar o discurso, entre os quais, após inúmeros questionamentos acerca do que nomeia como “a medicina, a gramática, a economia política” (FOUCAULT, 2014, p. 38), está o conceito de formação discursiva. Para o autor, mais interessante seria descrever “sistemas de dispersão” do que “cadeias de inferência” e “quadros de diferenças”, visto que, podendo descrever tais sistemas “e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciado, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir com regularidade [...], diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva” (FOUCAULT, 2014, p. 47).

Seguindo esse raciocínio, buscamos em Foucault (2014) o “esboço” de um possível porquê para a diversidade de tratamento para os mesmos objetos, ainda que correlatos. Amparada na noção de tradição, “que visa a dar uma importância temporal singular a um conjunto de fenômenos, ao mesmo tempo sucessivos e idênticos [...] autoriza reduzir a diferença característica de qualquer começo, para retroceder, sem

interrupção, na atribuição indefinida da origem” (FOUCAULT, 2014, p. 25), o discurso em favor da norma tem a razão de ser justificada pela perpetuação das condições de produção do discurso, que, em sentido amplo, “incluem o contexto sócio-histórico, ideológico” (ORLANDI, 2013, p. 30).

Tentando descrever as relações entre os enunciados, Foucault (2014) as reúne sob a condição de unidade com o escopo de explicar como dois enunciados podem pertencer à mesma ordem do discurso. E exemplifica indagando: “Como se pode dizer que a análise das doenças mentais feita por Willis e pelos clínicos de Charcot pertence à mesma ordem do discurso?” (FOUCAULT, 2014, p. 38). Pela transposição deste questionamento à formação discursiva concernente tanto aos estudos favoráveis à tradição quanto aos não favoráveis, desconsiderando, neste momento, a relativização da norma: É possível afirmar que os discursos contidos nas obras de autores que se autodenominam gramáticos pertencem, em relação aos temas abordados, à mesma ordem do discurso?

Com base em Foucault (2014), seria possível entender que o ponto que interligaria essas duas concepções, produzindo suposta unidade entre elas, inicialmente encontraria respaldo na hipótese de que “os enunciados, diferentes em sua forma, dispersos no tempo, formam um conjunto quando se referem a um único objeto” (FOUCAULT, 2014, p. 39). De forma analógica, há também, na obra do autor, amparo no que diz respeito à forma e ao tipo de encadeamento. Nesse caso, a visão das coisas seria possível em razão de um “corpus de conhecimentos” compilado (FOUCAULT, 2014, p. 41). Além do mais, a identidade e a persistência dos temas acabam por “reagrupar os enunciados, descrever seu encadeamento e explicar as formas unitárias sob as quais eles se apresentam” (FOUCAULT, 2014, p. 43), hipótese esta que pode ser notada pelos interesses<sup>7</sup> não só dos favoráveis à tradição, mas também dos que relativizam ou redimensionam essa noção, ampliando ou restringindo o conceito de norma. Contudo, notamos também que, apesar de existirem pontos em comum, as concepções podem apresentar pontos de vista díspares, como pretendemos evidenciar.

Diante disso, para que possamos identificar as marcas de discurso nos compêndios de normas, demonstrando maior ou menor adesão da obra à tradição,

<sup>7</sup> Entendemos que este ponto une autores favoráveis e não favoráveis ao estudo da tradição: o fato de que a identidade e a persistência dos temas reagrupam enunciados. Dessa forma, um conjunto de enunciados (específicos) produzidos por força da tradição é um dos elementos componentes da gramática.

delimitamos as marcas encontradas nas gramáticas analisadas, uma vez que obras diversas, ainda que partilhem do mesmo objeto de estudo, merecem, no nosso entendimento, formas também diversas de abordagem da tradição.

## **1.2 O lugar da disciplina e da ciência na construção do saber**

### **1.2.1 A gramática como área do saber**

Dissertar sobre a gramática em sentido amplo é trazer à baila uma discussão que se inicia com o entendimento da maneira como a gramática tradicional (GT), ou a tradição, como preferimos, está incrustada nos compêndios normativos de tal forma que, com as devidas ressalvas, não podemos falar de gramática normativa (GN) sem que nos reframos aos ditames da tradição. Para fins de esclarecimento, são de nosso interesse os conceitos, as características e a funcionalidade da gramática normativa, uma vez que é o padrão linguístico que está em questão.

A princípio, a respeito da tradição gramatical, precisamos notar que sua origem filosófica, que remonta à Grécia do século V a.C., conforme aponta Lyons (1979, p. 4), fazia parte da “indagação geral sobre a natureza do mundo que os [indivíduos] cercava e das suas instituições sociais”. De fato, é na Grécia antiga que desponta o confronto entre duas visões da linguagem que se opunham: a linguagem entendida como fonte de conhecimento e aquela vista como simples meio de comunicação. E as implicações da aceitação de uma dessas visões em detrimento da outra seriam consideráveis, porquanto, vista como espelho da realidade, a língua seria o caminho para o conhecimento desta; por outro lado, se arbitraria, nada de relevante seria obtido com a língua e seu estudo (WEEDWOOD, 2002).

Segundo apregoa Neves (2005), examinar a gramática tradicional ocidental significa necessariamente remontar à gramática grega, já que foi uma situação histórica e cultural que proporcionou que, entre os gregos, surgisse a atividade gramatical.

Foram “séculos de desenvolvimento de um pensamento teórico [os quais] criaram condições para o exercício de uma atividade prática teoricamente fundamentada” (NEVES, 2005, p. 13). Com efeito, na discussão da língua, era a dúvida sobre se havia conexão necessária entre o que a palavra significava e sua forma que fazia girar a distinção entre “natureza” e “convenção”. Em consonância com as explicações de Lyons (1979), de Weedwood (2002) e de Neves (2005), o diálogo de Platão intitulado *Crátilo* bem representa as formas como poderiam ser entendidas as visões de língua na época.

O propósito que traçamos não tenciona o retorno à revisão de séculos de história sobre a tradição gramatical, até porque, como fato da cultura helenística e mecanismo de sua preservação, seria necessária a abordagem de aspectos que fogem ao escopo que delimitamos. O fato é que, quando se fala em tradição gramatical, temos que a gramática “é uma disciplina que, pelas próprias condições em que surgiu, aparece com finalidades práticas, mas representa um edifício somente possível sobre a base de uma disciplina teórica do pensamento sobre a linguagem” (NEVES, 2005, p. 14). Não nos interessa o retorno à gênese do termo gramática porque, como bem afirma Franchi (2006, p. 17), a “concepção de gramática tem raízes muito antigas”.

Contudo, pontuamos que “o que melhor caracteriza [...] essa tradição é a visão inaugurada por Aristóteles, de que existe uma forte relação entre linguagem e lógica” (MARTELOTTA, 2013, p. 45). Foi a partir daí que se desenvolveu uma tendência de consideração da gramática como um estudo relacionado à lógica, departamento da filosofia. Assim,

a linguagem é um reflexo da organização interna do pensamento humano. Essa organização interna é universal, já que, por ser inerente aos seres humanos, se manifesta em todas as línguas do mundo. [...] a lógica aristotélica buscava descrever a forma pura e geral do pensamento, não se preocupando com os conteúdos por ela veiculados (MARTELOTTA, 2013, p. 45-46).

Não havia na gramática grega apenas a preocupação filosófica, mas também a normativa, que se importava com a padronização como o reflexo do que se considerava ideal para o uso da língua grega. Após sucessivos séculos, a gramática estruturou-se

de forma a reunir normas baseadas na escrita de poetas e prosadores antigos que, por serem modelares, deveriam ser seguidas. Dessa forma, é de suma importância o entendimento do processo de gênese da gramática normativa no berço da tradição a fim de que se evitem concepções equivocadas a respeito de algo que porta consigo um extenso legado histórico.

Acerca da gramática, como campo do saber, existem diversas denominações tais como as propostas por Martelotta (2013): gramática tradicional (o autor utiliza como sinônimo de gramática normativa), gramática histórico-comparativa, gramática estrutural, gramática gerativa e gramática cognitivo-funcional; Dubois *et al.* (2014): gramática geral, gramática gerativa e gramática universal; Bechara (2009): gramática descritiva e gramática normativa; Lyons (1979): gramática nocional e gramática formal; Câmara Júnior (1974): gramática descritiva, gramática tradicional normativa, gramática histórica e gramática comparativa; além de diversos outros autores da seara da linguística.

De forma simplificada e antes de adentrar na discussão se é disciplina ou ciência, definimos aqui a gramática normativa como um compêndio de normas, concreto, que reflete a tradição gramatical, abstrata, de mais de vinte séculos, com as devidas alterações sofridas pelo tempo, ditando primordialmente um padrão de escrita e secundariamente um padrão de fala, uma vez que considera a inferioridade desta em relação àquela, e representando a variedade padrão, considerada modelar para os indivíduos que manejam determinada língua. De forma geral, concordamos com Leite (2014, p. 116) a respeito da noção geral de gramática, ou melhor, das gramáticas, que são como instrumentos linguísticos “de que dispõem os falantes e escritores para consultas e estudos, pelo que ampliam sua competência linguística, já que podem passar a conhecer mais a língua que usam e a explorar mais, e conscientemente, seus recursos”.

Assim como a autora, percebemos que “esse instrumento não se reduz, como alardeiam os que não o conhecem, a condenações de usos considerados indevidos ou proibidos, a divulgação de lições preconceituosas e intolerantes sobre a língua comum, praticada em geral pelos usuários de uma língua histórica, em gêneros primários ou secundários, na modalidade falada ou escrita”. Há mais do que isso. “Esse instrumento empírico, ‘gramática’, tal como o conhecemos desde a tradição greco-latina, é um objeto técnico, cultural, que se vai modificando ao longo da história, embora tenha

mantido uma estrutura que permite seu reconhecimento como tal”. E reforça a autora que “essa estrutura que torna a gramática reconhecível, desde seu surgimento no mundo grego, no século II a.C., engloba, necessariamente, a descrição das categorias e subcategorias linguísticas (as partes do discurso, ou classes de palavras), as regras e os exemplos que as caracterizam” (LEITE, 2014, p. 116).

Podemos dizer que, para a tradição, a norma exposta na gramática é composta pelo menos por um tripé que comporta a imposição, a prescrição e o legado histórico. Eis a Figura 2:



**Figura 2: O tripé da tradição gramatical**

Fonte: O Autor

O primeiro elemento do tripé, a imposição, é bastante antigo e também remonta à época grega, quando Alexandre Magno “conquistou um enorme território que ia desde a pequenina Grécia, na Europa, até o Egito, na África, passando pelo Oriente Médio, pela Mesopotâmia, e chegando até o rio Indo, no limite entre o grande Império Persa [...] e a Índia” (BAGNO, 2007, p. 62). Nesse tempo, surgiu a necessidade de normatizar a língua grega, que havia se tornado um idioma internacional, criando um padrão uniforme, homogêneo que foi imposto como forma de unificação política e cultural dos territórios conquistados por Alexandre, O Grande (BAGNO, 2007).

Eis então que “a disciplina gramatical é uma criação da época helenística, a qual representa [...] não apenas uma diferença de organização política e social [...], mas também o estabelecimento de um novo estilo de vida, um novo ideal de cultura” (NEVES, 2005, p. 111). O reconhecimento dessas premissas contribui para a compreensão de que a época histórica, o ambiente político e as condições sociais foram unidades que compuseram (e que ainda compõem) o que denominamos aqui como imposição. Dessa forma, é entendendo que, desde a sua gênese, a gramática,

no seio da tradição, é impositiva, que podemos adentrar com maior propriedade no segundo elemento componente do tripé da tradição: a prescrição.

A prescrição, segundo Lyons (1979, p. 9), também surgiu no período alexandrino em razão da preocupação dos filólogos antigos em recuperar o texto dos poemas homéricos, os quais se encontravam bastante “corrompidos”. Resumimos a preocupação prescritiva entendendo que, “comparando diferentes manuscritos das mesmas obras, os filólogos alexandrinos dos sécs. III e II a.C. procuraram restaurar o texto original e escolher entre os trabalhos genuínos e os espúrios”. Já que “a língua dos textos clássicos diferia em muitos aspectos do grego clássico de Alexandria, desenvolveu-se a prática de publicar comentários de textos e tratados de Gramática para elucidar as várias dificuldades que poderiam perturbar o leitor dos antigos poetas gregos”.

Por isso, “a admiração pelas grandes obras literárias do passado encorajou a crença de que a própria língua na qual elas tinham sido escritas era em si mais ‘pura’, mais ‘correta’ do que a fala coloquial corrente de Alexandria e de outros centros helênicos”. Além do mais, “as gramáticas escritas pelos filólogos helenistas tinham então dupla finalidade: combinavam a intenção de estabelecer e explicar a língua dos autores clássicos com o desejo de preservar o grego da corrupção por parte dos ignorantes e iletrados” (LYONS, 1979, p. 9). Percebemos, então, que a gramática normativa é prescritiva desde sua gênese, o que faz com que exigências concernentes à necessidade de inserção, nesse compêndio, do estudo da variação linguística ou de considerações acerca de fatos como mobilidade e estigma sociais sejam assaz incoerentes. Não se abre um compêndio normativo à espera de um manual de linguística, mas de uma compilação de normas. Logo, se uma obra se propõe normativa, é isso que se deve esperar dela. Verificar o contrário é que seria um disparate. Aliás, consoante Bortoni-Ricardo (2005), entre as sociedades ditas tradicionais, o Brasil conserva a característica de ter o acesso limitado à norma-padrão.

A respeito do legado histórico, terceiro elemento do tripé da tradição, Mattos e Silva (2014) explica que, “independente da origem elitista dessa tradição de pensamento sobre a linguagem humana que veio a favorecer com este instrumento, entre outros, um segmento social em detrimento da maioria, o processo cumulativo que se desenvolveu durante vinte e três séculos e que se perpetua até nossos dias”; por isso mesmo, “é o do maior interesse para a história cultural do homem e para a

percepção de como se foi construindo um campo do saber, o da reflexão sobre a linguagem humana, o da Lingüística” (MATTOS E SILVA, 2014, p. 14).

A despeito de sua origem, a tradição de pensamento que toma forma na gramática normativa “também possui um componente descritivo” (FRANCHI, 2006, p. 20), uma vez que os estudiosos da língua, de certa forma, procedem de maneira científica quando tecem análises estruturais de termos e expressões de uma língua, reduzindo-os a unidades mais simples; quando organizam classes em subclasses; quando verificam as relações que se estabelecem entre as classes e as unidades reduzidas; entre outros procedimentos (FRANCHI, 2006). Esse pensamento vai de encontro à acepção de Martelotta (2013, p. 45), que não considera que a gramática tradicional “fornece ao estudioso da linguagem uma teoria adequada para descrever o funcionamento gramatical das línguas”. Fazemos, ainda, uma ressalva ao pensamento de Franchi (2006), que deixa claro que a atuação da gramática descritiva parece ser mais neutra e mais científica do que a impendida pela normativa, o que parece bastante coerente.

Nesse contexto, quando notamos que “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 2013, p. 10), notamos também que a gramática, como campo do saber, tem na tradição um sistema moldado no tempo capaz de respaldá-la no seu fazer disciplinar. Obviamente, esse suporte não dirime os efeitos da norma sobre o indivíduo, mas assegura à gramática uma justificativa de boa plausibilidade na medida em que traz em seu bojo um discurso constituinte que põe “em evidência propriedades comuns que são invisíveis ao primeiro olhar” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 37).

Quando falamos em discurso constituinte e o relacionamos à tradição, referimo-nos a um discurso cuja problemática da delimitação é bastante perceptível, porque existe, a todo tempo, uma interação entre discursos constituintes e não constituintes. De qualquer forma, a tradição parece dar validade aos ditames da gramática normativa na medida em que não reconhece, segundo Maingueneau (2008b), outra autoridade senão a própria, a que emana de si mesma. É nesse sentido que constatamos que a norma busca na tradição uma fonte inesgotável de fundamentos e pretextos, especialmente porque esta última funciona como uma “fonte legitimadora” daquela.

Conquanto trate mais precisamente sobre os discursos religioso, científico e filosófico, Maingueneau (2008b) defende, por analogia, que a literatura consiste em um discurso constituinte. Da mesma forma, isto é, de modo análogo, partimos do pressuposto de que a tradição reúne elementos para que seja considerada um discurso constituinte. Isso evidenciamos quando o autor assevera que tais discursos “operam a mesma função na produção simbólica de uma sociedade, uma função que poderíamos chamar de *archeion*”, termo grego, étimo do latino *archivum*, que é polissêmico: “ligado a *arché*, ‘fonte’, ‘princípio’, e partir daí ‘comando’, ‘poder’, o *archeion* é a sede da autoridade [...]. O *archeion* assim intimamente o trabalho de *fundação* no e pelo discurso, a determinação de um lugar associado a um *corpo de enunciadores consagrados* e uma *gestão da memórial*” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 37-38).

Compreendemos, a propósito disso, que a tradição é a sede da autoridade da norma compilada na gramática, funcionando como fundadora do discurso que permite à gramática normativa um processo de “ensimesmar”. Na verdade, de acordo com Foucault (2007, p. 49), “as palavras e as frases de todos os dias [...] enunciam suas propriedades”. Isso ocorre com o alicerce de um corpo de enunciadores consagrados que, se não fossem os autores, poetas e prosadores de outrora, seriam os próprios gramáticos, visto que alguns deles já apresentam a capacidade de “ensimesmar”, ou seja, basta que a autoridade afirme algo para que seja considerada válida a assertiva.

Na mesma linha de raciocínio de Maingueneau (2008b), consta na obra de Foucault (2013), cuja versão primeira é anterior à do professor da Universidade Paris XII-Val-de-Marne, a explicação, sem utilizar a nomenclatura de “discurso constituinte”, de que existem discursos que “estão na origem de certo número de atos novos de fala, que os retomam, os transformam ou falam deles, ou seja, os discursos que, indefinidamente, para além de sua formulação, *são ditos*, permanecem ditos e estão ainda por dizer” (FOUCAULT, 2013, p. 21). Ao que parece, a definição do filósofo francês harmoniza-se perfeitamente com a tradição da qual vimos tratando: uma tradição que diz e desdiz e que permanece, mas suporta frágeis incursões com o passar do tempo. A questão é: trata-se de uma disciplina ou de uma ciência?

## 1.2.2 Gramática: disciplina ou ciência?

A mera afirmação de que a gramática é uma disciplina ou é uma ciência não é suficiente para dar conta de toda a complexidade que reveste as possibilidades de percepção em relação à gramática em sentido amplo. Inicialmente, precisamos entender a que tipo de gramática o questionamento se refere; em seguida, verificar se de fato existem bases teóricas e argumentos satisfatórios e consideráveis para “engavetar” a gramática, classificando-a em um tipo específico de conhecimento. Antes, porém, de adentrar nessa discussão, é importante situar o lugar da tradição na construção do saber.

A princípio, como salientam Laville e Dionne (1999), antes do modo científico de aquisição do saber, havia outras formas de conhecer o mundo, as quais, na verdade, coexistem no contexto da ciência moderna. Dissertando sobre o nascimento do saber científico, os autores assinalam duas configurações possíveis para os saberes: a dos saberes espontâneos, que merecem atenção em razão de estar a tradição neles incluída, e a do saber racional, com inúmeras subdivisões que não convém mencionar em razão da questão a ser explorada.

Quando o saber nasce espontaneamente, significa que ele se deriva da experiência e de observações pessoais, tal como ocorreu com o homem pré-histórico quando descobriu como acender o fogo e reutilizou tal conhecimento para facilitar sua vida. De fato, segundo explicam Laville e Dionne (1999, p. 17), “aqui está o objetivo principal da pesquisa do saber: conhecer o funcionamento das coisas, para melhor controlá-las, e fazer previsões melhores a partir daí”. Não à toa os mitos e as religiões (o sobrenatural) foram um dos primeiros modos para responder às inquietudes humanas acerca do mundo e de seu funcionamento.

Ainda sobre os saberes espontâneos, estes comportam a intuição, a autoridade e a tradição. Um saber construído pela intuição “é aceito assim que uma primeira compreensão vem à mente” (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 19) e faz com que a compreensão de fenômenos pareça “satisfatória durante séculos, sem mais provas do que a simples observação”. É o que hoje se chama de “senso comum”. Em relação a esse tipo de saber, os autores acrescentam que “o senso comum não deixa de produzir saberes que, como os demais, servem para a compreensão de nosso mundo e de nossa sociedade, e para nela viver com explicações simples e cômodas”.

Então, “deve-se desconfiar dessas explicações, uma vez que podem ser um obstáculo à construção do saber adequado, pois seu caráter aparente de evidência reduz a vontade de verificá-lo. É, aliás, provavelmente o que lhes permite, muitas vezes, serem aceitas apesar de suas lacunas” (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 20).

Ao que parece, o saber adquirido por meio do senso comum é lacunoso justamente pela possibilidade reducionista das explicações, que aparentemente são evidentes. Por esse motivo, a aquisição de saberes desse modo é limitada, pois não há um aparato teórico de embasamento nem uma profundidade de percepção que pode ser obtida pela execução de um método. Obviamente, devido à espontaneidade, o saber oriundo da intuição não passa de mero reflexo do pensamento do indivíduo com base em sua visão de mundo. Isso não significa, no entanto, que toda essa experiência pessoal e a percepção individual devem ser desconsideradas no campo da aquisição dos saberes, especialmente porque constituem um conjunto de noções e juízos que, no passado, eram extremamente férteis (e ainda são hoje em dia). De qualquer forma, sabe-se que o senso comum não se coaduna com os princípios do saber científico.

A autoridade, segundo tipo componente dos saberes espontâneos, parte do princípio de que, sem evidências claras acerca de sentidos e de origem, uma tradição é transmitida com base na palavra de uma autoridade, ou seja, um indivíduo que reproduz um repertório pronto por força da credibilidade do homem e daquilo que ele representa. Graças a isso, muitas vezes, determinados preceitos são preservados e praticados sem que se saiba exatamente qual é a sua origem. Laville e Dionne (1999, p. 20) reconhecem que a força desse tipo de saber “deve-se ao fato de que nem todos podem construir um saber espontâneo sobre tudo o que seria útil conhecer”, já que não receberam de “algo maior” autoridade para tanto.

Relativamente à tradição, também integrante da ordem dos saberes espontâneos, ela está ligada ao passado, é presumivelmente verdadeira e “dita o que se deve conhecer, compreender, e indica, por consequência como se comportar” (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 20). É neste ponto que se percebe o caráter histórico que reveste a tradição, transformando-a em um elemento contínuo, que não se pode interromper, porque as forças do encadeamento e da sequência temporais se entrecruzam de tal forma que não é possível romper com a linha que ata os enunciados e propaga o hábito, a prática, o uso, o costume. Por isso e pela crença na descontinuidade, Foucault (2014) diversas vezes

refuta a tradição e aponta que o problema não é a tradição em si, mas o seu recorte, o seu limite. A dúvida persiste, contudo: a gramática é uma disciplina ou uma ciência?

Entendida a tradição como um dos elementos que compõem a ordem dos saberes espontâneos, seria lógica a asserção de que, sendo a gramática normativa a efetivação da tradição, por óbvio, não poderia integrar a seara dos saberes científicos. E de fato o é. Parte-se do pressuposto de que a gramática normativa, e não a descritiva, é uma disciplina; não pode, portanto, dela ser exigido o comportamento que se espera de uma ciência, de um saber científico. A tradição que comanda a vontade de verdade que se exterioriza na gramática normativa, como qualquer sistema de exclusão, tende a “exercer sobre os outros discursos [...] uma espécie de pressão e como que um poder de coerção” (FOUCAULT, 2013, p. 17).

Buscando em Câmara Júnior (2011) alguns critérios que separam o estudo científico do não científico, percebe-se que, enquanto aquele se baseia na observação e na comprovação objetivas, este, por sua vez, além de não apresentar os significados dos contrastes que descobre, também não desenvolve um método científico para focalizar a sua matéria. Dessa forma, “cabe à gramática normativa, que não é uma disciplina com finalidade científica e sim pedagógica, elencar os fatos modelares da exemplaridade idiomática para serem utilizados em circunstâncias especiais de convívio social” (BECHARA, 2009, p. 52).

Nessa linha de raciocínio, entendemos como descomedidos alguns “ataques” dirigidos à gramática normativa, especialmente porque, diferentemente da gramática descritiva que, “por ser de natureza científica, não está preocupada em estabelecer o que é certo ou errado” (BECHARA, 2009, p. 52), a normativa de fato “recomenda como se deve falar e escrever segundo a autoridade dos escritores corretos e dos gramáticos e dicionaristas esclarecidos” (BECHARA, 2009, p. 52). Notemos que as transcrições são palavras de um notável gramático da língua portuguesa em obra recentemente publicada, o que sinaliza, de certa forma, que já se sabe que a gramática normativa mais se aproxima da ordem dos saberes espontâneos, devido ao inegável vínculo com a tradição, do que da dos saberes científicos. Nem por isso, entretanto, há que se desconsiderar todo o esforço do pensamento gramatical de séculos.

Devemos, então, relativizar determinadas assertivas como as reproduzidas acima, não tomando questões de norma como se fossem sempre de caráter absoluto.

Nesse sentido, o próprio Bechara (2006) explica que a gramática normativa acaba por almejar a cientificidade na medida em que tende a oferecer explicações quando reconhece certos usos e quando repudia outros. Referimo-nos aqui à gramática normativa, e não à descritiva. A esta de fato cabe “registrar como se diz numa língua funcional”, revestindo-se de várias formas a depender da metodologia que emprega, por exemplo: estrutural, funcional, estrutural e funcional, contrastiva, distribucional, gerativa, transformacional, estratificacional, de dependências, de valências, de usos, etc. (BECHARA, 2006, p. 14).

Eis que, para ser científica, a gramática normativa deveria respeitar determinada concepção de ciência, o que na verdade não ocorre em virtude de sua própria origem e emergência. A gramática é prescritiva desde sua gênese, como já foi visto anteriormente.

A rigor, a concepção aduzida por Mussalim (2008, p. 20), segundo a qual ocorre “uma forte recusa à subjetividade, visto que se aspira à objetividade científica, que garantiria, em princípio, que as conclusões de uma teoria ou pesquisa pudessem ser verificadas por qualquer outro membro competente da comunidade científica”, aproxima-se do que Lyons (2011) apresenta como característica da Linguística, quando sugere uma relação de sinonímia entre os termos “descritiva” e “não-normativa”. Para o autor, “dizer que a linguística é uma ciência descritiva (ou seja, não-normativa) é dizer que ela tenta descobrir e registrar as regras segundo as quais se comportam os membros de uma comunidade linguística, sem tentar impor-lhes outras regras ou normas de correção exógenas” (LYONS, 2011, p. 34). Esse entendimento se coaduna com o de Câmara Júnior (2011, p. 20), que afirma que “O Estudo do Certo e Errado não é uma ciência”. Aliás, “para ser objetiva e precisa, a ciência teria, pois, que se dispor de uma linguagem rigorosa, uma metalinguagem específica a partir da qual definiria não somente conceitos, mas também princípios de análise” (MUSSALIM, 2008, p. 20).

Câmara Júnior (2015) demonstra as duas faces da gramática tradicional (sinônima de normativa neste caso), quais sejam: a limitada, apresentando uma norma de comportamento linguístico, e uma mais arrojada, preocupada com a explicação e o funcionamento das formas linguísticas. Consideramos a primeira face como a gramática normativa e a segunda como a descritiva; são, por isso, duas facetas distintas com finalidades também distintas e bem definidas, o que não permite pôr os dois conceitos sob a mesma pretensão científica. Na verdade, não se considera que a disciplina gramatical, ensimesmada na norma, seja de fato científica, diferentemente da descrição gramatical.

De qualquer forma, “a gramática normativa tem o seu lugar e não se anula diante da gramática descritiva. Mas é um lugar à parte, imposto por injunções de ordem prática dentro da sociedade. É um erro perturbador misturar as duas disciplinas” (CÂMARA JÚNIOR, 2015, p. 15). Essa preocupação de Joaquim Mattoso Câmara Júnior diz respeito à não confusão entre o que supostamente é uma disciplina e o que é uma ciência.

Observemos que, na ordem do discurso científico em meados do milênio passado, como bem aponta Foucault (2013), a atribuição de um discurso a um autor era um indicador de verdade. Do século XVII em diante, essa necessidade de autoridade foi perdendo força. De modo semelhante, percebemos que, diante da tradição gramatical, a figura do autor da gramática normativa, embora reforce o discurso nela apregoado, não é produto em si mesmo naturalmente, já que isso cabe à tradição. O processo de “ensimesmar”, da forma como vislumbramos nesta seção, é típico da tradição, e a ela cabe irradiá-lo à norma, bastando retomar o que consideramos como o tripé que sustenta a tradição, ou seja, a imposição, a prescrição e o legado histórico, elementos interligados e de funcionamento sinérgico.

No que concerne mais especificamente à concepção de disciplina, entendemos, assim como Foucault (2013, p. 28), que ela “se define por um domínio de objetos, um conjunto de métodos, um corpus de proposições consideradas verdadeiras, um jogo de regras e de definições, de técnicas e de instrumentos”. Nesse quesito, não podemos negar que a gramática normativa se encaixa na definição foucaultiana, uma vez que tem por objeto específico a norma-padrão, que se firma sobre o método tradicional baseado em pressupostos de ordem histórica. Além disso, seu *corpus* propositivo é, em si mesmo, considerado verdadeiro por causa de um jogo de regras.

De mais a mais, a disciplina, segundo o pensamento de Foucault (2013, p. 29), “constitui uma espécie de sistema anônimo à disposição de quem quer ou pode servir-se dele, sem que seu sentido ou sua validade estejam ligados a quem sucedeu a ser seu inventor”. Isso, a rigor, aplica-se de modo quase incontestado à gramática normativa na medida em que esta, sendo uma compilação de normas, deixa à disposição um arcabouço de dispositivos normativos o qual pode ser acionado a qualquer tempo pelo indivíduo. Neste caso particular, argumentamos que “à disposição” tem um caráter muito mais impositivo do que de possibilidade, já que a norma dirige e padroniza a forma de manifestação escrita do indivíduo e, muitas vezes, a oral.

Essa linha de raciocínio parece ser seguida por autores como Neves (2005), Martelotta (2013), Bagno (2010) e Câmara Júnior (1974), os quais se posicionam no sentido de que a gramática, da forma como vimos expondo, é uma disciplina. Nesse mesmo pensamento, Bechara (2009) também compreende que se trata de uma disciplina sem caráter científico, afinal não basta “descrever determinados fenômenos para se constituir um estudo científico, é preciso, além disso, explicar o funcionamento ou a natureza desses fenômenos” (MUSSALIM, 2008, p. 28). Isso não cabe à gramática normativa, como já visto, mas à descritiva.

Consoante Foucault (2013, p. 29), “para que haja disciplina, é preciso, pois, que haja possibilidade de formular, e de formular indefinidamente, proposições novas. [...] uma disciplina não é a soma de tudo o que pode ser dito de verdadeiro sobre alguma coisa”. Na verdade, “não é nem mesmo o conjunto de tudo o que pode ser aceito, a propósito de um mesmo dado, em virtude de um princípio de coerência ou de sistematicidade”. Nesse sentido, a gramática normativa não é constituída apenas por tudo aquilo que se pode dizer de verdadeiro sobre a norma; é muito mais do que isso, é a tradição gramatical viva, é a determinação de um padrão de norma que, antes de verdadeiro, é imposto e prescrito por força de um legado histórico muito mais forte do que a própria obra, do que a própria norma, do que o próprio autor. De modo análogo, a gramática normativa não é constituída apenas por todas as verdades que concernem à norma, visto que, sendo disciplina, é composta por erros e verdades “que têm funções positivas, uma eficácia histórica, um papel muitas vezes indissociável daquele das verdades” (FOUCAULT, 2013, p. 30).

No mais, tanto a disciplina quanto a ciência inscrevem-se em um certo horizonte teórico bem definido, mas acabam se estabelecendo por seus limites, pois, enquanto uma disciplina “repele, para fora de suas margens, toda uma teratologia do saber”, o exterior da ciência “é mais e menos povoado do que se crê [...], mas, talvez, não haja erros em sentido estrito, porque o erro só pode surgir e ser decidido no interior de uma prática definida” (FOUCAULT, 2013, p. 31-32), o que é o caso da disciplina. Em suma, a disciplina, diferentemente da ciência, “é um princípio de controle da produção do discurso” (FOUCAULT, 2013, p. 34), já que lhe fixa os limites por meio de um cinturão de regras e normas.

# PRESSUPOSTOS HISTÓRICOS DA TRADIÇÃO



## 2.1 A língua latina: comparação entre *sermo classicus* e *sermo vulgaris*

### 2.1.1 Da uniformidade anterior ao latim clássico

Diz-se que o latim clássico, modalidade eminentemente escrita, mas também manejada pelos poetas, prosadores, escritores, e conhecida pelo clero e membros da nobreza, teve seu auge entre os séculos I a.C. e I d.C. Antes disso, a língua era mais uniforme, o que, de certo modo, não levantava um discurso distintivo entre modalidades, já que estas não existiam de forma plena.

Versando a respeito dos primórdios da origem e da evolução da língua portuguesa, Nunes (1969, p. 3) explica que, anteriormente a uma suposta divisão da língua em modalidades, havia uma língua “falada por um povo sem história e cujo assento ou habitação a ciência ainda não conseguiu determinar”, o indo-europeu. Esta língua, considerada extinta por Coutinho (1974) e hipotética por Nunes (1969), em clara divergência<sup>1</sup> de nomenclatura em relação à classificação moderna das línguas, era operada em um território primitivo que abrangia a Europa e parte da Ásia em razão de ter sido disseminada por diferentes tribos, chamadas arianos ou árias.

<sup>1</sup> Adotamos aqui o entendimento de Nunes (1969), autor que considera o indo-europeu como língua hipotética por ter sido esta reconstituída com base em hipóteses. Apesar de existirem estudos a respeito do indo-europeu, a sua anterioridade temporal impôs diversas dificuldades de reconstituição linguística, motivo pelo qual consideramos mais adequada a nomenclatura proposta por Nunes (1969). A concepção de Coutinho (1974), em consonância com Almeida (2005), também é acertada, mas não goza, segundo nosso entendimento, de precisão classificatória, pois confere ao indo-europeu *status* de língua outrora existente, e não de idioma suposto. A visão de Coutinho (1974) é bem explicada por Almeida (2005, p. 18), segundo o qual se considera como extinta a língua “que não é falada e não deixou provas de sua existência. Tal se chama a línguas dos etruscos, a dos celtas e dos primitivos habitantes da terra”.

O indo-europeu, reconstituído com base em hipóteses e comparações entre as línguas que dele se derivaram, predominava, segundo Basso e Gonçalves (2014), em tempos anteriores ao século XI a.C., data esta quando supostamente o latim originou-se. Essa divergência entre as épocas apresentadas por Basso e Gonçalves e por Hany (2008) já demonstra que, em se tratando de indo-europeu, não há um consenso no que concerne à datação histórica. Teyssier (2014), por seu turno, explica que, nos séculos em torno do VI/VII a.C., havia uma fase bastante arcaica do latim, longe de se tratar da modalidade clássica que viria a surgir séculos depois. Nessa época, a língua era bastante homogênea se comparada aos tempos vindouros; não havia modalidades relacionadas à fala e à escrita porque a língua era apenas falada.

Nesse sentido, observamos que a uniformidade linguística em relação à modalidade impedia, de certa forma, que houvesse uma cisão separando a elite do povo comum, isto em termos linguísticos, ressaltamos. Por não existirem normas gramaticais<sup>2</sup> e estas não estarem compiladas, não havia também um discurso próprio de separação entre os indivíduos conhecedores e os não conhecedores do padrão normativo. Com o passar do tempo, houve a necessidade de preservação da língua latina em um determinado estágio de sua evolução, já que a expansão do Império “deteriorava” o idioma. De forma análoga, o sânscrito, língua sagrada, também foi preservada em um estágio histórico quando servia aos ritos. E isso se deu por meio de uma gramática.

A primeira gramática latina<sup>3</sup>, na verdade, data de cerca do século I a.C., a partir do trabalho de vários autores, entre eles Orbilius Pupillus, embora saibamos que, antes disso, os gregos já a desenvolviam sob uma acepção mais filosófica. E, “não sendo o indo-europeu uma língua primitiva, como primeiramente se pensou, foi êle próprio precedido por um desenvolvimento lingüístico que, na sua perene evolução, não só o preparou mas também depois o prolongou até nossos dias, nas línguas que o continuaram” (FARIA, 1970, p. 12).

Graças aos filólogos, historiadores, linguistas e gramáticos comparativistas do século XIX, hoje sabemos, “a partir da reconstituição de estágios não atestados

<sup>2</sup> Entendemos a norma não como simples regra, mas como uma modalidade política de uso.

<sup>3</sup> Dos mais notáveis estudiosos da gramática da língua latina até o século II d.C., destacavam-se Varrão e Aulo Gélíio, consoante Silva (1992). Marco Terêncio Varrão é tido como marco inicial dos estudos gramaticais em Roma; Aulo Gélíio, fonte especial de informações para os modernos, destaca-se com sua obra *Noctes Atticae*, ainda que fontes originais não tenham sido utilizadas para a compilação dos textos.

de línguas ancestrais das modernas línguas indo-europeias” (BASSO; GONÇALVES, 2014, p. 23), que o latim e o sânscrito eram suficientemente aparentados e tinham uma origem comum: o chamado proto-indo-europeu ou indo-europeu. Apesar disso, “não há documentos escritos que atestem a passagem do proto-indo-europeu para as línguas que dele descenderam, e sua reconstituição é feita”, consoante apontam os autores, “com base nas mudanças linguísticas atestadas posteriormente e também na comparação entre diversas línguas indo-europeias faladas ainda hoje” (BASSO; GONÇALVES, 2014, p. 24).

Tal documentação não existe porque, do indo-europeu a seus troncos linguísticos, fala-se em reconstituições com base em hipóteses, ou seja, foi necessária a dedução de uma gramática, que acaba por se configurar como forma de retratar um ponto específico de uma evolução linguística, mais precisamente a época do registro gramatical. É preciso rememorar que há um grande espaço de tempo separando o desenvolvimento individual das línguas e o registro e descrição dessa evolução, inclusive dos fatos gramaticais. Apenas depois de muitos séculos, “nas sucessivas e seculares migrações do povo ariano, o indo-europeu, em contato com outros falares, fracionou-se em diversos ramos, como, por exemplo, o germânico, o itálico, o báltico, o eslavo, o celta, o albanês, o grego, o indo-irânico e o armênio” (HAUY, 2008, p. 23).

Aliás, Faria (1970) destaca ser assente entre muitos estudiosos que, antes de o indo-europeu dar origem às unidades que formaram os troncos linguísticos que, por sua vez, originaram as línguas modernas, houve, em relação ao tronco itálico, um elemento intermediário chamado ítalo-céltico, que foi subsequente ao indo-europeu, mas antecedente ao itálico e ao céltico. Segundo o autor, a semelhança entre as gramáticas ítálica e céltica, apesar das numerosas alterações causadas pelo tempo, é bastante evidente, mais no campo morfológico do que no sintático.

Ainda tratando de toda essa unidade anterior ao latim clássico, Faria (1970) explica que, se uma unidade ítalo-céltica é provável por meio de exame de particularidades comuns entre esses dois troncos, a existência, pois, da unidade ítálica é evidente, já que existem vários textos epigráficos dos dialetos ítálicos, a partir dos quais é possível extrair a origem comum entre o itálico e o céltico. Ainda que tais textos, no geral, sejam curtos, não havendo nenhum de cunho literário, podemos atestar a existência de uma língua de modo imperfeito e fragmentário.

De modo bastante sintético, compunham o tronco itálico, além do latim<sup>4</sup>, os dialetos osco e umbro. Enquanto este era considerado uma língua já evoluída e de tendências inovadoras, aquele, por seu turno, era caracterizado por tendências arcaizantes<sup>5</sup>. Embora distintos entre si, esses dialetos se contrapunham ao latim, formando um grupo à parte, e foi justamente o sistema de correspondência entre eles e a língua do Lácio que possibilitou a hipótese da existência do tronco itálico (FARIA, 1970).

No que concerne a esse assunto, entende Nunes (1969) que a língua latina sobressai-se em relação ao osco e ao umbro, que compunham o tronco itálico. Distintamente de muitas outras numerosas línguas que sumiram sem deixar documentos, o osco “nos é conhecido principalmente por duzentas e tantas inscrições, das quais a mais extensa é a da *Tábula Bantina* [...]. Além dessas inscrições, muitas das quais infelizmente apenas contêm nomes próprios, contam-se também algumas glosas” (FARIA, 1970, p. 16). Já do umbro são conhecidas, “além de poucas inscrições curtas e moedas, uma longa epígrafe cuidadosa grafada em sete tábuas de bronze, conhecidas por tábuas *eguvinas*. Aí está gravado o ritual dos chamados *fratres atiedii*, colégio sacerdotal de Igúvio, hoje Gobbio” (FARIA, 1970, p. 17).

Do tronco itálico, interessam-nos as modalidades do latim; antes disso, porém, vale uma breve retomada ao surgimento delas. De forma introdutória sobre a língua latina, Nunes (1969) expõe que era “falada a princípio por um povo diminuto e de costumes bárbaros, teve ela o raro condão de, transpondo o pequeno território onde era usada, suplantar as línguas não só da Itália, mas também de grande parte do Sul e do Centro da Europa e ainda do Norte da África”. Essa língua seguiu “sempre de vitória em vitória, como o povo que a falava, até se tornar a única dominante numa extensão enorme de terreno” (NUNES, 1969, p. 4).

Com efeito, o latim, originário da região do *Latium*, no centro da Península Itálica, era inicialmente apenas falado e, como já mencionamos, bastante uniforme. Com o passar dos séculos, com o advento das primeiras anotações gramaticais latinas e com o interesse dos prosadores e poetas na lapidação do idioma originalmente “bruto”, o que viria a ser a modalidade clássica ganhou brio e pujança. Isso decerto seria um dos motivos por que o povo comum não teria acesso a tal modalidade linguística.

<sup>4</sup> Por causa do entendimento de que a diferenciação entre uma língua e um dialeto é mais política do que linguística, preferimos deixar a definição desse termo em suspenso.

<sup>5</sup> Para maior aprofundamento, conferir Faria (1970).

## 2.1.2 As modalidades em contraste: o clássico e o vulgar

Assim como no português moderno, que é rico em variedades<sup>6</sup> linguísticas, havia, na língua latina, várias formas de manifestação da língua. Entre elas, duas modalidades que se destacavam: o latim dito clássico e o vulgar, a depender, segundo Nunes (1969), da feição que o latim tomava quando falado pelo povo ilustrado ou mais rude.

Fato é que, “a princípio, o que existia era apenas o latim. Depois, o idioma dos romanos se estiliza, transformando-se num instrumento literário” (COUTINHO, 1974, p. 29), passando a apresentar dois aspectos que se tornaram cada vez mais distintos com o passar do tempo. É importante notar que não se trata de duas línguas diferentes, mas duas modalidades da mesma língua. Coutinho (1974) resume o conceito de latim clássico, ou *sermo urbanus*, como “a língua escrita, cuja imagem está perfeitamente configurada nas obras dos escritores latinos. Caracteriza-se pelo apuro do vocabulário, pela correção gramatical, pela elegância de estilo, numa palavra, por aquilo que Cícero chamava, com propriedade, a *urbanitas*”. No entanto, “era uma língua artificial, rígida, imota. Por isso mesmo que não refletia a vida trepidante e mudável do povo, pôde permanecer, por tanto tempo, mais ou menos estável” (COUTINHO, 1974, p. 29).

Por analogia, podemos comparar o *sermo urbanus* ou *litterarius* ao padrão gramatical utilizado para escrita, compilado pela gramática normativa hoje em dia. Tal como o latim clássico, literário, a norma do português pouco admite incursões inovadoras, especialmente nas chamadas áreas duras como a morfologia e a sintaxe. Quando modificações ocorrem, decorrem muitos anos até que sejam incorporadas pela gramática, passando a “consagradas pelo uso”. Essa característica, ao que parece, é típica da norma e da necessidade de preservação de um modelo que se perpetue no tempo. Assim, quando ocorre o registro de um fato de língua na gramática normativa, isso já se dá de forma tardia, não havendo uma representação do momento de ocorrência do elemento registrado, por força do próprio processo de mudança linguística, que ocorre de modo ininterrupto.

A sociedade romana original (e também a composta pelos territórios e povos dominados) era constituída de classes que dividiam os indivíduos em atribuições,

<sup>6</sup> Possibilidades de manifestação linguística.

prestígio e mobilidade social. Era muito comum a proibição do casamento entre pessoas que não pertenciam à mesma classe social naquela época (SILVA, 1992). Com a influência grega a partir do século III a.C., “o latim escrito com intenções artísticas foi sendo progressivamente apurado até atingir, no século I a.C., a alta perfeição da prosa de Cícero e César, ou a poesia de Vergílio e Horácio” (CUNHA; CINTRA, 2008, p. 10). Foi em consequência disso que se acentuou “a separação entre essa língua literária, praticada por uma pequena elite, e o latim corrente, a língua usada no colóquio diário pelos mais variados grupos sociais da Itália e das províncias” (CUNHA; CINTRA, 2008, p. 10-11).

Segundo Silva Neto (1957, p. 19), “o latim literário consiste em uma série de estilizações numa série de gostos pessoais e interpretações estéticas: por isso, para uns, o verdadeiro latim é o de Cícero”. Ocorre que a essas estilizações e a esses gostos apenas alguns poucos indivíduos da sociedade tinham acesso, motivo pelo qual se entende que o latim clássico ou literário não era uma modalidade extensiva a todos os romanos, mas a poucos que pertenciam a classes sociais abastadas ou a camadas que, por sua própria natureza, tinham acesso à informação e ao conhecimento, como era o caso do clero.

Quanto à modalidade vulgar da língua latina, trata-se do “latim falado pelas classes inferiores da sociedade romana inicialmente e depois de todo o Império Romano”. Essa “pessoas incultas [...] eram de todo indiferentes às criações do espírito, que não tinham preocupações artísticas e literárias, que encaravam a vida pelo lado prático, objetivamente”; eram “os soldados (*milites*), os marinheiros (*nautae*), os artífices (*fabri*), os agricultores (*agricolae*), os barbeiros (*tonsores*), os sapateiros (*sutores*), os taverneiros (*caupones*), os artistas de circo (*histriones*), etc., homens livres e escravos”. Em suma, “representava êsse latim, pois, a soma de todos os falares das camadas sociais mais humildes. Era uma espécie de denominador comum, que se sobrepunha às gírias das várias profissões, como um instrumento de familiar de comunicação diária” (COUTINHO, 1974, p. 30).

Pela descrição<sup>7</sup> de Coutinho (1974) acerca do latim vulgar, notamos que era a modalidade manejada pelo povo comum. Prova disso são as profissões e ofícios citados pelo autor para ilustrar os indivíduos falantes dessa variedade. Não se incluem nessa ordem os membros da igreja, os prosadores e poetas, os nobres e os cidadãos

<sup>7</sup> Preferimos relativizar vários dos termos utilizados por Coutinho (1974) na citação em recuo, graças ao entendimento de que a explicação do autor representa, provavelmente, o um pensamento da época em que a língua latina era manejada em modalidades.

mais financeiramente abastados. No mais, a forma como foram “rascunhadas” as figuras das pessoas leva a duas percepções<sup>8</sup> que não se coadunam: a primeira, de que o povo em geral era desprovido de cultura, inculto e pertencente à camada inferior da sociedade romana; a segunda, de que a população comum era de fato composta por trabalhadores liberais, homens livres e escravos, os quais não teriam recurso para acessar a suposta riqueza do latim clássico.

Como pretendemos vincular a modalidade vulgar do latim à noção de cultura e de inferioridade social, assim como o fazem Coutinho (1974) e Nunes (1969), preferimos aqui a visão de Williams (1986) a respeito do assunto. Não acreditamos que o manejo do latim vulgar, ou seja, do povo comum (sem a carga pejorativa que parece estar impregnada nas palavras de Coutinho), esteja relacionada às noções de cultura e de inferioridade, pelo que consideramos que tais noções devem ser relativizadas a fim de não incorrerem em excessos linguísticos que não colaborem para a construção da linha de pensamento que se temos seguido. Dessa forma, aderimos à perspectiva de que o latim vulgar estava relacionado mais propriamente a uma língua que, à época em que era falada, continha várias características para que fosse tomada como viva. Vejamos, pois, que o latim, como língua viva que era, estava sujeito às constantes modificações. “Enquanto a língua das classes cultivadas (o latim clássico) se tornava cada vez mais uniforme sob a influência estabilizadora da cultura e do aprendizado, a língua do povo (o latim vulgar) se tornava cada vez mais diversificada na medida em que se disseminava com a expansão do vasto Império Romano”. Então, “o latim clássico se tornava uma língua morta, enquanto o latim vulgar se desenvolvia nas chamadas línguas neolatinas ou românicas” (WILLIAMS, 1986, p. 15).

A despeito da classificação das línguas em viva, morta, extinta e hipotética, deve ser frisado que a uniformidade que o latim clássico foi adquirindo ocorreu de forma semelhante a um movimento próximo ao existente na fase arcaica dessa língua. Enquanto na fase arcaica a língua era mais uniforme pela não existência da preocupação escrita de lapidação do idioma, como uma arte, na fase clássica, embora coexistindo com a modalidade falada, o latim tornava-se uniforme justamente pela influência estabilizadora da cultura e do aprendizado, o que, de

<sup>8</sup> Obviamente, à luz da Linguística moderna, termos como “cultura” e “inculto” não devem ser associados ao conhecimento da variedade da língua manejada pela elite, razão pela qual recomendamos, também, a relativização de tais expressões porventura discordantes do pensamento linguístico mais atual.

certo modo, levava o idioma clássico à morte<sup>9</sup>. Isso ocorria na contramão do latim vulgar que, na boca do povo, tomava novas formas de vida, desenvolvendo-se e proliferando nos territórios conquistados.

Eis, no geral, o latim vulgar. Cunha e Cintra (2008, p. 11) acrescentam ainda que o latim vulgar, na verdade, compreendia inúmeras variedades da língua falada, “que vão desde o colóquio polido às linguagens profissionais, e até as gírias (*sermo quotidianus, plebleius, rusticus, ruralis, pedestris, castrensis, etc.*)”, demonstrando o quão abrangente é a noção de “vulgar”. Aliás, tão abrangente que “foi esse matizado latim vulgar que os soldados, colonos e funcionários romanos levaram para as regiões conquistadas e, sob o influxo de múltiplos fatores, diversificou-se com o tempo nas chamadas línguas românicas” (CUNHA; CINTRA, 2008, p. 11).

Diversamente do latim clássico, sabemos pouco do vulgar porque, consoante Williams (1986), a tradição não nos deixou uma grande literatura para atestar a sua existência, o que existe, pois, são algumas fontes das quais se derivam os conhecimentos sobre ele. Trata-se de “elementos populares de origem intencional ou acidental, no latim clássico e no medieval”, de “observações lingüísticas no latim clássico e no medieval”, c) de “elementos latinos nas línguas dos povos com os quais os romanos entraram em contacto” e das próprias línguas românicas. “O latim vulgar é, por conseguinte, uma língua reconstruída de fragmentos heterogêneos e em grande parte na base da hipótese” (WILLIAMS, 1986, p. 15).

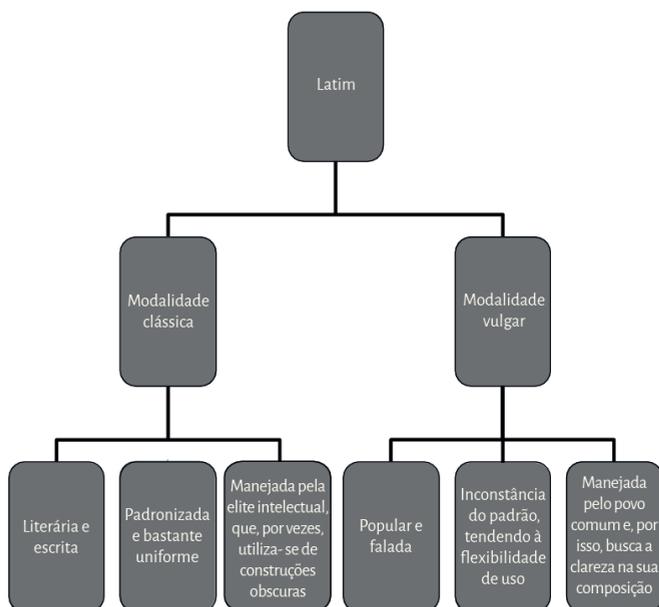
O fato de a língua vulgar ser usualmente falada por pessoas simples, sem que, na maioria das vezes, fosse deixado registro escrito sobre ela, foi um dos grandes problemas para a reconstituição dessa modalidade do latim. Vasconcelos (1912, p. 7) explica que quase nada se sabe desse latim falado, “porque não há obras propositadamente nêle escritas”. Sabe-se, no entanto, que, a par da língua literária, havia a vulgar. Era “diversa nos sons, nos vocábulos empregados, nas locuções, na construção sintáctica; diversa também na colocação das palavras, tão complicada na linguagem literária latina, – e tão singela nas línguas românicas”. Aliás, “praticamente, temos amostras positivas de passos do latim vulgar em passos de autores clássicos que ocasionalmente mencionam um outro termo, usado pelo vulgo”, explana a

<sup>9</sup> Não pretendemos versar aqui sobre a classificação linguística da língua latina na atualidade. Esse assunto por si só demandaria uma longa discussão específica.

professora Carolina Michaëlis de Vasconcelos (1912, p. 7). No mais, “outras há nas obras dos gramáticos, que por dever de ofício combatem o que para êles era um falar vicioso. Ainda outras em inscrições epigráficas”, complementa a acadêmica da Universidade de Coimbra (1912, p. 7).

Muitas das características citadas por Vasconcelos (1912) dizem respeito às distinções entre as duas modalidades latinas. Na prática, a grande distinção entre a modalidade clássica e a vulgar estava no prestígio que gozavam os indivíduos que as manejavam, o que, por sua vez, refletia no prestígio ou não da língua. Assim, da mesma forma que o homem mais urbano e elitizado gozava de maior prestígio social e, por conseguinte, linguístico, o homem menos urbano e elitizado sofria o efeito inverso. Ao latim clássico era reservada maior preponderância devido à lapidação do idioma, conquanto fosse a modalidade vulgar a que era efetivamente utilizada pela maior parte da sociedade romana. O que percebemos, portanto, é que a modalidade linguística utilizada pela maioria era a de menor prestígio linguístico, provavelmente em razão do valor que era atribuído à gente comum.

A respeito das características que distinguem o clássico do vulgar, podemos sintetizá-las por meio da Figura 3.



**Figura 3: Síntese das características das modalidades principais da língua latina**

Fonte: O Autor

Em breves palavras, o *status* da modalidade clássica latina aproxima-se do que hoje conhecemos como norma-padrão portuguesa, por ser correspondente “à variante literária e estilizada de um período muito importante para a história do Ocidente, porém bastante curto: o período que, de maneira geral, compreende os séculos I a.C. e I d.C.” (BASSO; GONÇALVES, 2014, p. 32). Mesmo que nem sempre a norma-padrão da língua portuguesa esteja relacionada a um estilo, como o era há séculos, percebemos uma clara relação com modelo, paradigma, sugerindo que tal variedade seja modelar em comparação com as demais. Nesse ponto, o posicionamento de Bechara (2009) é no sentido de considerar que o modelo de exemplaridade está reservado a circunstâncias especiais, como de fato o é, apontando um rumo à consideração das questões relativas à situacionalidade de uso da variedade padrão.

Notemos, pois, que a comparação entre a modalidade clássica latina e a variedade padrão da língua portuguesa não é fortuita, mas tracejada em virtude de ambas serem padronizadas e bastante uniformes. Com efeito, não esperamos do padrão normativo um comportamento de flexibilidade idêntico ao das demais variedades não padrão, já que são modalidades em evidente contraste. Além do mais, como apontado na Figura 3, o latim clássico era manejado por uma elite intelectual que incluía nobres, clérigos e letrados, o que colaborava para a emergência de um padrão menos flexível, especialmente porque a clareza não era o escopo precípua dos indivíduos que manejavam essa modalidade da língua latina, mas sim a lapidação de um idioma que se pusesse superior pela uniformidade e pela beleza artística. A escrita era uma arte.

Como se percebe, à modalidade vulgar do latim, popular, era atribuído o desprestígio linguístico em razão da desconstrução do padrão normativo, de ocorrência típica quando se verbalizam construções visando à comunicação corriqueira e à fala do dia a dia. Logo, por ser falado pela gente simples, o latim vulgar manifestava-se com maior flexibilidade de uso, buscando clareza na composição das sentenças, característica necessária à prática cotidiana da língua. Isso nos deveria ser óbvio, visto que a língua tende ao equilíbrio das formas de modo que a economia linguística facilite o uso real (fala, em princípio). Por isso mesmo, lembramos que a origem da língua portuguesa é devida ao latim vulgar, e não ao clássico, já que foram os indivíduos que manejavam a modalidade mais flexível da língua latina os verdadeiros colonos das terras conquistadas por Roma.

Nesse rumo, Basseto (2010a), ao tratar das características do latim vulgar, sustenta que essa modalidade era mais simples<sup>10</sup> em todos os níveis, inclusive morfologia e sintaxe; era mais analítica devido a “deficiências” em seu sistema flexional, valendo-se do “uso de preposições, advérbios, pronomes e verbos auxiliares para expressar funções e relações entre os termos” (BASSETO, 2010a, p. 93); era mais concreta, visto que representava o modo de vida dos falantes e de sua “mundividência”; era mais voltada a problemas de ordem material; era mais expressivo, porque se podem supor a ênfase, a espontaneidade e a afetividade em uma língua eminentemente falada; era, por último, mais permeável a elementos estrangeiros, sobretudo a empréstimos lexicais, o que não ocorria com a modalidade clássica, a qual apenas admitia termos designativos de algo novo ou técnico.

Assim sendo, muitos dos aspectos contrastantes que podem ser observados entre a escrita e a oralidade são originados em época muito anterior à atual, demandando um estudo histórico. De certa forma, as distinções entre as modalidades escrita e falada são um reflexo mais elaborado e desenvolvido do passado, o que ajuda a explicar, por exemplo, por que a escrita é tomada por alguns<sup>11</sup> como superior à fala. Essa dualidade representa uma das dicotomias que podem ser observadas nos aspectos da tradição gramatical.

## **2.2 O português moderno e a constituição da sua gramática**

### **2.2.1 A gramática hoje: para que serve?**

A discussão sobre para que serve a gramática normativa na modernidade é uma das grandes questões levantadas pelos estudiosos da língua portuguesa. Desde a sua

<sup>10</sup> Entendemos “simples” como um item lexical ligado à questão da teoria gramatical, não às línguas em geral. Adotamos a concepção de que a noção de complexidade das línguas é bastante profunda e merece espaço adequado para discussão com maior profundidade.

<sup>11</sup> Referimo-nos aos puristas da língua.

constituição até o seu uso efetivo nos diversos ambientes sociais, a utilidade gramatical tem sido vista como controversa, especialmente devido ao constante desenvolvimento da ciência linguística. É, então, bastante complicado tratar de tal assunto, ainda que haja vários esforços nesse sentido nos diversos meios de veiculação do trabalho científico.

Sobre a gramática normativa, duas indagações podem ser norteadoras para que entendamos como funciona tal disciplina na atualidade e qual é a sua serventia: 1. Como se dá a questão constitutiva das seções de uma gramática? 2. Qual é a utilidade do estudo da gramática? Essas e outras questões ilustram o imaginário daqueles que se preocupam com o verdadeiro propósito da gramática.

Inicialmente, antes de refletir acerca das questões norteadoras postas em relevo, buscamos em Neves (2005) e Lyons (1979) a explanação de que, na Grécia antiga, foi o esforço inicial de explicação de textos de poetas, especialmente Homero, que pôs em voga a necessidade de preservação de um padrão ideal. A partir da análise de textos poéticos, observaram-se discrepâncias entre o padrão do grego clássico e a linguagem corrente, que era considerada corrompida e repleta de barbarismos, longe de um modelo polido e idealizado cujos estímulos de preservação refletiam o “grego autêntico”. Mas como se pode chamar de autêntica uma língua modelar que não refletia o real uso do povo grego?

Na verdade, ao lado da crítica literária, desenvolveu-se uma atividade filológica bastante peculiar devido à própria situação histórico-cultural grega, em que ao filólogo (*philólogos*) interessava toda cultura em geral, entendida como “a memória do passado” (NEVES, 2005, p. 112). Rever criticamente os textos e compreender as obras literárias era função do gramático (*grammatikós*), o qual não só explicava as obras, mas também as julgava, reconhecia ou não a sua autenticidade, apontava belezas e defeitos (NEVES, 2005). Observemos que a atividade principal do gramático era justamente a de julgamento dos aspectos das obras literárias, os quais obviamente não estavam salientes na língua dos gregos comuns. Assim, elementos como autenticidade e beleza não se aplicariam ao uso corrente da língua, motivo pelo qual entendemos que a suposta autenticidade do grego padrão era mais uma questão de arbítrio social e de prestígio do que de “qualidade linguística” em si.

Os comentários e tratados de gramática, que tinham escopo bastante específico relacionado à pesquisa e à docência, quando aliados ao estudo metódico

dos elementos da língua, compunham propriamente a gramática; tudo isso situado em um contexto cultural que limitava o interesse gramatical à escrita, especialmente a literária. Não havia espaço para a investigação da informalidade linguística, por ser esta o reflexo da corrupção da língua corrente. Se transpostos esses pressupostos à atualidade por analogia, percebemos claramente que os estudos de cunho gramatical, da forma como tradicionalmente se apresentam, também põem em relevo a escrita em detrimento da fala. E é bom notar que, embora o contexto histórico atual não mais reflita o passado grego, os interesses investigativos se perpetuaram. Por isso, normalmente são escolhidos exemplos de autores clássicos da língua portuguesa para ilustrar o que se considera padrão, modelar, ignorando a modalidade coloquial da língua, que tem merecido atualmente a atenção de outras searas dos estudos linguísticos.

Segundo Weedwood (2002), assim como ocorreu com a maior parte dos elementos relacionados à vida intelectual romana, a introdução da gramática na cultura latina foi atribuída aos gregos. Assim, adentrando na questão constitutiva das gramáticas, mais precisamente nas seções em que são divididas, é preciso entender que as gramáticas latinas antigas ainda não continham a fonética e a morfologia da forma como hoje são encontradas nos compêndios, mas sim a teoria da *littera* e a etimologia. Sob outros aspectos, porém, o conteúdo de uma gramática antiga não se diferia muito de uma “moderna”, dada a preocupação com a exemplificação de categorias de natureza semântica e a catalogação de irregularidades morfológicas, por exemplo.

Resumidamente, a teoria da *littera* estava relacionada à representação dos sons da fala pelo símbolo escrito e era descrita como uma entidade com três propriedades: seu nome (*nomen*), seu aspecto escrito (*figura*) e seu som (*potestas*). Enquanto *nomen* e *figura* aludiam ao próprio movimento da pena para formar cada uma das letras (WEEDWOOD, 2002), ou seja, à escrita da palavra, *potestas* era uma propriedade da *littera* que se aproximava do que hoje se conhece como fonética<sup>12</sup>, já que se preocupava com a classificação das vogais e das consoantes. Não podemos dizer, pois, que a teoria da *littera* era a própria fonética, mas que, de forma bastante simplificada, representava uma “unidade de fala fisicamente visível e audível” (WEEDWOOD, 2002, p. 45), que futuramente daria origem à fonética.

<sup>12</sup> Conquanto preferimos o termo “fonologia”, mantivemos a expressão utilizada por Weedwood (2002).

Também de modo sintético, a etimologia não refletia exatamente a morfologia, campo de investigação bastante novo (pós-renascentista), porque, quando estudiosos buscavam a natureza de uma palavra, não era a forma original o que lhes interessava, mas o significado original, que poderia ser obscurecido por diversos fatores, entre eles o tempo, a influência estrangeira, além das inexatidões na imposição primitiva dos nomes. Sem falar que mudanças na forma poderiam ocorrer por acréscimo, apagamento, transposição e mudança de sons. Na etimologia, a forma pronunciada e escrita da palavra não tinha real importância, motivo pelo qual se pode explicar a ausência de interesse no estudo morfológico na antiguidade e no medievo (WEEDWOOD, 2002).

A sintaxe, por sua vez, estava inserida em uma conjuntura classificatória que não levava em conta os papéis desempenhados pelas palavras e o contexto em que estavam inseridas. No século II d.C., Apolônio Díscolo já apontava que o estudo da sintaxe poderia ajudar na recuperação da estrutura verdadeira de uma frase defeituosa (WEEDWOOD, 2002). Segundo Basseto (2010b, p. 341), foi Apolônio quem utilizou pela primeira vez “sintaxe” com termo gramatical, designando “desde a ‘ordenação’ das sílabas, da estrutura das palavras e dos acentos, as flexões casuais, até a regência das preposições, a colocação e a concordância no período”. Logo, à exceção da primeira parte, de fato o entendimento do que seria sintaxe já delineava um futuro em que esse departamento da gramática abrangeria a colocação (proclítica, mesoclítica, enclítica ou apossinclítica<sup>13</sup>), as concordâncias (verbal e nominal) e as regências (verbal e nominal), todas analisadas sob o crivo da sintaxe de função (essencial, integrante e acessória). Assim o é modernamente, para não dizermos que o entendimento atual da sintaxe na tradição não é, de fato, moderno.

Foi Prisciano, contudo, que, baseando-se em Dionísio de Trácia, Apolônio Díscolo e Herodiano, aplicou ao latim a doutrina sintática a partir da obra *Institutiones Grammaticae* (WEEDWOOD, 2002; SILVA, 1992). A noção de independência da frase no que tange ao seu contexto de suficiência para o conhecimento das relações sintáticas, herdada de outrora, é o que faz alguns manuais de sintaxe transmitirem a percepção de que a simples análise frasal dispensa uma análise contextual mais ampla. Aliás, essa percepção tem sido afastada por estudiosos da língua que se dedicam à defesa

<sup>13</sup> Hoje, a apossinclise é considerada forma arcaica de colocação pronominal. Em realidade, são plenas as colocações proclíticas e enclíticas, sendo a mesoclítica parcialmente utilizada na escrita comum.

da contextualização dos estudos de sintaxe, tais como Bagno (2010), Travaglia (2009), Antunes (2005), Bortoni-Ricardo (2004), Scherre (2005), entre outros.

De nada valeria ponderar a respeito dos departamentos em que a gramática normativa se divide se não fosse útil de alguma forma o seu estudo. Nesse sentido, Travaglia (2009) inclui no rol da competência comunicativa dos usuários da língua as competências textual e gramatical (ou linguística), sendo esta a capacidade que todo falante, escritor, ouvinte, leitor, isto é, todo usuário da língua, tem de gerar sequências linguísticas gramaticais, ou seja, próprias e típicas. Trata-se da verificação da admissibilidade da sentença (orações, frases), examinando se são gramaticais ou agramaticais, sem a emissão de juízos de valor. Logicamente, ao tratar do assunto, Travaglia (2009, p. 27) se refere à gramática descritiva, concepção relacionada à “descrição da estrutura e funcionamento da língua, de sua forma e função”, e não à gramática dita normativa.

Com efeito, um tom de cientificidade reveste os estudos de descrição gramatical, como já apontava Said Ali (1966, p. 15) em meados do século passado. Segundo o autor, “gramática descritiva é a que expõe os fatos da língua atual”, sendo “científica quando procura esclarecer vários fatos à luz da ciência da linguagem e da gramática histórica”, a qual, por seu turno, “estuda a evolução dos diversos fatos da língua desde a sua origem até a época presente”. A gramática normativa “é uma disciplina didática por excelência, que tem por finalidade codificar o ‘uso idiomático’, dele induzindo, por classificação e sistematização, as normas que, em determinada época, representam o ideal de escrita correta” (ROCHA LIMA, 2011, p. 38). Mesmo sendo científica, a gramática descritiva não dá conta da complexidade dos fenômenos da língua, reconhece Azeredo (2013).

A complexidade linguística é tamanha que não se pode conceber uma descrição completa e, de fato, Perini (2016, p. 39) afirma que “nenhuma descrição gramatical pode [...] ter a pretensão de ser completa ou definitiva”, até porque “a área da incerteza é extremamente ampla, e é de se esperar que novos resultados venham com frequência interferir nas gramáticas, mesmo as mais atualizadas”. Como podemos notar, a descrição da língua bastante difere dos ditames da tradição, que entende a língua de modo estático, sem embargo de algumas controvérsias a acertar. Essa noção estática pode ser observada na fundamentação das normas da gramática normativa, que, de acordo com Rocha Lima (2011, p. 38), tem em vista “as obras dos grandes escritores, em

cuja linguagem as classes ilustradas põem o seu ideal de perfeição, porque nela é que se espelha o que o uso idiomático estabilizou e consagrou”.

Ao ocupar-se da gramática de cunho normativo, Franchi (2006, p. 18) afirma que os gramáticos “partem de um fato da linguagem que todos estão dispostos a reconhecer: o fato de que, no uso da linguagem, existem diferentes modalidades e dialetos, dependendo de condições regionais, de idade e sexo e, principalmente, condições sociais”. Sem embargo disso, assevera o autor que, de forma evidente, não há uma valorização estritamente linguística dessas modalidades. Por certo, não há essa intenção explícita nos compêndios normativos e, normalmente, eles não se predispõem a isso, de modo que não se pode esperar que a gramática normativa dê conta (ou tenha interesse de fazê-lo) das demais variedades da língua que não a padrão, por ser esta assaz estática. Não obstante, o próprio Franchi (2006) aponta que a gramática também possui um componente descritivo.

Ora, é neste ponto que notamos que a maior utilidade da gramática normativa está exatamente no fato de ser uma compendiadora de elementos que constituem a norma-padrão da língua portuguesa, utilidade esta que também devemos atribuir às demais obras que se dedicam às outras variedades linguísticas constitutivas da riqueza do português. Ainda que a gramática normativa não se destine primordialmente à descrição da língua, mas à prescrição, típica de manuais, ela tende a descrever determinados elementos linguísticos quando tenta explicá-los, o que chamamos de “tendência à cientificidade”. Decerto também há riqueza na variedade padrão e igualmente há nas outras variedades. A questão está na rejeição das modalidades não padrão como se não constituíssem fatos linguísticos. Isso sim seria um equívoco.

Eis que parece ser a forma de utilização da gramática normativa o maior problema. Assim como qualquer manual, a gramática tem um fim específico. Observemos que não se pode ensinar o falante do português a manejar a própria língua, da mesma forma que não se pretende ensinar a um padre como rezar uma missa. No entanto, os indivíduos, em situações específicas, em ambientes de formalidade, podem se valer do conhecimento do padrão linguístico a fim de dar conta de um critério de situacionalidade, ou seja, a situação pode requerer ou exigir o manejo de determinada variedade. Utilizamos a comparação com a situação do padre porque sabemos que, mesmo sabendo rezar uma missa, o sacerdote aprende como

conduzir rituais específicos a serem realizados em momentos também específicos. Nesse sentido, a norma-padrão seria uma entre muitas outras possíveis, distinguindo-se das demais propriamente por ser padrão, já que o acesso a este, em ambientes informais, é menos frequente.

## 2.2.2 Uso, função social e tradição

Dentro desse contexto de utilidade da gramática normativa, emergem questões relacionadas ao uso e à função social desta. Tais indagações partem do pressuposto de que a gramática normativa não é a língua portuguesa nem o contrário é verdadeiro. Logo, o estudo do padrão normativo é condição para melhorar a expressão oral e escrita do indivíduo que maneja a língua portuguesa?

Quando falamos em estudo da gramática normativa, não podemos deixar de abordar seu lugar da escola – a norma-padrão tem lugar cativo nas aulas de português, levantando diversas possibilidades em relação ao ensino de língua materna sem que caiamos no reducionismo de considerar o português e a gramática como sinônimos. Na verdade, esta faz parte daquele, assim como as inúmeras normas dos vários grupos de falantes compõem a língua em sua perspectiva de diversidade. E esse vínculo inegável tem sido provado, conforme já registrava Lyons (1979) em meados do século XX, na tendência à abordagem clássica do estudo de gramática nos departamentos de línguas de escolas e universidades, em adesão às influências da tradição greco-romana na análise da teoria linguística.

O uso da gramática em sala de aula ainda é assunto controverso e vem levantando discussões em várias obras como as de Bagno (2007, 2010, 2013), Bortoni-Ricardo (2004, 2005), Neves (2012) e Scherre (2005), por exemplo. Na tentativa de ponderar que a gramática normativa não é a língua portuguesa, mas uma das variedades da língua, sendo necessária, pois, na abordagem de outras variedades linguísticas no ambiente escolar, vários desses autores levantam também a necessidade de explicar aos alunos conceitos como o de variação linguística e o de preconceito linguístico, diminuindo no discente a falsa sensação de que não sabe ou não domina a língua de que é falante.

Consoante Bortoni-Ricardo (2004), o Brasil é composto de diversidade linguística e de pluralidade cultural bastante marcantes, fazendo com que, em qualquer domínio social, encontre-se grande variação no uso da língua, pois, em todos esses domínios, “há regras que determinam as ações que ali são realizadas” (BORTONI- RICARDO, 2004, p. 25). De qualquer forma, sendo a variação linguística uma realidade que compõe a característica de heterogeneidade da língua, ela sempre ocorre porque é inerente à própria comunidade linguística. Se utilizada a escola como exemplo de domínio social, já percebemos que as funções desempenhadas por professores, diretores, coordenadores, entre outros, acabam por lhes conferir um modo mais monitorado de linguagem, diferentemente do que ocorre com os alunos em conversa entre si.

Nesse sentido, um primeiro óbice na relação entre o ensino de língua e a tradição gramatical seria a própria inclusão da variação linguística nas costumeiras aulas de língua portuguesa como forma de pôr em contato aspectos da gramática com princípios linguísticos. Além do mais, com um número reduzido de aulas e uma ementa a cumprir, caberia ao professor acumular mais uma tarefa: a de decidir o momento ideal para inserção e desenvolvimento do assunto, dando à variação linguística um espaço necessário no ambiente de tratamento da língua portuguesa. Isso seria uma primeira ação educacional para ampliar o debate a respeito do ensino de gramática na escola.

Repetimos que, não sendo a gramática normativa a língua portuguesa, seu ensino não representaria, de maneira lógica, o ensino da própria língua (senão de outra, a que nem todo indivíduo tem acesso), especialmente porque seria necessário acolher o pressuposto de que os brasileiros não conhecem o seu idioma, o que não é bem verdade. Nesse rumo, Bagno (2007) propõe a tripartição do português em norma-padrão, norma culta e norma popular, distinguindo que o padrão e o culto não são sinônimos. Para o autor, enquanto a norma-padrão “não faz parte da língua, não corresponde a nenhum uso real da língua, constituindo-se mais como um modelo, uma entidade abstrata, um discurso sobre a língua, uma ideologia linguística” (BAGNO, 2007, p. 106), a norma culta, por seu turno, é representada pelas variedades prestigiadas, ou seja, “a língua realmente usada pelas camadas privilegiadas da população” (BAGNO, 2007, p. 109). Já a norma popular, de acordo com Lucchesi (2006, p. 88), “emerge do uso da grande maioria da população do país, desprovida de

educação formal e dos demais direitos da cidadania, com os previsíveis reflexos na língua da pluralidade étnica que está na base da sociedade brasileira”.

Embora concordemos que a distinção entre o padrão normativo e o que se considera culto em termos de língua seja necessária e importante, especialmente em aulas de língua portuguesa, não vislumbramos que a norma-padrão “não faz parte da língua”, por se tratar, a nosso ver, de pensamento bastante reducionista em relação à norma. Na verdade, na medida em que desperta discussões a respeito de uso e função, a norma-padrão integra a língua como uma variedade linguística, ainda que modelar, mas não abstrata, e sim resultado da abstração representada pela tradição, esta sim de caráter doutrinário. Acredita-se, neste ponto, que tenha havido uma confusão entre os conceitos atribuídos à tradição gramatical e à norma-padrão. A abstração poderia ser atribuída à tradição, mas não à norma em si contida na gramática.

De mais a mais, a expressão “uso real da língua” deve ser relativizada. Quem poderia dizer que, nas aulas de português, o ensino do padrão normativo não seria uma espécie de uso da língua? A sala de aula não deve ser considerada um diminuto domínio social onde a variedade padrão é ensinada, senão praticada com as devidas ressalvas? Por lógico, entendemos, então, que a norma-padrão é uma variedade da língua portuguesa porque a percepção é a de que, independentemente do tamanho domínio social e da comunidade linguística, não se pode alijar da classificação de variedade uma prática de uso ou uma tendência de prática, mesmo modelar, na fala ou na escrita. É nesse sentido que marcamos um ponto de discordância com a obra de Bagno (2007), especialmente porque, entendendo a norma-padrão da forma como o autor o faz, acaba-se por ter como efeito a exclusão de uma variedade do meio das outras. E não tencionamos aqui o rebaixamento da variedade padrão em relação às demais, mas a equidade de valor linguístico e social.

Efetivamente, a suposta abstração que resulta na norma-padrão não é suficiente para afirmar que ela não faz parte da língua porque esta não existe apenas no trânsito de falantes, ou seja, no uso oral. Deve ser lembrado que tal norma está registrada em documentos arqueológicos e na literatura, por exemplo, e ambos não refletem necessariamente o uso, não o oralizado pelo menos; não o atual, além disso. Na verdade, para recuperar como idiomas antigos eram utilizados, especialmente na oralidade, é necessário abstrair uma língua não mais existente a partir de

registros escritos. Essa abstração é utilizada frequentemente pela etimologia, que é a antiga parte da gramática que trata da história e da origem das palavras, quando, por exemplo, recorre ao latim como reserva lógica, abstrata, hipotética da língua portuguesa. Dessa forma, entende-se que a norma-padrão faz parte da língua, entendida esta de modo amplo.

Nessa linha de raciocínio, também compreendemos que os falantes ditos cultos, mais escolarizados e mais urbanos, não manejam a norma-padrão tal qual ela é. A norma de que tais indivíduos se valem é uma mescla entre o padrão normativo e as flexibilizações típicas de variedades linguísticas mais corriqueiras<sup>14</sup>. De qualquer modo, não se pode preterir a intenção normativa de ambientes específicos da comunidade linguística. O que percebemos é que a situacionalidade é um fator preponderante para a modificação da variedade utilizada. Logo, a título de exemplo, um professor universitário, ministrando uma palestra em simpósio internacional, tenderá à utilização do padrão normativo. Nesse caso especificamente, o docente monitorará as palavras proferidas de modo que soem mais “formais” de tão monitorados que são determinados momentos no ambiente acadêmico. Segundo Bortoni-Ricardo (2004), a escrita costuma ser mais monitorada do que a oralidade, que está relacionada à espontaneidade e à interação.

Ora, sabemos que esse excesso de monitoramento se deve ao prestígio histórico da norma-padrão – que parece se estender até a atualidade por meio das gramáticas normativas – diante das demais, mas como dizer que determinados momentos, como o que foi citado, não são uso real da língua? De fato, o são. E mais, até mesmo no uso de variedades mais corriqueiras, o indivíduo, na escrita ou na fala, está sujeito a um monitoramento próprio do manejo da língua, momento em que, muitas vezes, é possível observar a presença da norma. Nesse sentido, compreendendo a gramática normativa como a compilação da norma-padrão, não podemos olvidar que ela “é uma disciplina que, pelas próprias condições em que surgiu, aparece com finalidades práticas, mas representa um edifício somente possível sobre a base de uma disciplina teórica do pensamento sobre a linguagem” (NEVES, 2005, p. 14). Em outras palavras, “a gramática não poderia ser escrita livre de uma teoria. É a teoria que constrói os fatos, não se

<sup>14</sup> Adjetivos como “corriqueiro”, “comum”, “coloquial”, etc. não são empregados com um tom pejorativo, a não ser que alguma citação assim o faça.

podendo conceber uma descrição de gramática ateórica nem uma construção de fatos sem recurso a uma teoria que os configure” (NEVES, 2012, p. 187).

Conquanto discussões como essas quiçá sejam profundas para abordagem no ensino básico, alguns pontos de relevância e o conceito de variedade e de uso devem ser debatidos como forma de inteirar o aluno do próprio conteúdo aprendido, explicando que a variedade padrão de fato não contempla as demais variedades linguísticas igualmente funcionais, mas que o contrário também não ocorre. Não parece haver interesse por parte de muitos dos estudiosos das variedades mais corriqueiras em dar conta da variedade padrão, já que cada variedade ocupa um lugar de uma situação de uso específica, falada ou escrita. É nesse sentido que se assevera que o estudo do padrão normativo não é condição *sine qua non* para melhorar a expressão oral e escrita do indivíduo que maneja a língua portuguesa, porquanto tal indivíduo obviamente já a conhece bem, empregando, a depender da situacionalidade, a variedade que lhe couber. Como o padrão normativo não é mormente abordado fora da escola e de outros ambientes formais, defendemos o seu ensino no ambiente escolar, sem desconsiderar, no entanto, as demais variedades existentes, abordando-as à medida que o decorrer da aula permitir.

Não se trata aqui de tornar secundário o ensino das variedades corriqueiras, elevando o padrão normativo a um *status* que não lhe é devido, mas de proporcionar espaço à norma-padrão dentro de um ambiente formal a fim de dar conta de outros usos sociais futuros de tal variedade como exames para ingresso em instituições de nível superior de ensino, por exemplo. Pode-se dizer, inclusive, que vestibulares e concursos públicos são elementos do dia a dia de muitos indivíduos, e a norma-padrão é objeto de cobrança por ser bastante homogênea e hermética, a despeito de serem os usos da língua claramente heterogêneos. A propósito disso, é comum ver em concursos a cobrança de distinção entre variedades e modalidades linguísticas, como ocorre no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), o que foi abrangentemente retratado por Oliveira (2015a).

Em trabalho acadêmico, Oliveira (2015a) demonstra que a norma-padrão (entenda-se a gramática normativa) tem uma função social na seleção formal do ENEM, à qual quase todos os indivíduos que almejam ingressar no nível superior de ensino estão sujeitos. O autor demonstra quantitativamente, inclusive, que a presença

da norma-padrão é tão acentuada que a cobrança ocorre em todas as avaliações entre os anos de 2006 e 2014, enquanto questões de cunho sociolinguístico e relativas a níveis de linguagem, categoria considerada híbrida para o autor, sofreram intermitências em alguns dos anos analisados. Não se fala de ascensão social pelo conhecimento da norma, verdadeiro mito desfeito por Bagno (2013), mas do aumento das possibilidades de acessar maior quantidade e qualidade de conhecimento, ampliando-o por meio do conhecimento da norma-padrão.

O conhecimento prévio do indivíduo, aluno ou não, deve ser considerado no contato com a norma-padrão, haja vista que o padrão normativo não é – pelo menos não deveria ser – imperativo em todos os ambientes. Em conjunturas formais, entretanto, o entendimento da norma em nada diminui o saber prévio do sujeito; ao revés, proporciona o contato com outras modalidades e estilos que normalmente ele só encontraria na escola. Não se trata de melhor ou pior nesse contexto. Aliás, discordamos de Bechara (2006, p. 7) no que concerne à asserção absoluta de que a gramática normativa deveria ser o objeto central da escola por permitir ao educando uma “educação linguística necessária ao uso efetivo do seu potencial idiomático”. Acreditamos que o indivíduo sempre está em pleno uso do seu potencial idiomático, ainda que não reconheça todas as variedades (se é que isso é possível) que a língua comporta. E isso não é empecilho para o desenvolvimento de uma comunicação mais adequada à maioria dos ambientes informais com que o indivíduo terá contato durante a vida.

Desse modo é que podemos ter um vislumbre de como tradição, uso e função social se entrelaçam quando se trata de gramática normativa. Apesar de vários pontos assentes e outros dissonantes, quando se fala na norma que concretiza a tradição, é inevitável não abordar, ainda que brevemente, o lugar da escola nessa situação. No mais, por vários motivos expostos, a gramática normativa e seu uso são socialmente relevantes, a despeito de toda a celeuma que envolve o aprimoramento da expressão oral e escrita do indivíduo, que, a propósito, deve continuar levantando questionamentos em momentos futuros. O estudo da norma não se esgota no livro chamado gramática, por isso precisa ser objeto de debate tanto quanto necessário ao entendimento de que a variedade padrão não é, entre as várias variedades linguísticas, nem melhor nem pior que as demais.

# AS DICOTOMIAS TÍPICAS DA TRADIÇÃO GRAMATICAL

## 3

### **3.1 O discurso da correção e do erro**

#### **3.1.1 Erro x acerto: dicotomia ultrapassada?**

Relativamente à tradição gramatical e à gramática normativa, um binômio que sempre merece atenção analítica é o famoso “certo x errado”, já que, em tempos de grandes avanços nas ciências da linguagem, formas de falar e escrever são classificadas como corretas ou incorretas sem que se explorem os contextos onde as sentenças são proferidas ou grafadas. O discurso da correção e do erro é bastante evidente, sobretudo em aulas de língua portuguesa, e não parece perder “fôlego” para que cesse em um futuro próximo.

Preliminarmente, acreditamos que a sobrevivência dessa dualidade entre o certo e o errado dá-se em razão do que Lyons (2011) denomina de “ficção da homogeneidade”, ou seja, a pressuposição de que a língua manifesta-se da mesma forma dentro de uma comunidade linguística composta por muitos falantes, de que é homogênea. Segundo o autor, “em todas as comunidades lingüísticas do mundo, a não ser nas muito pequenas, há diferenças mais ou menos óbvias de sotaque e dialeto” (LYONS, 2011, p. 18), sendo o primeiro termo (o sotaque) mais restrito do que o segundo por se referir tão somente à pronúncia da língua, não trazendo implicações a respeito de gramática e vocabulário.

Considerando que o discurso, assim como afirma Maingueneau (1998), é um modo de apreensão da linguagem relacionado à atividade de sujeitos que estão inscritos em contextos determinados, a dualidade entre erro e acerto emerge dentro

de um espaço que envolve essa noção. De forma abrangente, podemos considerar contexto como os elementos que cercam o mundo social de uma noção (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2012), e é justamente a tradição o contexto em que se desenvolve essa dualidade, isto é, um modo específico de conceber a gramática e de praticá-la em ambientes acadêmicos ou não. Trata-se, consoante Franchi (2006, p. 52), “de uma tradição (num sentido quase mecânico de tradição) que foi se acumulando e catalogando questões, problemas, soluções específicas, definições: um baú de guardados”.

Mesmo que, após a segunda metade do século XX, os instrumentos gramaticais tradicionais tenham deixado de ser a única referência para a representação da língua, ainda existem elementos homogeneizadores cujos efeitos de bloqueio atravancam o desenvolvimento e a produção do conhecimento. Prova disso é que até mesmo os discursos das gramáticas produzidas por linguistas não são homogêneos, assinalando, na verdade, uma disputa pelo poder de definir a língua do brasileiro, entre o discurso da linguística e o da tradição (FARIAS, 2014). É nesse sentido que, tentando definir o que é certo ou errado e qual é o melhor ponto de vista, alguns estudiosos acabam por exacerbar a distância entre o erro e o acerto.

Relativizando as críticas aos estudos gramaticais, Franchi (2006, p. 51-52) explica que, na verdade, “não existe propriamente uma só concepção servindo de base às noções, conceitos, relações e funções com que se opera nas análises e descrições feitas na escola e em nossos livros didáticos”. Isso é bem verdade. Não nos esqueçamos de que os professores, imbuídos de novas leituras e de tentativas de novas práticas educativas, mesclam o ensino de gramática a outros conhecimentos, originando um ensino de conteúdo híbrido nem sempre propriamente “gramatiquero”, ou pelo menos não puramente. Pensando assim, não podemos atribuir o dualismo do certo x errado apenas ao ensino de gramática da língua portuguesa. “A questão não está no interesse teórico da tradição. Está na repetição inconsciente de fórmulas com que suas intuições se escolarizaram [...]. Está na falta de reflexão sobre o que realmente se está fazendo, quando fazemos gramática do modo que fazemos” (FRANCHI, 2006, p. 52).

Nesse rumo de discutir a tradição gramatical pelo certo e o errado, Luft (1993) chega a atribuir ingenuidade ao ensino tradicional, que prioriza as noções de acerto, por partir do pressuposto de que o aluno não sabe a língua, tendo de aprendê-la, cabendo ao professor ensiná-la. De acordo com o autor, o falante nativo conhece a

sua língua, faltando-lhe “desenvolver, crescer, praticar em outros níveis e situações” (LUFT, 1993, p. 42). Além disso, o autor explica que, com o ensino gramaticalista, os alunos ficam sobrecarregados com inutilidades que não lhes permitem aprender o que realmente interessa, como interpretação e redação de textos, recursos e técnicas de expressão. Assim, o aluno acaba fracassando justamente naquilo que constitui o centro das atenções, que é a teoria gramatical, podendo desenvolver insegurança, inibição comunicativa, etc. (LUFT, 1993).

Ressaltamos, neste ponto, que o debate incide justamente no fato de a dicotomia certo x errado desconsiderar o contexto, tendendo a uma padronização que nem sempre corresponde às expectativas do indivíduo que maneja a língua, já que é pressuposto da diversidade linguística a flexibilidade que proporciona o processo criativo do indivíduo quando compõe uma sentença. Isso porque “cada ato de fala é, até certo ponto, um ato criativo. Uma língua é um instrumento de comunicação, mas uma língua em si mesma não comunica”. Nesse sentido, “para expressar uma idéia um falante deve avaliar a situação e empregar o sistema lingüístico que maneja para codificar a idéia sob a forma de sinal, a partir do qual o ouvinte poderá reconstruir, pelo menos aproximadamente, essa idéia que incitou a manifestação oral” (LANGACKER, 1980, p. 61).

Por certo, a dificuldade de mudar o discurso gramatical para um discurso científico ocorre porque “a passagem de um discurso a outro é acompanhada de uma mudança na estrutura e no funcionamento dos grupos que gerem esses discursos” (MAINGUENEAU, 2005, p. 119). Seria, pois, necessária a mudança na perspectiva de pensamento dos gramáticos, que são os estudiosos que dão conta da teoria gramatical padronizada. Isso não parece ser tarefa fácil, visto que a própria gramática normativa, apesar de tender à cientificidade, não se quer científica de fato. Além do mais, já se sabe que, tal como os demais estudos que envolvem a língua, a norma tem um lugar cativo na seara da língua portuguesa.

O discurso não é o mesmo que a prática discursiva; não se pode, logo, querer igualá-los. Ainda que emergisse um discurso da gramática em prol da flexibilização das noções de certo e errado, seria preciso pô-lo em prática a fim de que ocorresse, assim como apregoa Maingueneau (2005, p. 121), uma “transformação gradual dos enunciadores de um discurso em enunciadores de outro discurso por uma série de

microevoluções”. Além de pouco viável e bastante improvável, essas modificações que se referem à gênese de um discurso só seriam possíveis se houvesse um esforço no sentido de facilitar novas incursões na teoria gramatical padronizada, ou seja, no padrão normativo, na norma-padrão.

Ao que parece, sendo o campo científico um lugar de concorrência onde cada área do saber tenta firmar sua autoridade científica e sua competência técnica, à gramática normativa seria mais interessante manter-se fora da disputa, das discussões, até porque, consoante Maingueneau (1997, p. 57), é muito comum que coincidam os produtores de um discurso com os seus consumidores; “escreve-se apenas para seus pares que pertencem a comunidades restritas e de funcionamento rigoroso”. Dessa forma, caberia uma discussão mais profícua à gramática descritiva, que “descreve e registra para uma determinada variedade da língua em um dado momento de sua existência (portanto numa abordagem sincrônica), [...] trabalha com qualquer variedade da língua e não apenas com a variedade culta” (TRAVAGLIA, 2009, p. 32).

Apesar de termos adotado o conceito de gramática descritiva com base na obra de Travaglia (2009), não aderimos aos excessos<sup>1</sup> do autor em relação à definição de gramática normativa, haja vista que pensamos esse tipo de compêndio, dentro de um forte contexto histórico-genético de dominação, como uma compilação de normas que de fato não se pretende científica, apesar de ter inclinação para a cientificidade, voltada primordialmente para a escrita, mas sem dispensar atenção à fala, sendo a sistematização uma de suas principais características de operacionalidade a partir de critérios de situacionalidade linguística. Em outras palavras, a gramática normativa se reconhece expositora de uma variedade linguística padrão e, por isso, pouco sujeita à mudança. Segundo Oliveira (2015b), em contraposição a Bagno (2013), o qual entende que a gramática tradicional despreza totalmente os fenômenos da língua oral, “a gramática preocupa-se mais com a escrita do que com a fala, não desprezando totalmente esta, no entanto. Ocorre que, de forma evidente, a preocupação normativa abrange apenas a norma-padrão, ainda que alguns compêndios abordem de forma sucinta outras variedades linguísticas (OLIVEIRA, 2015b, p. 301).

Nesse sentido, saber gramática (normativa) é conhecer a norma-padrão, uma variedade funcional a depender da situação comunicativa e do momento de uso,

<sup>1</sup> Posicionamento por nós adotado sem que se queira macular a excelente e consagrada obra de Travaglia (2009).

sem desprezar, no entanto, outras variedades linguísticas apropriadas em diversas ocasiões de comunicação. Aliás, desprezar a norma-padrão seria incorrer em um equívoco que muito se evita quando se trata de variedades menos prestigiadas. Apesar de considerado de prestígio, na verdade, o padrão normativo deveria ter *status* análogo às outras variedades, visto que sua funcionalidade é variável assim como as demais e restritamente aplicável. Explicamos essa restrição de aplicabilidade com base no critério da já repetida situacionalidade, que dirige o indivíduo a manejar uma variedade com base no que quer comunicar, onde comunica, com quem se comunica, etc. Note-se que o nativo da língua portuguesa é competente para distinguir quando uma variedade é preferível à outra, sujeitando-se constantemente a automonitoramentos na escrita e na fala.

Gramática é todo instrumento que trata de categorias, propriedades e características da língua, ou de uma língua, com o objetivo de explicar o seu funcionamento. Sua base é o conhecimento linguístico oriundo, de um lado, da linguística clássica, como podemos chamar aquele formato no mundo greco-latino e, de outro, oriundo da linguística moderna que se construiu por continuidade, descontinuidade ou, mesmo, por ruptura com o clássico. A gramática constitui 'um gênero relativamente estável' também sob o ponto de vista conceitual e formal, pois as mais e também as menos conservadoras tratam de categorias linguísticas (LEITE, 2014, p. 117).

Acreditamos, nesse rumo, que, mesmo sendo ou parecendo ser um limitador ou condicionador de um discurso mais amplo e aberto, o padrão normativo que sustenta a dicotomia certo x errado só é possível porque tem no autor um indicador de verdade. Foucault (2013, p. 25-26) explana que, “na ordem do discurso científico, a atribuição a um autor era, na Idade Média, indispensável, pois era um indicador de verdade. Uma proposição era considerada como recebendo de seu autor seu valor científico”. Ainda que Foucault (2013) refira-se ao discurso de caráter científico, acreditamos por analogia que, no discurso não científico como o é o gramatical, o autor (do compêndio normativo) assegura a autoridade das afirmações da variedade padrão. Por isso, não é raro ouvir metonímias apontando que algo foi lido em Bechara, Celso Cunha ou Rocha Lima. O nome do autor acompanha sua obra e a ela pressupõe autoridade, mesmo entendendo que a força da tradição basta para sustentar o discurso gramatical.

A gramática normativa, embora esteja no exterior da ciência, parece se firmar em uma prática bastante definida e alicerçada pela tradição de séculos. Talvez por isso os erros, em sentido estrito, são a todo tempo contrapostos ao acerto, dentro de uma interdependência em que um item não sobrevive nem tem sentido sem o outro. Aliás, o erro, segundo Foucault (2013), só existe dentro de uma prática definida. Não há que se falar em erro se não existir a figura do acerto, logo é dentro de uma relação de interdependência que esses dois conceitos surgem e se mantêm. Falar em erro necessariamente pressupõe o acerto, e é a isso que se propõe a gramática normativa, seja por sua acientificidade, seja por força de uma tradição mais do que secular.

Dentro do campo disciplinar onde se encampa a gramática normativa, ao que parece, não há que se dizer que a dicotomia certo x errado está ultrapassada porque “a disciplina é um princípio de controle da produção do discurso. Ela lhe fixa os limites do jogo de uma identidade que tem a forma de uma reatualização permanente das regras” (FOUCAULT, 2013, p. 34). Entendemos que, a cada gramática publicada ou reeditada, ocorre a manutenção do discurso da norma.

É nesse sentido que, modernamente, tem-se apregoado a substituição das noções de erro e acerto pelas noções de adequação e inadequação, visto que os excessos da não relativização da norma gramatical podem levar o indivíduo a sofrer preconceito linguístico<sup>2</sup>, mesmo que a variedade manejada por ele, assim como as demais, seja plenamente funcional, apesar de distinta da variedade padrão. Nesse ponto, Bagno (2007) aponta que não há justificativa para condenar como erros usos linguísticos existentes no português brasileiro há muito tempo, sendo necessário o reconhecimento dessas formas novas e a permissão de um convívio tranquilo com as formas já consagradas pela tradição normativa.

Aliás, “o problema não é mais a tradição e o rastro, mas o recorte e o limite: não é mais o fundamento que se perpetua, e sim as transformações que valem como fundação e renovação dos fundamentos” (FOUCAULT, 2014, p. 6). O que sempre esteve em discussão é o limite da tradição gramatical e sua força de manutenção de fundamentos e percepções, sendo a dicotomia certo x errado apenas um deles. Na conjuntura da tradição gramatical, estão diversos fatores históricos seculares, forças de manutenção coercitivas e pilares de autossustentação que fazem com que a variedade padrão, conquanto menos aberta a incursões que as demais, sobreviva.

<sup>2</sup> Acreditamos que o preconceito linguístico é, na verdade, resultado de um preconceito social.

### 3.1.2 O preconceito decorrente da não relativização da norma-padrão

Não obstante pareça (e talvez seja) taxativa, a norma-padrão deve e precisa ser relativizada sob pena de que se promova preconceito contra todos aqueles que não a dominem ou que não a pratiquem literalmente. Dentro de uma gama numerosa de variedades linguísticas, a padrão desponta como de maior prestígio entre as demais, o que de fato não procede, ou não deveria proceder, já que nenhum falante deve ser estigmatizado pelo não conhecimento de uma variedade ensinada comumente em ambientes formais aos quais nem todos têm acesso.

De modo preliminar, entendemos como uma das razões do preconceito linguístico a confusão entre os conceitos de língua e gramática normativa. Na verdade, a norma-padrão é uma parte da língua, mas não a completude dela, motivo pelo qual a utilização não relativizada de conceitos como certo e errado pode levar a determinados tipos de intolerância. Segundo Bagno (2013), esse preconceito é invisível, mas pode ser esclarecido pelos diversos mitos que circundam o português brasileiro, como o mito de que o português praticado no Brasil apresenta uma unidade linguística, de que o brasileiro não sabe português, de que a língua é difícil de ser aprendida, de que as pessoas pouco instruídas falam errado, de que há lugares onde se fala melhor o português, de que a fala e a escrita devem seguir os mesmos moldes, de que saber gramática necessariamente implica o falar e o escrever bem e de que o domínio do padrão normativo é instrumento de ascensão social.

Nesse sentido, a não relativização da norma-padrão levanta uma crença de que o padrão normativo reunido nas gramáticas dá conta de explicar, sozinho, a multiplicidade de variedades linguísticas que podem ser constatadas no português brasileiro. Essa crença, equivocada ao que parece, não reflete de fato o que a gramática normativa se propõe a fazer, que é compilar normas de um padrão, de um modelo de língua a ser manejado quando a situação de uso convier. Logo, dizer que a norma-padrão “não é um modelo de falar autêntico, não é uma variedade do português brasileiro contemporâneo” (BAGNO, 2013, p. 12), é uma visão um tanto reduzida do conceito de língua, especialmente porque esta não abarca apenas a fala,

mas também a escrita, dois modos distintos de comunicação, mas que se aproximam em alguns pontos. Note-se que a escrita tende<sup>3</sup> a representar a fala, e não o contrário. No entanto, ambas se distinguem pelo manejo, que pode se dar mais próximo ou mais distante do padrão normativo.

Ainda nessa linha de pensamento, o critério de autenticidade atribuído a um falar deve ser amplo o suficiente de modo que englobe sua forma de representação, ainda que na forma de tendência, inclinação. A autenticidade está representada na manifestação do indivíduo, e não na classificação linguística. A tendência ao uso do padrão normativo deve ser considerada como parte da língua portuguesa. Assim, acredita-se que a norma-padrão faz parte da língua, inclusive porque o fator “contemporaneidade” é um dos bons representantes da gramática normativa. Apesar de remontar a séculos de existência, a norma-padrão tem apresentado uma linearidade de sobrevivência capaz de incluí-la no contemporâneo. Nos últimos tempos, os estudos gramaticais têm estado bastante em voga, ainda que com outra roupagem, já que “presenciamos uma nova forma de instrumentação da língua no Brasil: linguistas começaram a assumir também a tarefa histórica de produzir gramáticas” (FARIAS, 2014, p. 105), passando a ser autores desse tipo de compêndio.

A partir de uma unidade imaginária de língua nacional, a qual supostamente aponta para a homogeneidade, que devemos pensar o preconceito linguístico. A língua não é homogênea, não é manejada de forma homogênea e, por isso, também não pode ser representada apenas pela variedade padrão, que tende à homogeneidade pela normatização, não pela prática. Pensamos dessa forma porque até mesmo a prática do padrão normativo é tão diversa que já se distingue o que é padrão do que é culto. O padrão não é o culto, e o contrário também não é verdadeiro. Na verdade, o indivíduo considerado culto, ou seja, mais urbano e escolarizado, ainda que tenha conhecimento da norma-padrão, não a maneja de forma padronizada, mas com inúmeras variações influenciadas por fatores linguísticos e extralinguísticos. Desse modo, assim como relativizamos os conceitos de padrão e de culto com base no falante, isto é, no indivíduo que pratica sua própria língua, também relativizamos a norma com base no possível preconceito que pode dela emanar.

---

<sup>3</sup> Mencionamos a tendência de representação, e não a representação propriamente dita.

Nesse sentido, Camacho (2004) explica que, quando se ouve uma conversa entre pessoas, só é possível considerar características como classe social, lugar de origem, etc. porque, entre as comunidades linguísticas, sempre se fala diferente. Como essas diferenças ressaltam aos ouvidos, pode-se entender o quão heterogêneas são as formas de manifestação dos falantes. Ainda segundo Camacho (2004, p. 35), “a variação não é um processo sujeito ao livre arbítrio de cada falante, que se expressaria, assim, do jeito que bem entender; muito pelo contrário, a variação é um fenômeno regular, sistemático, motivado pelas próprias regras do sistema linguístico”. Eis então mais uma justificativa para a relativização da norma-padrão.

E a escola? Como proceder em relação ao ensino de língua portuguesa? Ora, nesse caso, parece que a abordagem do preconceito linguístico como forma de amenizar os ditames da norma é ainda mais importante. A princípio, é bom lembrar que a escola é lugar por excelência de ensino do padrão normativo por se tratar de ambiente formal a partir do qual o aluno deve ter contato com uma variedade que certamente lhe será requisitada no decorrer da vida profissional e acadêmica. Tal variedade, por ser a gramática normativa hermética e pouco receptiva, ela não encontra nicho fértil para desenvolvimento em todos os ambientes extraescolares, caracterizados por suas próprias variedades linguísticas e por seus modos próprios de expressão. Decerto, quando mencionamos a necessidade de relativização da norma, referimo-nos ao que se entende como conteúdo da gramática normativa; aos excessos da norma, na verdade.

Ao abordar o ensino de gramática na escola, Possenti (1996), cuja obra foi resenhada por Ilari (1997), defende que a escola é lugar do padrão normativo, parecendo equívoco não perceber que, na realidade, os indivíduos menos favorecidos socialmente só têm a ganhar com o domínio de outra forma de falar e escrever. A questão que circunda o ensino da norma-padrão, para o autor, é de natureza político-cultural na medida em que a imposição de valores a um grupo socialmente desfavorecido seria no mínimo uma violência, ou injustiça; e também cognitiva se se pensar que cada falante ou grupo de falantes tem apenas a condição de aprender uma variedade linguística. Isso partiria da pressuposição de que, para certos grupos, seria difícil aprender o padrão normativo, o que, para Possenti (1996), não é verdade, corroborando que o ensino do padrão na escola não tem base razoável para ser evitado.

Ora, na esteira de pensamento de Possenti (1996), é que concebemos que os indivíduos não são despidos de potencialidade de aprendizado do padrão normativo nem de qualquer outra variedade linguística, tendo plenas condições de assimilar as informações veiculadas dentro do ambiente formal que é a escola. Ocorre que, se o ensino é realizado com tom impositivo e de desvalorização das demais variedades linguísticas, inclusive das que os indivíduos socialmente desprovidos já manejam, é óbvio que há algo a ser revisto, já que a escola é lugar de inclusão. Da mesma forma que Possenti (1996), interpretamos que, do ponto de vista da escola, o domínio do que se chama “português padrão” está relacionado em grande parte à aquisição de certo grau de domínio da leitura e da escrita, grau este cujos limites mínimos satisfatórios não são fáceis de fixar.

De qualquer forma, a reflexão a respeito dos fatores que podem levar ao preconceito linguístico, inclusive a não relativização da norma, deve ser contínua. Scherre (2005, p. 84-85) explica que esse tipo de preconceito ocorre quando se reforça “uma idéia milenar equivocada: a de confundir língua (sistema natural de comunicação humana) com gramática normativa (um livro feito por falantes-pesquisadores, com ênfase especial na modalidade escrita de prestígio, uma das muitas faces do exercício do poder)”.

Com efeito, é a forma (uma delas) como são conduzidas as informações às cabeças dos alunos que pode evidenciar uma visão preconceituosa ou não. E é justamente nesse ponto que Franchi (2006, p. 32) assevera que o professor deve conhecer muito bem a gramática, mas não necessariamente para ensiná-la aos alunos, e sim para “usá-la como instrumento analítico e explicativo da linguagem” deles. Isso porque há uma grande diferença entre o que deve ser ensinado pelo professor e o que ele deve de fato saber. Para Franchi (2006), o professor de língua portuguesa deve reunir um conjunto de atributos que o torne capaz de explicar, quando e sempre que necessário, acerca das modalidades da língua. Nessa totalidade, incluem-se saberes relacionados tanto ao padrão normativo quanto às questões relativas à variação linguística. Assim, o docente supostamente teria maiores subsídios para explicar ao aluno as diferenças entre o que é padrão e o que é culto, a fala e a escrita, a variedade e a variação. Nessa linha de pensamento, também teria o mestre o manejo dos elementos necessários a desfazer qualquer nó imbricado que atravancasse o entendimento discente a respeito de como dar um tratamento verdadeiramente social às variedades linguísticas,

tornando relativa a norma-padrão da língua portuguesa. Se o professor conhece e reconhece a necessidade de dar especial abordagem ao caso do preconceito linguístico, o aluno terá como ampliar seu pensamento em relação a essa profícua discussão.

Não fosse a forma como o ensino de gramática é conduzido, afirma Luft (1993, p. 92), muitas pessoas não arrastariam “pela vida preconceitos que lhes bloqueiam a livre expressão”. Isso ocorre porque “o ensino tradicional da língua materna tende a incutir no aluno a obsessão do erro, em vez de lhe libertar os poderes de linguagem e aprimorar a competência comunicativa” (LUFT, 1993, p. 92-93). Ora, neste ponto concordamos com o pensamento de Luft (1993), porque cremos que a todos pertence a língua. Não é simples questão de todos os indivíduos vestirem-se de intelectuais da língua portuguesa, dando palpites e emitindo juízos sobre assuntos específicos os quais desconhecem, mas de apropriar-se do que lhe é próprio. Como falantes e escritores (no sentido amplo) de português, aos indivíduos pertence parcela dessa língua que, assim como eles, é heterogênea e dinâmica. Dessa forma, nossa crítica aqui, diferentemente de parte do pensamento de Luft (1993), não é dirigida ao ensino tradicional da língua materna, mas à condução restrita que desconsidera pontos relevantes que também dizem respeito, ainda que secundariamente, ao tratamento da norma.

## **3.2 Os contrapontos entre a escrita e a oralidade**

### **3.2.1 Oralidade e escrita: preliminares e peculiaridades**

Inicialmente, é importante circunscrever a tradição oral na história, já que esse tipo de texto (o oral), obviamente, “está imerso em uma cultura e em uma ideologia que lhe conferem a maioria de suas características. E essas características, por sua vez, relacionam-se diretamente com a história” (CALVET, 2011, p. 11). Dessa forma, assim como a literatura que, a princípio, era verbalizada e, depois, passou a ser escrita, sendo uma forma de perpetuação das palavras, a oralidade passou a se manter e ainda se mantém na escrita, motivo pelo qual se supõe às vezes que esta seja superior àquela.

De acordo com Calvet (2011), os profissionais da história compilam diversos argumentos contra a tradição oral, inclinando-se para a necessidade de utilização desse tipo de tradição com grandes precauções, porque ela “só é confiável para épocas muito recentes, não deveria ser utilizada para o passado remoto”. Além disso, “a transmissão do texto oral, como mostra a existência de diversas variantes de um mesmo texto, altera e deforma o conteúdo inicial; não se distingue jamais em um texto de tradição oral o testemunho direto do testemunho reportado”; sem falar que “a cronologia é confusa, marcada frequentemente por referências aos reinados de soberanos às vezes míticos; mesmo que encontre na tradição oral um núcleo de verdade, é difícil extrair esse núcleo dos mitos ou dos acréscimos que lhe foram agregados; não se sabe como separar o verdadeiro do falso” (CALVET, 2011, p. 115-116).

Tais argumentos elencados por Calvet (2011) de forma não exaustiva, mas exemplificativa, servem de início à discussão acerca da suposta superioridade da escrita em relação à oralidade. Como se percebe, sobre os textos orais recai certa incerteza e imprecisão não só quanto à veracidade, mas também quanto aos aspectos cronológicos, visto que, sem registro escrito, não se pode situar as palavras com exatidão dentro de uma linha temporal, impossibilitando a separação entre o verdadeiro e o falso. Note-se que essa inferiorização da tradição oral diante do que é escrito já funciona com um mote para a manutenção de um discurso de superioridade, conquanto sejam claras as distinções entre ambos os tipos de textos. Como comparar, pois, espécies distintas que comportam características também diversas?

Ora, as contingências históricas não são suficientes na consideração do verdadeiro e do falso, explica Foucault (2013). Em outras palavras, “como se poderia razoavelmente comparar a força da verdade com separações como aquelas, separações que, de saída, são arbitrárias, ou que, ao menos, se organizam em torno de contingências históricas”. E continua: “que não são apenas modificáveis, mas estão em perpétuo deslocamento; que são sustentadas por todo um sistema de instituições que as impõem e reconduzem; enfim, que não se exercem sem pressão [...]” (FOUCAULT, 2013, p. 13). A diferença entre o texto oral e o escrito desempenha dois papéis solidários:

por um lado permite construir (e indefinidamente) novos discursos: o fato de o texto primeiro pairar acima, sua permanência, seu estatuto de

discurso sempre reatualizável, o sentido múltiplo ou oculto de que passa por ser detentor, a reticência e a riqueza essenciais que lhe atribuímos, tudo isso funda a possibilidade aberta de falar (FOUCAULT, 2013, p. 23-24).

Conquanto versasse sobre o conceito de comentário e sobre o seu papel de dizer o que estava silenciosamente articulado no texto primeiro, tomou-se aqui a referência a Foucault (2013) como parte das possibilidades que permitem ao texto oral uma abertura, pois, assim como o comentário, é reatualizável e modificável pela força do falar. Apesar de termos pontuado que normalmente se pensa que a tradição escrita suplanta a oral, o que não é verdade de fato, dadas as peculiaridades de uma e de outra, é preciso ressaltar, assim como aponta Bechara (2006) que, recentemente, tem havido um “privilegiamento” (prefere-se o termo “interesse”) da língua oral, mais espontânea, em relação à escrita. Consoante o autor, esse fenômeno deve-se a fatores de duas ordens: uma de natureza linguística e outra de natureza política.

A respeito da primeira ordem, a de natureza linguística, Bechara (2006, p. 9-10) expõe que “as ciências da linguagem vieram patentear que as línguas históricas são fenômenos eminentemente orais e que o código escrito outra coisa não é senão um equivalente visível do código oral, que, de falado e ouvido, passa a ser escrito e lido”. Para o professor, quando a linguística norte-americana conseguiu desenvolver modelos precisos e rígidos de descrição de línguas indígenas que jamais conheceram, houve, de modo sistemático, a transposição escrita do discurso falado. E foi justamente a possibilidade de aplicar uma metodologia com rigor científico a línguas ágrafas que estimulou a desatenção ao código escrito, como se este extrapolasse a esfera da investigação linguística. Note-se, contudo, que à escrita tem sido dada atenção desde a emergência da gramática.

Essa visão distorcida da realidade, segundo Bechara (2006, p. 10), é que incentivou a crítica à natureza normativa da gramática tradicional, “com a defesa de que se deve deixar a língua livre de qualquer imposição”, mesmo que Saussure (1995), no introito de *Curso de Lingüística Geral*, referindo-se à polissemia do termo “gramática”, explique que a gramática tradicional se funda na lógica e, por isso, está desprovida de toda a visão científica e desinteressada da própria língua, já que a ela interessam as regras para a distinção de formas corretas e incorretas. Por se tratar de

uma disciplina normativa, obviamente seu ponto de vista é necessariamente restrito. É bom perceber, nesse ponto, que a tradição que abarca a gramática normativa é de ordem eminentemente escrita, e não oral, pelo que se entende das palavras de Bechara (2006) como críticas ao “privilegiamento” da oralidade em detrimento da escrita. De forma distinta, pensamos que há interesse disciplinador da gramática na oralidade, mas de forma secundária se comparada à escrita.

Ainda consoante Bechara (2006), outro fator que privilegia a oralidade em relação à escrita é de natureza política. Para ele, “a educação linguística põe em relevo a necessidade de que deve ser respeitado o saber linguístico prévio de cada um, garantindo-lhe o curso na intercomunicação social, mas também não lhe furta o direito de ampliar, enriquecer e variar esse patrimônio inicial”. E acrescenta que “as normas da classe dita ‘opressora’ e ‘dominante’ não serão nem melhores nem piores, ou as normas da língua literária não serão nem melhores nem piores do que as usadas na língua coloquial” (BECHARA, 2006, p. 12).

Ao que parece, a preocupação do professor Bechara (2006) está na educação monolíngue, ou seja, aquela que apenas privilegia a modalidade dita “cultura” em detrimento da modalidade coloquial, e vice-versa. A rigor, esse “privilegiamento” não consideraria as *nuances* que são típicas de cada uma das modalidades. A propósito do assunto, Lyons (2011, p. 8) entende que “a língua falada é mais básica do que a língua escrita. Isto não significa, entretanto, que a língua deva ser identificada com a fala. Deve-se estabelecer uma diferença entre os sinais linguísticos e o meio em que tais sinais se realizam”. Aliás, essa preocupação com a identidade entre os sinais e o meio em que eles se realizam deve ser destacada na medida em que, quando se aborda o meio de realização de tais sinais, refere-se ao campo da oralidade, o qual tem recebido até aqui um tratamento dentro do viés da tradição.

Na verdade, a oralidade sempre prevaleceu, desde remotos tempos. Foi apenas em torno do ano 3000 a.C. que a arte escrita, conforme Langacker (1980), desenvolveu-se no Oriente Médio, sendo os sumerianos os primeiros a utilizar um sistema. Dessa forma, reforça o autor, “é bem possível que todos os sistemas de escrita tenham sua origem no sumeriano, mas não podemos afirmá-lo com certeza” (LANGACKER, 1980, p. 74). Quando registramos, contudo, que a representação gráfica é secundária em relação à oralidade, referimo-nos a um aspecto de ordem inventiva, isto é, de

sequência cronológica de aparecimento, considerando que a escrita é posterior à oralidade. Não se trata, pois, de uma relação hierárquica e de primazia. De mais a mais, oralidade e escrita têm suas peculiaridades, o que as torna distintas.

Nessa linha de raciocínio, podem ser apontadas diferenças básicas entre a manifestação oral e a escrita, que se ligam necessariamente aos fatores situação de uso e referências precisas, de acordo com Infante (2001). A língua falada é profundamente vinculada às situações de uso, já que a comunicação oral pressupõe, de certa forma, o contato direto entre os interlocutores. Em grande parte dos casos, eles estão em presença um do outro e, quando conversam sobre determinado assunto, podem elaborar mensagens marcadas por fatos da língua falada, inclusive vocabulários alusivos, os quais seriam incompreensíveis diante de uma situação não presencial (INFANTE, 2001).

A escrita, por seu turno, requer uma linguagem mais precisa e menos alusiva, porque, diferentemente da língua falada, o uso de certos elementos passa a relacionar partes do texto entre si, deixando de designar dados da realidade exterior. Por isso é que, na escrita, a utilização de formas de referência mais precisas responde a uma demanda de esforço distinta do que ocorre na fala, até porque, “como a língua escrita busca ser suficiente em si mesma, redator e leitor não precisam mais da proximidade física para que a mensagem se transmita satisfatoriamente” (INFANTE, 2001, p. 34). Há de ser repetido, todavia, que não há hierarquia entre essas duas formas, mas apenas uma adequação às situações comunicativas.

Ainda no tocante às peculiaridades que distinguem oralidade de escrita, é preciso pontuar que o código oral dispõe de elementos de expressividade que o código escrito não consegue reproduzir eficientemente. Elementos como a acentuação tônica e a entonação são capazes de modificar inteiramente o significado de determinadas frases. Na língua escrita, esses artifícios seriam apenas parcialmente recuperáveis por certas construções, mas sem a capacidade de igualar a significação, uma vez que a oralidade pode produzir inúmeras construções que se distinguem basicamente pela entonação. Dessa forma, ainda que a escrita utilize a pontuação para sugerir características da oralidade, isso tem uma função mais organizadora dos enunciados, de arrumação dentro de uma lógica, do que substitutiva da melodia própria da língua falada (INFANTE, 2001).

Nesse sentido, tal como aponta Câmara Júnior (2015, p. 19), “uma diversidade, muito sutil e falaz, é a que existe entre a fala e a escrita”. Isso porque a língua escrita

manifesta-se em condições muito diversas em relação à língua oral. Esta se desdobra em uma situação concreta, sob estímulo de um ou vários falantes, o que não ocorre com a língua escrita, a qual não é capaz de reproduzir fielmente a fala, por ter leis e caminhos próprios, como bem aponta Infante (2001). Contrariamente a tal autor, Câmara Júnior (2015, p. 20) entende que “a língua escrita se sobrepõe inelutavelmente à língua oral, pois rege toda a vida geral e superior do país”. E complementa que “a língua escrita é uma transposição para outra substância de uma língua primordialmente criada com a substância dos sons vocais. Só se pode compreendê-la e ensiná-la na base dessa transposição”.

Disso identificamos que talvez seja a preocupação acerca dos focos explícito e implícito da gramática normativa que faz com que Câmara Júnior (2015, p. 19) se preocupe com o que ele nomeia de “tremenda ilusão”. Discorrendo a respeito da necessidade do aprendizado da técnica escrita na escola, o autor assinala que o estudante já maneja satisfatoriamente o registro oral, mesmo não se tratando do registro oral do uso culto. Logo, o professor parte do pressuposto de que, à medida que se ensina a língua escrita, também se ensina uma fala satisfatória. Câmara Júnior (2015), ao dar à gramática normativa um foco duplo de escrever e falar corretamente, afasta-se do raciocínio de Infante (2001) e também do desenvolvido por Oliveira (2015b), que relega à fala um papel secundário e normalmente despreocupado para o ensino da norma.

### **3.2.2 A escrita na sociedade moderna: prestígio suposto**

A verdade é que “a sociedade moderna tem uma dívida enorme para com a escrita” (LANGACKER, 1980, p. 67). Além da conveniência, é a capacidade de documentar e preservar mensagens linguísticas que permite a existência de uma sociedade altamente integrada e tecnologicamente orientada. O desaparecimento da escrita representaria um verdadeiro caos, já que uma grande quantidade de conhecimentos preservados ao longo do tempo seria eliminada (LANGACKER, 1980).

Embora esteja clara a existência de uma importância prática da escrita, “a comunicação oral é até mais importante do que a escrita, que continua sendo uma

representação secundária da língua. Entretanto, a palavra escrita é, comumente, tratada com grande, talvez excessivo, respeito”. Aliás, “a forma escrita chega mesmo a exercer certa influência sobre a forma falada, especialmente no fenômeno da *pronúncia ortográfica* (LANGACKER, 1980, p. 67).

A despeito do posicionamento do professor americano, não vislumbramos um excessivo secundarismo da escrita em relação à forma falada, mesmo sendo certo que vários aspectos da oralidade são de fato guiados pela escrita, que é posterior ao sistema oral. Entende-se, então, que, com o seu advento, a escrita revolucionou a forma de comunicação e de documentação de informações para a posteridade, o que deu a ela certo *status* na hierarquia da relevância. Ocorre, contudo, que a posição da escrita nesse sistema hierárquico não suplanta nem é suplantado pelo plano da oralidade, visto que ambas, por mais distintas e peculiares que sejam, também compartilham características que as aproximam, como aponta Antunes (2005): o fato de serem uma atividade de interação, cooperativa, contextualizada, necessariamente textual, tematicamente orientada, intencionalmente definida, além de outros traços de identidade.

Tanto a oralidade quanto a escrita são atividades de intercâmbio verbal, ainda que o canal seja diverso. De forma análoga, ambas se dirigem a um interlocutor físico, a um destinatário, sendo essencialmente, mas não apenas, atos comunicativos (e interativos, muitas vezes). Diz-se também que ambas são atividades cooperativas por causa da dificuldade de se dirigir a alguém que se desconhece. Até mesmo para ajustar o grau de formalidade da linguagem utilizada, para selecionar as informações a serem veiculadas e para escolher a ordem do que será dito, é preciso conhecer ou, pelo menos, deduzir o destinatário da mensagem, a fim de que ela seja compreendida com maior precisão. E, sendo interativas, escrita e oralidade são contextualizadas na medida em que o uso efetivo define inclusive as escolhas linguísticas e o padrão. Isso significa que, dependendo da situação oral ou escrita, a manifestação dar-se-á de forma mais ou menos uniforme, pois contextos diversos também admitem manifestações orais e escritas diversas.

De mais a mais, “tal como falar, escrever é uma atividade necessariamente textual. Ninguém fala ou escreve por meio de palavras ou de frases justapostas aleatoriamente, desconectadas, soltas, sem unidade” (ANTUNES, 2005, p. 30).

Assim, a comunicação, oral ou escrita, é feita por meio de textos; é uma atividade textual, por assim dizer. São também atividades tematicamente orientadas porque sempre há um ponto de vista a ser alcançado, sob pena de comprometimento da relevância comunicativa da interação. E, logicamente, falar e escrever são atividades intencionalmente definidas, com um fim determinado, com um propósito respaldado em uma forma de agir, de falar, de gesticular.

De acordo com Fischer (2009, p. 110), “as línguas podem ‘evoluir’, ou seja, se desenvolver de maneira livre da intervenção humana, mas os sistemas de escrita são modificados propositalmente por agentes humanos para alcançar determinados objetivos específicos”, sendo que “o objetivo mais comum é uma melhor reprodução gráfica da língua falada”. Dessa forma, dizer que a comunicação oral é mais importante do que a escrita é secundarizar um sistema de representação de grande utilidade por motivos que podem e devem ser analisados, tais como: a) para alguns, a escrita é garantia de verdade; b) a escrita é mais estável e conservadora do que a oralidade; c) é a escrita que mantém vivas a língua literária e a litúrgica.

É bem verdade que “a escrita preserva a língua falada, nivela, padroniza, determina, enriquece e gera outros processos orientados pela língua com implicações sociais de amplo alcance” (FISCHER, 2009, p. 110), mas isso não é motivo para que seja considerada garantia de verdade. Como assevera Langacker (1980), coisas falsas e não verdadeiras podem ser impressas com a mesma facilidade que qualquer outra coisa, motivo pelo qual não se deve atribuir consideração especial à palavra escrita nem acreditar que alguma informação é verdadeira apenas pelo simples fato de estar impressa. Além do mais, “o desejo de equilibrar a balança em favor de uma investigação sem preconceitos sobre a fala e a língua falada, evidentemente, não justifica a adoção do princípio de que a língua falada seja mais básica — e não simplesmente tão básica quanto — a língua escrita” (LYONS, 2011, p. 9).

A rigor, a escrita é de fato mais estável e conservadora do que a oralidade, já que, como se sabe, ela não reflete com exatidão a fala, tampouco é a própria fala, a qual dispõe de inúmeros mecanismos de inteligibilidade que mal podem ser imitados pela língua escrita, como é o caso da entonação. Isso, ligado à ideia generalizada “de que certas versões de uma língua são mais corretas e adequadas do que outras” (LANGACKER, 1980, p. 68), acaba por desestabilizar a noção de

equidade entre a versão escrita e a falada, conquanto haja proximidades entre ambas. O conservadorismo na escrita pode ser demonstrado, por sua vez, pela preocupação exacerbada com a correção da grafia das palavras, pela definição e categorização de elementos em gramáticas e dicionários, pela dificuldade de novas incursões se comparada à fala, pela relativa permanência da escrita desde o passado, entre outros fatores.

Já que escrita e oralidade seguiram alguns rumos bastante independentes, as línguas literárias e litúrgicas (como o latim) mantiveram-se graças à permanência na escrita. Note-se que “há uma distância considerável entre os padrões da fala e da escrita ensinados nas escolas e adotados em ocasiões formais e aqueles usados nas conversas informais” (LANGACKER, 1980, p. 69). Se não houvesse a possibilidade de registro escrito dessas línguas, seria um tanto dificultosa a manutenção oralizada de manifestações linguísticas específicas. A preocupação com a escrita passou a dividir lugar com a oralidade.

Eis então um bom motivo para considerar que a escrita tem um prestígio suposto, especialmente se imaginarmos que, antes do advento dela, quando as palavras eram apenas verbalizadas em línguas ágrafas, só havia o colóquio comum, desprezioso e não regido por um padrão normativo que se pusesse acima das variedades existentes. Inventada a escrita, emergiu também a distinção entre esta e a oralidade, que anteriormente ocupava quase todo tipo de comunicação por interação. Quanto mais lapidada passou a ser língua, maior passou a ser também o controle sobre ela e, como o aperfeiçoamento se deu basicamente na escrita, ou seja, na novidade interativa, foi justamente sobre esta que recaiu o rigor do conservadorismo. Isso, entretanto, não significa que as sentenças à época e até hoje emitidas nos colóquios informais sejam erradas, ilógicas e agramaticais, mas apenas distintas na ordem da interação.

Oralidade e escrita são formas interativas diversas e, por isso, comportam-se de modo também diverso. Reconhecer, pois, que a literatura, antes oralizada, quando passou à escrita, adquiriu outro prestígio é inevitável, já que foi possível o registro das palavras que, precedentemente, podiam “escapar ao vento”. O prestígio a que se alude não é de ordem hierárquica, mas agregadora, considerando que, além da forma oral, seria possível a escrita literária. De modo análogo, quando

mencionamos as línguas litúrgicas, como o latim e o sânscrito, é de se esperar que, por serem veículo de doutrina e de devoção religiosa, tenham resistência intrínseca ao tempo. Sua manutenção dar-se-ia, portanto, pelo próprio prestígio da religião que representa, mas não há dúvidas de que, sendo escrita, a força mantenedora da língua intensifica-se.

Segundo Lyons (2011), é grande o preconceito tradicional em favor da língua-padrão escrita, sendo muito difícil explicar que os dialetos não padrão geralmente têm a mesma sistematicidade e regularidade que aquela língua, possuindo, inclusive, normas próprias de correção que são imanentes ao uso de seus falantes nativos. Para o autor, uma tarefa difícil é “adquirir a capacidade de considerar a língua falada em seus próprios fundamentos, por assim dizer, sem pensar que a pronúncia de uma palavra ou expressão seja, ou deva ser, determinada por sua ortografia” (LYONS, 2011, p. 9). E a dificuldade de realizar a tarefa descrita pelo autor está no fato de a escrita estar internalizada nos indivíduos, de tão antiga que é.

Nessa linha de raciocínio, o prestígio da escrita na sociedade moderna desponta por estar esta elevada à prática social. Marcuschi (1997) aponta que, “numa sociedade como a nossa, a escrita é mais do que uma tecnologia. Ela se tornou um bem social indispensável para enfrentar o dia-a-dia, seja nos centros urbanos ou na zona rural”. Então, “pode ser vista com essencial à própria sobrevivência. Não por virtudes que lhe são imanentes, mas pela forma como se impôs e a violência com que penetrou. Por isso, friso que ela se tornou indispensável (MARCUSCHI, 1997, p. 120).

Marcuschi (1997) também destaca que a escrita, que tem uma trajetória rica e multifacetada, é derivada se comparada à oralidade, bastando observar que vários povos têm ou tiveram uma tradição oral, enquanto relativamente poucos têm ou tiveram uma trajetória escrita. E é por isso que se atribui à oralidade uma primazia cronológica, que não reduz a relevância da escrita obviamente, mas marca que “a fala é adquirida naturalmente em contextos informais do dia-a-dia. A escrita, em sua faceta institucional, se adquire em contextos formais: a escola” (MARCUSCHI, 1997, p. 120). A escrita permeia as práticas sociais dos povos e é utilizada em contextos sociais básicos do cotidiano, em paralelo com a oralidade. Outro fator, pois, para assegurar que a superioridade da escrita é suposta, a despeito de todo o prestígio.

# A TRADIÇÃO NO PORTUQUÊS MODERNO

# 4

## 4.1 Formação discursiva, marcas de discurso e adesão à tradição: uma breve retomada

Com o propósito de verificar a maior ou a menor adesão dos compêndios de norma (entendidos aqui como gramáticas normativas) à tradição gramatical, buscamos em pressupostos discursivos a base teórica para a análise das obras selecionadas. São eles: a formação discursiva em Foucault (2014) e o conceito de marcas de discurso em Maingueneau (2005).

Segundo Foucault (2014), a formação discursiva diz respeito à possibilidade de definir com regularidade objetos, tipos de enunciado, conceitos, escolhas temáticas, todos obedecendo a regras de formação, ou seja, às “condições a que estão submetidos os elementos dessa repartição como requisitos de existência [...] em uma dada repartição discursiva” (FOUCAULT, 2014, p. 47). Isso porque “a formação discursiva é concebida como um sistema de restrições invisíveis” (MAINGUENEAU, 2015, p. 81) que permitiriam explicar um certo número de fenômenos, pois é possível trabalhar com “*corpora* homogêneos, reunir livremente enunciados originários de diversos tipos de unidades tópicas” (MAINGUENEAU, 2015, p. 83) devido ao fato de a formação discursiva não recobrir apenas uma realidade homogênea, dando conta, inclusive, de um agrupamento de textos que não correspondem a nenhuma categorização reconhecida, consoante aponta o professor da Universidade de Paris IV - Sorbonne.

Como a formação discursiva não se organiza em torno de uma instância produtora, mas a partir de um tema, elegemos a tradição gramatical como o discurso-objeto de natureza histórica e “unifocal”, na concepção de Maingueneau

(2015), porque se organiza em torno de um único foco: a gramática normativa, que concretiza os aspectos da tradição. Dessa forma, o agrupamento a partir do qual investigamos o mecanismo interno, o discurso interior da tradição, é composto por cinco gramáticas autodenominadas normativas, escolhidas com base em critérios objetivos, quais sejam: 1) utilização, sempre que possível, da última edição do compêndio normativo; 2) a autointitulação de gramática normativa por parte das obras; 3) o reconhecimento das obras na área dos estudos gramaticais do português, pela observação do número de edições já publicadas. Considerando o discurso como “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas pelo tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa” (FOUCAULT, 2014, p. 144), buscamos, nas gramáticas normativas, elementos, marcas explícitas capazes de revelar a “máquina discursiva implícita” que rege o sistema da tradição materializado no compêndio normativo, considerado discurso-objeto tanto linguístico quanto histórico. Para isso, partimos da superfície dos enunciados consubstanciados nos títulos, nos prefácios, na organização e nos exercícios propostos, caso haja, para que reconheçamos os mecanismos das regras que dirigem a gramática, demonstrando maior ou menor adesão à tradição. O movimento inverso, ao que parece, não seria possível, já que buscamos aqui o mecanismo da tradição capaz de reger o compêndio.

Nesse sentido, são de suma importância as marcas de discurso que podem ser identificadas no funcionamento discursivo, de acordo com Maingueneau (2005), pois elas determinam atitudes e premissas da obra, podendo revelar um discurso implícito por meio da verificação das escolhas lexicais, da forma como o compêndio se organiza, dos capítulos que o compõem e das questões utilizadas como forma de avaliação do aprendizado. A intenção é depreender o mecanismo discursivo tradicional oculto nas gramáticas normativas, o que nos permitirá vislumbrar os graus de adesão de cada compêndio aos ditames da tradição.

## 4.2 Os títulos

Principiando a análise pelos títulos das obras, partimos do pressuposto de que eles são elementos estratégicos de representação de um conjunto de pretensões, não apenas pela propriedade de nomear e sintetizar um conteúdo, mas também porque eles marcam explicitamente um discurso que permeia os compêndios. Ocorre que, o jogo interno constante na estrutura dos títulos, incluindo as escolhas lexicais, acaba refletindo intencionalidades que se não podem perceber à primeira vista. Trata-se da relação existente entre os núcleos dos sintagmas e seus respectivos “atributivos” – nomenclatura de Azeredo (2013) –, bem como do léxico escolhido como componente da estrutura frasal. Eis o Quadro 2:

Título da obra				Autores
Atributivo Anteposto	Núcleo	Atributivo posposto	Adjunto	
Novíssima	gramática	X	da língua portuguesa	Cegalla (2008)
X	Gramática	metódica	da língua portuguesa	Almeida (2005)
Moderna	gramática	X	Portuguesa	Bechara (2015)
X	Gramática	normativa	da língua portuguesa	Rocha Lima (2011)
Nova	gramática	X	do português contemporâneo	Cunha e Cintra (2016)

**Quadro 2: Organização interna dos títulos dos compêndios de normas**

Fonte: O Autor

Como podemos notar no Quadro 2, todos os núcleos dos sintagmas representativos dos títulos dos compêndios compreendem a palavra “gramática”.

Esses núcleos estão ligados a atributivos que se lhe antepõem ou se lhe pospõem, ampliando o significado nuclear e significando “atributos ou propriedades dos seres e coisas nomeados pelos substantivos” (AZEREDO, 2013, p. 169). Obviamente, a autodenominação de gramática por parte das obras, por si só, não revela uma pretensão prescritiva, bastando observar as várias possibilidades atributivas em relação a um compêndio<sup>1</sup>. Aliás, o atributivo “normativa” aparece posposto ao núcleo “gramática” apenas no título da obra de Rocha Lima (2011); as demais obras não se valem de adjetivos com significação normatizadora explícita. De qualquer forma, atribuir um caráter normativo a um compêndio é tratá-lo como “um conjunto de conhecimentos ou habilidades aprendidos na escola e que capacitam os indivíduos para participarem de situações sociocomunicativas em que é necessário o domínio da língua padrão” (AZEREDO, 2010, p. 32).

De fato, conforme afirma Foucault (2013), “a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (FOUCAULT, 2013, p. 8). Nesse sentido, uma gramática, quando se pretende normativa, tende a funcionar como um instrumento de controle, seleção e organização de procedimentos relacionados à escrita, primordialmente, mas também à fala, de modo secundário, conforme aponta Oliveira (2015b). Essa pretensão padronizadora do compêndio de normas é reflexo da tradição gramatical que, por questões históricas já desenvolvidas anteriormente, abarca um caráter prescritivo e de dominação. Assim, esse tipo de gramática acaba por atuar “em nome de um juízo de valor com o objetivo pedagógico de controlar seu uso [da língua] por critérios de adequação social” (AZEREDO, 2013, p. 130). Notamos, no caso da obra de Rocha Lima (2011), que o título já funciona como um apontamento primeiro a respeito do funcionamento intrínseco da máquina discursiva da tradição, na medida em que ilustra uma percepção que marca a intencionalidade da obra, ou seja, assinala o que se pode esperar de seu conteúdo interno.

As obras de Cegalla (2008), Bechara (2015) e Cunha e Cintra (2016) apresentam atributivos antepostos aos núcleos de seus respectivos títulos, os quais apontam para noções de novidade e modernidade, ou seja, mesmo com a autodenominação de

<sup>1</sup> Cf. Bechara (2009), Câmara Júnior (1974), Dubois et al. (2014), Lyons (1979), Martelotta (2013).

gramática, tais livros sinalizam uma nova abordagem do padrão normativo, a qual pode decorrer tanto da publicação de uma edição mais recente do compêndio como de um tratamento inovador dos assuntos gramaticais. Os adjetivos “novíssima”, “nova” e “moderna”, na função sintática de adjunto adnominal, implicitamente suscitam uma comparação com obras outras que não se autointitulam com amparo nesses atributivos. Logo, o sufixo marcador de superlativo absoluto sintético empregado em “novíssima” eleva ao máximo, em grau, a propriedade do adjetivo, ultrapassando “nova”, que é empregado na gramática de Cunha e Cintra (2016). A atribuição de “moderna” à obra de Bechara (2015) marca as supostas atualidade e contemporaneidade do pensamento exposto na gramática, motivo pelo qual se espera um tratamento inovador da norma gramatical, que suplante a mera compilação de regras, mesmo sendo esta uma das principais utilidades da disciplina gramatical.

De modo análogo, conferir “metódica” como ampliador de sentido de um núcleo de sintagma, como ocorre na obra de Almeida (2005), é pressupor não apenas uma exação no tratamento da norma, mas também um método para tanto. Sendo o método “o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros –, traçando um caminho a ser seguido” (LAKATOS; MARCONI, 2007, p. 83), ele pode ser aplicado tantos aos estudos científicos quanto aos não científicos. De forma geral, método “é o caminho para se chegar a um determinado fim” (GIL, 1999, p. 26), o que justifica sua aplicabilidade a disciplinas não científicas. Como afirmam Lakatos e Marconi (2007, p. 83), “todas as ciências caracterizam-se pela utilização de métodos científicos; em contrapartida, nem todos os ramos de estudo que empregam estes métodos são ciências”. Nesse sentido, “a utilização de métodos científicos não é da alçada exclusiva da ciência, mas não há ciência sem o emprego de métodos científicos” (LAKATOS; MARCONI, 2007, p. 83).

Nessa perspectiva, conquanto seja uma disciplina pedagógica, e não científica (AZEREDO, 2010), é possível apontar que as pretensões gramaticais podem estar sujeitas a um método, como o faz Almeida (2005), porque “a ciência não é o único caminho de acesso ao conhecimento e à verdade” (LAKATOS; MARCONI, 2007, p. 76). Então, nesse caso, o emprego de “metódica” representa uma vontade de verdade “que tende a exercer sobre outros discursos [...] uma espécie de pressão e como que um

poder de coerção” (FOUCAULT, 2013, p.17), típico da tradição gramatical. Ressalte-se, ainda, que os adjuntos adnominais que acompanham os núcleos dos títulos também podem remeter a uma comparação implícita entre o conteúdo interno de uma edição atual e o de uma edição anterior. Dessa forma, à guisa de exemplo, a *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa*, publicada no ano de 2008, poderia conter novas informações em relação às demais edições publicadas anteriormente, como forma de marcar a reatualização constante do conteúdo da obra.

O uso dos atributivos torna compreensível o fato de que “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 2013, p. 10). É nesse sentido que o adjetivo, ao expandir o significado do núcleo do título das gramáticas, além de corroborar o aspecto padronizador da obra, sustenta um ponto de vista, um discurso interior, uma visão classificatória da pretensão do conteúdo. Trata-se, pois, de um mecanismo auxiliar do sistema de regras que rege o fazer normativo, concretizador da tradição, uma vez que não basta que, de modo nuclear, a obra seja autodenominada gramática, sendo relevante também a associação de uma visão eminentemente autoral, jingindo “valor” e autoridade ao compêndio.

Nos sintagmas nominais componentes de todos os títulos das obras analisadas, figura um elemento adjacente posposto aos núcleos, o qual desempenha, “segundo nossa tradição descritiva, a função de adjunto adnominal” (AZEREDO, 2010, p. 186), cujo traço semântico-discursivo aproxima-se de um qualificador, na medida em que “representa o tipo ou qualidade do conceito, ser ou objeto designado pelo substantivo” (AZEREDO, 2010, p. 187). Nas obras de Cegalla (2008), Almeida (2005) e Rocha Lima (2011), a expressão qualificadora “da língua portuguesa” delinea um caráter restritivo ao núcleo “gramática”, o qual encabeça o sintagma nominal integrante do título da obra, dado que limita o alcance do padrão normativo contido nas gramáticas. Note-se que o tratamento de uma gramática como normatizadora da língua portuguesa pode, por vezes, apontar para uma desconsideração das *nuances* constitutivas da língua brasileira, que muito se difere da lusitana por razões históricas<sup>2</sup>. Atentemo-nos para o fato de que, aqui, a questão é discursiva, e não apenas estrutural.

<sup>2</sup> Não pretendemos traçar uma distinção conceitual entre língua portuguesa e língua brasileira, por isso comentários outros não são tecidos a esse respeito.

Nessa linha de pensamento, os títulos apontam para um normativismo que tem por base o padrão lusitano de língua, sendo que Portugal e Brasil, mesmo tendo mantido no passado uma relação metrópole x colônia, percorreram caminhos históricos bastante distintos<sup>3</sup>. Assim, enquanto a influência primária no português europeu abrange povos como os celtas, os bascos, os gregos, entre outros, como aponta Nunes (1969), o português brasileiro, além de ter recebido influência secundária desses habitantes (por meio da língua da metrópole, ou seja, a reboque), também comporta elementos indígenas (BÍZIKOVÁ, 2009; BASSO; GONÇALVES, 2014; FERREIRA NETTO, 1993; BIDERMAN, 2001) e africanos (BONVINI, 2014; LUCCHESI, 2008; CARDOSO; CUNHA, 1978; RODRIGUES, 2010) de extrema relevância, bem como aspectos advindos da imigração europeia e asiática.

Ao calcarem na “língua portuguesa” suas presunções conteudísticas, as gramáticas normativas orientam a aplicação de um saber em uma sociedade, demonstrando “como [ele] é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído” (FOUCAULT, 2013, p. 17). A omissão e o apagamento, nos compêndios de normas, dos traços que constituem a língua brasileira delimitam o padrão lusitano como aplicável a uma nação de formação diversa, apontando para a valorização de um modelo abstrato que não corresponde exatamente às *nuances* linguísticas do Brasil (isso sem que se comente em relação aos demais países lusófonos, cada qual com suas próprias peculiaridades) nem na imaterialidade, nem na norma. É nesse ponto que os discursos veiculados pela tradição são, de forma indefinida, “ditos, permanecem ditos e estão ainda por dizer” (FOUCAULT, 2013, p. 21), porque perpetuam um padrão “supranacional”, mais representativo do passado do que do presente. Exemplo disso é a própria utilização de um padrão gramatical europeu quando há muito cessou a relação de dependência entre Portugal e Brasil. Eis a tradição impondo um limite de abrangência da presunção da obra. Esse entendimento, ao que parece, é aplicável a “português contemporâneo”, parte componente do título da obra de Cunha e Cintra (2016).

---

<sup>3</sup> Confira a obra de Castilho (2014) sobre a diferença entre português lusitano e português brasileiro.

### 4.3 Os prefácios

Os prefácios, como textos introdutórios dos livros, quando escritos pelo próprio autor<sup>4</sup>, descrevem os objetivos das obras de forma enviesada, ou seja, de acordo como o autor percebe sua obra. De forma análoga, isso ocorre quando o prefaciante discorre sobre os conteúdos e a estrutura, por se presumir que ele conhece a temática abordada. Esse entendimento é adotado como pressuposto basilar para o reconhecimento do prefácio como um lugar discursivo híbrido, pois dá voz não só a traços da tradição, mas também a percepções autorais. Nesse sentido, consideramos marcas de discurso: o espaço reservado ao prefácio nas obras analisadas e o conteúdo prefacial, constituído por termos e expressões.

É paradoxal que o prefácio, que se lê primeiro quando se abre um livro, e que fala por antecedência, tenha sido escrito, sempre, talvez por último... Estranho destino do livro ele avança, afinal de contas, pelo começo, inverte o sentido do caminho; assim os prefácios das edições sucessivas. Mais que a conclusão, o prefácio é um acabamento (não uma finalidade) da escrita... Ele é a última palavra e a seguinte... Desenlace de uma história e liberação de um fantasma, ambos da escrita, ele marca a entrada do livro em um universo diferente, o da alienação, da publicação, da circulação: ele é despossessão, luto, separação. Enfim, o prefácio é a prova de realidade do livro, uma prova ilusória – não escrito sendo um simulacro de prefácio – mas suficiente (COMPAGNON, 1996, p. 87).

Nas cinco obras selecionadas, os autores são também prefaciantes, motivo pelo qual é presumível a existência de um olhar autoral em mescla com as marcas da tradição. Aliás, o ponto de vista do autor, nesse caso específico, passa a integrar, por influência da subjetividade, a forma como se manifestam os traços que marcam o mecanismo da tradição. Não podemos conceber, pois, que, no prefácio, sejam objetivas e homogêneas as descrições, pretensões e observações sobre a obra, já que, segundo Maingueneau (1997), o discurso é heterogêneo, não neutro e contextualizado, mas “nem por isso deixa de ser necessário definir uma abordagem

<sup>4</sup> Os prefácios são assinados pelos próprios autores das gramáticas.

lingüística de processos que não dependam de uma contextualização próxima”. Isso porque “a intrincação essencial entre os enunciados apreendidos em sua linearidade e os processos que atuam sobre o conjunto do discurso só podem representar uma realidade incontornável para a AD” (MAINGUENEAU, 1997, p. 139).

A rigor, a abordagem linguística, de certa forma, compõe o processo de análise discursiva, mas, obviamente, não se limita a um exame de vocabulário, ainda que este esteja articulado às características que marcam os discursos, os quais “devem ser tratados com práticas descontínuas, que se cruzam por vezes, mas também se ignoram ou se excluem” (FOUCAULT, 2013, p. 50). Apesar de descontínuas, as práticas discursivas implicam uma subjetividade enunciativa, permitindo o surgimento de eventos enunciativos a partir dos quais se pode pensar o mecanismo interno que dirige os discursos, aponta Maingueneau (2008b). Nesse sentido, é relevante, a partir da superficialidade representada pelas escolhas lexicais, por exemplo, bem como por outros recursos, entender o mecanismo oculto da tradição que dirige os compêndios de norma.

A princípio, para a quantificação do número total de páginas dos compêndios de norma, foi considerada a sequência numérica constante nas obras até as referências bibliográficas ou seções outras que digam respeito aos elementos que podem vir a ser considerados como marcas discursivas. Logo, índices remissivos, índices de assunto, índices analíticos, índices onomásticos, índices de fatos da linguagem, abreviaturas de autores, obras citadas e propagandas da editora não são elementos contabilizados como páginas efetivas das obras, por considerarmos que se trata mais de diretrizes de editoração dos livros do que de itens que possam colaborar para a identificação do mecanismo intrínseco da tradição, o qual dirige as gramáticas normativas. Por outro lado, consideramos na contabilidade das páginas o sumário, a apresentação ou prefácio das obras, as epígrafes, as introduções aos compêndios, as orientações teóricas, os capítulos internos, os exercícios, os apêndices e as referências bibliográficas.

Em se tratando da análise das marcas de discurso presentes nos prefácios dos compêndios normativos, é preciso ressaltar que foram utilizadas duas edições da *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa* e da *Moderna Gramática Portuguesa*, quais sejam as dos anos 2000 e 2008, para a obra de Cegalla, e 2009 e 2015, para a obra de Bechara. Essa opção pela investigação de dois prefácios, em vez de um, justifica-se porque estes estão registrados nas edições mais recentes em forma

de complementação à anterior, mencionando, inclusive, o que de novidade fora adicionado à obra. Nesse sentido, entendemos que, se a análise recair apenas sobre a última edição, no caso dessas duas gramáticas, correremos o risco de não serem evidenciadas as marcas discursivas efetivas pelo caráter de acréscimo. Então, a inclusão das edições anteriores ocorreu por força da necessidade de esquadriñar, também, o prefácio complementado, sob pena de que não se obtenha um resultado fidedigno ao que se obteria se considerado o vínculo entre o prefácio da última edição e o anterior. Prova disso é a evidente alteração do número total de páginas, o que aponta para possíveis inserções de várias ordens.

Percebemos que o número total de páginas de cada compêndio destoa na comparação com a quantidade de laudas dedicadas aos prefácios, em razão do próprio desenvolvimento teórico e da maior ou menor abrangência do tratamento de determinados conteúdos, o que é comum a depender do que se considera relevante durante a exposição escrita do padrão normativo. De qualquer modo, se comparado o número total de laudas das obras com o espaço destinado aos prefácios, lugar híbrido onde se apresentam marcas de discurso referentes à tradição gramatical mescladas com a subjetividade autoral presente na apresentação da obra, notamos também uma desarmonia que não pode sofrer análise apenas com base em valores absolutos, mas na percentagem que esses números representam no confronto com o total de laudas das obras.

O estudo demonstra que a maioria das gramáticas analisadas (quatro de cinco) dedica entre aproximadamente 0,3% e 0,4% do espaço para as considerações prefaciais; a obra de Almeida, 0,76%. Apesar de esses valores percentuais serem representativamente baixos se comparados ao total de páginas das obras, entendemos que um maior espaço dedicado ao prefácio favorece a possibilidade de existência de mais marcas de discurso do que algumas poucas laudas escritas. Obviamente, não se trata de uma evidência, mas de uma razoável possibilidade de que, ao utilizarem mais palavras para descrever suas obras, os autores deixem transparecer mais marcas que, internamente e de forma mesclada, dirigem o discurso tradicional, sendo necessário lembrar que o prefácio é um lugar híbrido.

O compêndio de Almeida (2005) é o que mais dedica espaço para o prefácio, quiçá porque seja intitulado metódico. Quanto às duas obras para as quais foram

selecionados dois objetos de análise, não houve alteração significativa no percentual dedicado aos prefácios, mesmo tendo havido aumento do número de páginas na edição mais recente em comparação com a anterior. No mais, a análise discursiva<sup>5</sup> dos prefácios pode revelar os supostos ditames da tradição. Para tanto, as marcas de discurso encontradas nos prefácios serão assim classificadas<sup>6</sup>, sem consideração de termos ou expressões repetidos:

- a) marcas genuínas, pois remetem claramente à gênese da gramática no contexto tradicional;
- b) marcas normativas, por serem atribuídas especificamente à gramática como materialização da tradição; e
- c) marcas secundárias, já que colaboram para a concepção da gramática como padronizadora.

Passando, então, à análise propriamente dita das marcas discursivas presentes nos preâmbulos dos compêndios de norma, a começar pela obra de Cegalla (2000), abordando, em seguida, a edição de 2008 (a mais recente), é preciso mencionar, a princípio, o trabalho desenvolvido por Oliveira (2014) a partir de perspectivas sociolinguísticas e discursivas. Ao investigar o prefácio da gramática de Cegalla (2000), Oliveira (2014) conclui que o posicionamento autoral apresenta aspectos de dominação típicos de gramáticas normativas, não observando preceitos modernos desenvolvidos em meados do século XX. Como não pretendemos aqui a análise de posturas autorais, mas das obras consideradas como discursos-objetos, a investigação prefacial impendida difere-se da proposição de Oliveira (2014).

A partir da invocação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e de sua nova proposta em relação ao ensino de língua portuguesa, Cegalla (2000) diz elaborar uma gramática normativa útil tanto a alunos como a professores. Nesse caso, além do reforço de que

---

<sup>5</sup> Não há um apontamento terminológico à Metodologia de Pesquisa, mas uma pretensão de análise discursiva no sentido de que a Análise do Discurso é, de forma simultânea, um dispositivo teórico e metodológico, em consonância com Maingueneau (2006, p. 2), segundo o qual a AD é “um espaço de pleno direito dentro das ciências humanas e sociais, um conjunto de abordagens que pretende elaborar os conceitos e os métodos fundados sobre as propriedades empíricas das atividades discursivas”.

<sup>6</sup> A classificação das marcas discursivas foi a forma encontrada para evitar que itens alusivos distintos fossem interpretados de maneira análoga.

se trata de uma obra de caráter normativo, o autor revela o atributo pedagógico da obra ao assinalar a quem ela se destina. De mais a mais, a gramática é conceituada como disciplinadora da linguagem de modo que se atinja um ideal de expressão oral e escrita, a despeito da ressalva de que a obra não deve ser considerada um fim em si mesmo. De qualquer forma, o alcance de um ideal com base em um meio disciplinar é justamente o reflexo da tradição gramatical, que, como já mencionado, surge em uma época em que se pretendia padronizar os usos em razão das dominações política e cultural experimentadas pelos povos dominados pelos gregos.

Durante as considerações prefaciais, a gramática normativa é comparada a um compêndio de boas maneiras e relacionada à noção de civilidade em evidente desacordo com pressupostos mais modernos que afirmam ser o indivíduo competente dentro de seu próprio idioma, não necessitando do padrão normativo para que comunique bem. Palavras e expressões como “manual”, “roteiro”, “falar e escrever bem com acerto e elegância” também estão presentes no preâmbulo da obra de Cegalla (2000), evidenciando forte caráter padronizador e instrucional (manual, roteiro) capaz de atingir fala e escrita, desconsiderando as *nuances* existentes entre ambas. Embora diga se apoiar na doutrina moderna e nas citações de autores contemporâneos, várias marcas lexicais, como as já citadas, apontam para um dogmatismo que a obra diz evitar. Aliás, a fundamentação dos fatos gramaticais com amparo “no uso vivo do idioma” (CEGALLA, 2000, p. 14) não é comum em compêndios de normas, devido à própria visão estática que reveste o padrão normativo.

Ressaltamos, contudo, que a *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa* reconhece lidar com uma matéria árida, sendo necessária que a teoria gramatical seja seguida de exercícios de fixação. Ocorre que, considerando os conhecimentos gramaticais como “modelos de boa utilização de língua” (CEGALLA, 2000, p. 14), o gramático autor da obra retorna à noção modelar e à noção de língua como construto pronto e acabado, a partir das quais se vislumbra um discurso “como materialidade que implica em regras específicas para o dizer e para o dizível” (*sic*) (BIROLI, 2008, p. 62). Pensar na gramática como um modelo é de fato conceber que ela se realiza por meio de regras, de uma organização peculiar que lhe dá forma. Nesse sentido, as marcas de discurso presentes no prefácio de Cegalla (2000), consubstanciadas em itens lexicais cuja significação retoma a história e os ditames da tradição, podem ser assim esquematizadas:

Marcas genuínas	Marcas normativas	Marcas secundárias
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Forma ideal da expressão oral e escrita;</li> <li>• Modelos de boa utilização da língua.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Gramática normativa;</li> <li>• Meio posto ao nosso alcance para disciplinar a linguagem;</li> <li>• Falar e escrever com acerto e elegância.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Compêndio de boas maneiras;</li> <li>• Normas de polidez que todo civilizado deve acatar;</li> <li>• Roteiro.</li> </ul>

**Quadro 3: Marcas de discurso na *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa*, de Cegalla (2000)**

Fonte: O Autor

No Quadro 3 estão elencadas marcas consideradas genuínas em razão da noção abstrata que envolve o conceito de tradição gramatical, a qual, no caso analisado, é representada pela idealização da forma de expressão e pela noção modelar de manejo linguístico. Além disso, há marcas normativas, as quais dizem respeito a uma concretude, ou seja, à gramática, à materialização da tradição. Nesse caso, a própria autointitulação do compêndio como normativo, entendido como meio disciplinador da linguagem, o qual atinge a fala e a escrita, refere-se ao concreto (gramática), e não à abstração que compõe o pensamento tradicional. Há, ainda, marcas secundárias que se consolidam na comparação da gramática normativa com um compêndio de boas maneiras, um roteiro, que contém normas de polidez claramente ligadas à noção de civilidade, como se esta mantivesse uma relação necessária com a polidez. Neste último caso, as marcas reforçam de forma secundária, por meio de comparações implícitas e de itens lexicais alusivos, aspectos primariamente relacionados ao padrão normativo contido nas gramáticas.

E, nessa conjuntura em que a obra se apresenta, o mecanismo da tradição parece de fato reger o compêndio, sendo as marcas analisadas evidências da reprodução de uma organização social e de uma classe dominante, porque reforça padrões que outrora eram considerados próprios da elite, que reconhecia na escrita “bem acabada” dos grandes autores um modelo a ser seguido. Perpetuado este, a gramática acaba por compilar normas que regem a escrita (e a oralidade, secundariamente) como reflexo do espaço que separava os conhecedores dos não conhecedores da “língua em sua perfeição

de forma”. Eis que, havendo um modelo, há também o erro, cuja existência só é de fato possível em comparação com um padrão preestabelecido; há ainda a necessidade de um “roteiro”, já que não se pode atingir uma “forma ideal” sem um itinerário detalhado; há, além do mais, uma busca pela “elegância”, representada na escrita disciplinada que simbolizava a elegância de certos homens antigos, detentores de conhecimento em detrimento da maioria. Por isso, entendemos que a formação discursiva delineada pelas marcas aponta para uma adesão à tradição em vários aspectos, estando eles ligados a fatores históricos de dominação e de sobreposição social.

Quanto ao prefácio da 48.<sup>a</sup> edição da *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa*, de Cegalla (2008), não há, pelo que percebemos, marcas de discurso relevantes para o propósito que delimitamos. Não que não resvalém entendimentos do discurso contido na apresentação<sup>7</sup>, mas o que está em voga é o registro de que a nova edição foi adaptada ao novo sistema ortográfico. Logo, o preâmbulo especifica quais alterações foram acolhidas pela gramática por força do novo acordo, motivo pelo qual entendemos ser mais interessante à análise proposta do discurso contido no prefácio da obra de Cegalla (2000). Há, todavia, que se destacar um trecho, o qual parece ser o único que contém elementos que podem ser relacionados aos aspectos da tradição. Ei-lo:

Se nos permitem, tomamos a liberdade de lembrar aos abnegados colegas de ensino que o estudo da gramática, por parte dos discípulos, deve andar lado a lado com a redação de textos, a interpretação de poemas e excertos literários e a leitura de livros e revistas de boa qualidade. Só com essa didática plurivalente é que o ensino do português atingirá seu objetivo precípua, que é levar o estudante a assenhorar-se gradativamente das normas e dos recursos do idioma, nas modalidades oral e escrita (CEGALLA, 2008, p. 3).

De modo preliminar, o trecho contém duas marcas relevantes que puderam ser observadas no prefácio da obra anterior e que, por isso, não serão novamente analisadas: a necessidade do aprendizado da norma e a disciplinação das modalidades oral e escrita. Além do mais, ainda que o discurso contido no preâmbulo ponha lado a lado o estudo da gramática, a redação e a interpretação, levando esta última consigo o sinal da tradição, na medida em que se limita ao que pode ser considerado de “boa

<sup>7</sup> Na 48.<sup>a</sup> edição da obra de Cegalla (2008), apenas consta uma “apresentação” a título de preâmbulo.

qualidade”, isto é o que diz respeito à conquista do objetivo principal do ensino de português: o aprendizado da norma. Nesse sentido, o discurso leva à concepção de que o conhecimento do padrão normativo praticamente (notemos que ocorre a expressão “objetivo precípua”, deixando em aberto outros objetivos possíveis) basta ao ensino da língua portuguesa. Acreditamos que esse entendimento é motivado pelo fato de que tal “discurso não tem o poder de se deter sobre si e encerra aquilo que diz como uma promessa legada a um outro discurso” (FOUCAULT, 2007, p. 56). Logo, o que se revela nesse discurso de apresentação da obra de Cegalla (2008) assim o é por causa da tradição, que eleva a perfeição escrita a um patamar de admiração absoluta.

Movendo o foco analítico para a obra de Almeida (2005), vale mencionar que Oliveira (2016) analisa o prefácio da *Gramática Metódica da Língua Portuguesa* a partir do viés do ensino de gramática, considerando a forma como os pensamentos autorais são apresentados, concluindo que o autor demonstra “clara adesão aos preceitos normativos, o que já se esperava, e excesso de repúdio a qualquer procedimento que não represente o ensino total, em todos os aspectos, repleto de terminologias típicas” (OLIVEIRA, 2016, p. 38). A investigação proposta aqui se apresenta distinta da realizada por Oliveira (2016), que se valeu precipuamente de pressupostos linguísticos e sociolinguísticos para tecer suas observações.

No prefácio de sua obra, Almeida (2005) principia seu posicionamento tecendo uma distinção entre fato histórico e fato linguístico, dadas as diferenças de objeto, de método de exposição e de maneira de aprender. Afirma o autor que o fato linguístico necessita de explicação, justificativas, exemplos, arguição, não diferenciando, no entanto, o fato linguístico do fato gramatical, que, ao que parece, seria mais adequado aos propósitos de um compêndio de normas, já que a obra do autor é autointitulada gramática, delimitando, nesse caso, o lugar de enunciação a partir do qual o autor se pronuncia. Aliás, sendo o prefácio um ambiente de suposta liberdade em relação à exposição da obra, lá estão contidos enunciados, muito mais que frases cujas abordagens possam se dar apenas em nível linguístico. Isso porque, conforme afirma Gregolin (2004), o enunciado está no plano do discurso e não está necessariamente submetido a uma estrutura linguística canônica. Dessa forma, não basta a observação de seus elementos constituintes, já que o enunciado é “produzido por um sujeito, em lugar institucional, determinado por regras sócio-históricas” (GREGOLIN, 2004, p. 26).

A forma como os enunciados se organizam na obra de Almeida (2005) é topicalizada, no sentido de que o autor tece comentários ponto por ponto partindo dos seguintes itens: “Unidade de estudo”, “A análise não constitui estudo independente”, “Leituras anotadas”, “O compêndio”, “Nomenclatura gramatical brasileira” e “Conclusão”. Em razão do escopo que definimos, a identificação de marcas de discursos, consubstanciadas em itens lexicais, dar-se-á na ordem em que aparecem, sendo desprezadas as nomenclaturas dos tópicos propostos por Almeida (2005).

Partindo da comparação entre a gramática e a Geografia, Almeida (2005) defende que o compêndio normativo deve ser estudado integralmente, não sendo admitida a seriação de textos de ensino, já que a fragmentação desse estudo, consoante o autor, resulta no não conhecimento de noções gramaticais básicas tais como a flexão de um substantivo composto e a conceituação de uma conjunção subordinativa. Entendendo o estudo gramatical como uma verdadeira unidade, o autor claramente se posiciona em favor de um método de ensino, o que justifica o atributivo “metódica” utilizado no título da obra em questão. Com efeito, para Almeida (2005, p. 3), “estudar Gramática não é fazer ‘paciência de baralho’”, na medida em que o estudo gramatical deve ser dirigido por uma ordem, sem misturas, não se admitindo a venda e circulação de gramáticas normativas que se proponham elementares e superiores, já que “a Gramática ou se estuda ou não se estuda” (ALMEIDA, 2005, p. 3).

Ao que parece, o prefácio da obra de Almeida (2005), assim como os demais escritos pelos autores-gramáticos, enquadra-se no “princípio de rarefação de um discurso”, uma vez que, discursivamente, “o autor, não é entendido, é claro, como o indivíduo falante que pronunciou ou escreveu um texto, mas o autor como agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência” (FOUCAULT, 2013, p. 25). Embora não pretendamos discutir aqui a noção de autoria, é relevante ressaltar de forma breve que o posicionamento discursivo revelado em um prefácio, lugar considerado híbrido e de liberdade de pensamento, é, na verdade, o resultado da mescla de um modo individual de compreender o direcionamento a ser dado a determinado assunto, inscrito o autor em um contexto de época determinado, e as amarras invisíveis impostas pela configuração interna de um pensamento. É nesse ponto que entendemos que, conquanto tenha Almeida (2005) liberdade para agregar valor a um discurso por meio de seu prefácio, está o autor “preso” aos mecanismos da

tradição gramatical, os quais não permitiriam, por razões propriamente genéticas, que o discurso fosse conduzido de forma puramente individual.

Esse entendimento aqui adotado pode ser corroborado por posicionamentos encontrados no prefácio da obra de Almeida (2005), podendo-se destacar: a) a noção de que o estudo de gramática “ou se faz ou não se faz”, estando a completude desse estudo relacionada à assimilação de tudo o que diga respeito aos assuntos da disciplina gramatical; b) a necessidade de que o texto de gramática portuguesa seja único e completo, de modo que o aluno leve o estudo da gramática “até o fim da vida”; c) o entendimento de que atribuir a um curso de gramática os adjetivos “elementar” e “superior” é uma “aberração no ensino de língua”, “uma extravagância didática”, “um contra-senso cultural”, sendo que o português é uno<sup>8</sup>, cabendo ao professor avaliar o que, quando e como ensinar, desde que ensine tudo de gramática; d) o fato de um indivíduo não saber conjugar o verbo reaver no subjuntivo presente é resultado de um aprendizado mal cuidado do idioma, despreocupado com as regras de gramática e livres da tradição que é legada pelos bons escritores.

Considerando que os discursos são “amarrados” nos seus respectivos dispositivos de enunciação, com atesta Maingueneau (2008b), o surgimento dos eventos enunciativos que marcam discursivamente o prefácio da obra de Almeida (2005) acaba marcando também um espaço de exterioridade no qual uma rede de lugares distintos se desenvolve, consoante Foucault (2014). Com efeito, compreendemos que o mecanismo interno de funcionamento da tradição gramatical impele e molda a configuração de determinadas assertivas, como as elencadas no parágrafo anterior, isso porque, ainda que o autor fale (escreva) de um lugar discursivo que lhe é próprio, a liberdade dele é mitigada pela força da tradição, que, sendo histórica e socialmente situada, acaba por também compor o lugar discursivo donde se expressa o autor.

O fato é que, ao compreender que, “quando se diz que alguém não sabe analisar os termos essenciais da oração, deve-se entender que ele não sabe nada, absolutamente nada, de gramática” (ALMEIDA, 2005, p. 4), fica assinalado um posicionamento discursivo em relação à relevância do estudo completo dos conceitos e das terminologias

<sup>8</sup> A norma é una (quase que totalmente; até entre gramáticos há divergências teóricas), diferentemente da língua portuguesa, que é diversa e heterogênea. Trata-se de equivocada sinonímia entre “gramática” e “português”.

gramaticais. Mesmo não definindo a quem se dirige tal necessidade de apreensão terminológica, subentende-se, pelas próprias características da obra, que o alvo são os alunos até o nível médio de ensino. De qualquer forma, os posicionamentos prefaciais, incluindo-se o da gramática de Almeida (2005), inscrevem-se dentro de uma formação discursiva “como um conjunto de práticas discursivas que instauram os objetos sobre os quais enunciam, circunscrevem os conceitos, legitimam os sujeitos enunciadore e fixam as estratégias sérias que rareiam os atos discursivos” (BARONAS, 2004, p. 50).

Os ditames da tradição, que se materializam na norma gramatical, explicitam-se na afirmação de que “a gramática é o caminho mais curto e eficiente” (ALMEIDA, 2005, p. 5) para o aprendizado da língua, já que a eleição de um padrão supranacional em relação às variedades não formais foi justamente uma das práticas utilizadas há séculos pelo Império Grego com o intuito de sobrepujar o idioma dos povos dominados. Isso, de forma semelhante, mas não igual, ocorreu durante os anos em que o Império Romano expandiu seu território, ainda que, neste último caso, a imposição tenha se dado de forma velada<sup>9</sup>, e não tão explícita como ocorreu nos domínios gregos. Dessa forma, podemos notar, assim como nos demais trechos já analisados do prefácio da obra de Almeida (2005), o delineamento de uma formação discursiva a partir da dissolução de unidades textuais consideradas tópicas, pois são marcas que compõem um todo invisível. Aliás, o próprio Foucault (2014) pretendia, por meio do que considerava como formação discursiva, constituir conjuntos discursivos não arbitrários, mas escondidos no invisível, podendo ser revelados a partir de relações corretamente descritas.

Conquanto contenha um posicionamento bastante próximo do que apregoam os elementos que sustentam a tradição gramatical (prescrição, imposição e legado histórico), o prefácio da *Gramática Metódica da Língua Portuguesa* parece recorrer a um abrandamento discursivo quando marca que “o que é necessário é evitar o exagero, o supérfluo, o inútil”, porque “estar a ensinar em aulas ou a exigir em concursos ou em provas escolares a função sintática de todos os elementos de uma expressão surrada por todos e encontradiça em qualquer bom escritor constitui exagero e inutilidade” (ALMEIDA, 2005, p. 5). Não obstante esse entendimento, trechos já abordados neste tópico apontam para um abrandamento suposto, considerando que existem mais

<sup>9</sup> Cf. Nunes (1969).

elementos de adesão aos ditames da tradição do que uma preocupação mitigadora de conteúdo. Assim, “é nesse sistema que internamente se produz um conjunto de regras as quais definem a identidade e o sentido dos enunciados que o constituem”. Em outras palavras, “é a própria formação discursiva como uma lei de série, princípio de dispersão e de repartição dos enunciados que define as regularidades que validam os seus enunciados constituintes; por sua vez, tais regularidades instauram os objetos sobre os quais elas falam, legitimam os sujeitos para falarem sobre esse objeto” (BARONAS, 2004, p. 51).

Partindo desse sistema interno que dirige o discurso constante no prefácio da obra em questão, revelam-se outras regularidades quanto ao tratamento da norma. Exemplo disso é a concepção de que “a leitura é suplemento do ensino de gramática, é meio de comprovação e só o professor sabe o que deve ser observado para esta ou aquela classe. De leitura deve o professor valer-se como meio de recordação das regras ensinadas”, bem como a de que “no ensino da Gramática as repetições se impõem” (ALMEIDA, 2005, p. 5). Nesse ponto, vale ressaltar que a tendência mais moderna no ensino de língua<sup>10</sup> aponta para o texto como base para a abordagem gramatical (ANTUNES, 2010; SANTOS; RICHE; TEIXEIRA, 2012; TRAVAGLIA, 2003), e não o contrário, como ressalta o autor da *Gramática Metódica*. De qualquer modo, inferimos que o pensamento registrado no prefácio da obra, cuja regularidade se revela nas marcas de discurso lá existentes, é resultado da força da tradição, entendida aqui como um discurso constituinte (concepção de Maingueneau (2008b)), por reconhecer apenas a autoridade que emana da própria tradição e de seus pilares, concretizando-se por meio da gramática normativa.

Outros elementos que aludem à tradição gramatical, ainda que não diretamente, podem ser encontrados no trecho:

Qual consciente professor de português que ignora repousar, até hoje, no ridículo número de aulas de gramática a verdadeira e fundamental causa da deficiência do seu ensino? Nenhum país culto existe em que o vernáculo não seja ensinado diariamente [...] (ALMEIDA, 2005, p. 5).

<sup>10</sup> Quando falamos em análise linguística, o texto não é entendido como meio, mas como fim, já que a língua está sempre em funcionamento.

A princípio, ao fazer referência ao professor de português, pressupomos que o estudo de tal disciplina deveria ser abrangente, não dando conta apenas da gramática. Todavia, o registro contido no prefácio do compêndio de Almeida (2005) parece considerar sinônimas as expressões “português” e “aulas de gramática”. De modo análogo, parece haver uma confusão entre “culto” e “padrão”, termos que, hodiernamente, não são considerados sinônimos<sup>11</sup>, porquanto o falante culto, mais urbanizado e escolarizado não maneja a língua de acordo com os ditames do padrão normativo, que é idealizado e, ressaltamos, importante em determinadas situações de uso<sup>12</sup>. Quanto à concepção de “vernáculo”, esta parece marcar uma época na qual tal termo era entendido como geral ou não técnico, como o faz o *Superdicionário da Língua Portuguesa*, que registra “vernáculo” como o que é próprio do país a que pertence ou da região em que está; nacional, pátrio (FERNANDES; LUFT; GUIMARÃES, 2000). Já se sabe, contudo, que, a partir de meados do século XX, com a emergência da Sociolinguística, o termo “vernáculo” se especializou, passando a significar o estilo no qual se presta o mínimo de atenção ao monitoramento da fala (LABOV, 2008).

Eis, nessa linha de análise, outro trecho de claro posicionamento no prefácio da obra analisada:

Louvável é, sem dúvida, tenha um idioma uniformidade de terminologia para todas as partes léxicas e para todas as funções sintáticas, mas é em igual proporção desprezível que isso se faça com desrespeito à tradição e ao bom senso, quando não à própria disciplina (ALMEIDA, 2005, p. 6).

Como é sabido, à gramática coube o papel uniformizador da língua, resquício da época em que se demandava uma língua supranacional, acima das diferenças linguísticas entre os povos dominados, bem como a tarefa de padronizar a terminologia – o efeito padronizador é fruto da tradição, cujo auge se deu na época<sup>13</sup> em que a preocupação com a lapidação linguística era ordinária entre os que dominavam a modalidade culta<sup>14</sup> da língua. Almeida (2005), ao comentar as mudanças promovidas

<sup>11</sup> Cf. Bagno (2007).

<sup>12</sup> É importante notar que, em textos nos quais se exige rigor acadêmico, por exemplo, o padrão normativo é utilizado, demonstrando que a situacionalidade é de fato o que distingue uma necessidade de uso.

<sup>13</sup> O auge do latim clássico deu-se no séc. I a.C.

<sup>14</sup> A referência aqui é ao latim clássico (mais precisamente ao *sermo cotidianus*), modalidade que se contrapunha ao latim vulgar.

na língua por força de lei ou ato normativo, tece críticas à condução das modificações relacionadas às nomenclaturas gramaticais, ao uso do acento grave, etc., por entender que tais alterações não trouxeram real proveito ao ensino de gramática. Apesar disso, a diversidade terminológica não é condenada, entendendo ele que “o erro está em não ensinarem todos os nomes possíveis a qualquer fato gramatical, pois a abundância de denominações só proveito traz à compreensão do fato” (ALMEIDA, 2005, p. 6).

O que percebemos, nesse sentido, é que a copiosidade terminológica integra o jogo padronizador da norma e, sendo assim, é possível entender por que o autor aponta que “Gramática portuguesa não se ensina fazendo discursos”, mas com treinamento por meio de exercícios, até porque “as normas de gramática se acompanham de corolários, de notas, de observações, de exceções” (ALMEIDA, 2005, p. 7). Ocorre que essas marcas que se observam no prefácio ora analisado são, na verdade, “conjuntos de enunciados que podem ser associados a um mesmo sistema de regras, historicamente determinadas” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2012, p. 241), integrando uma mesma formação discursiva cujos elementos apontam para o passado (para a tradição), como também se pode notar na intencionalidade marcada de preservar “a herança que nossos avós nos legaram, estimular o escrupuloso estudo do idioma de nossa terra e estreitar o elo de nacionalidade que a todos nos cinge” (ALMEIDA, 2005, p. 7).

Nesse último trecho, termos como “herança”, “legaram”, “idioma” e “nacionalidade” interagem de modo que o todo signifique muito mais do que as unidades isoladas; isso, entretanto, não retira das unidades a propriedade significativa de composição do todo, do contrário não seria possível a retomada da tradição por meio da verificação de marcas de discurso. A rigor, a tradição se firma no passado e se ampara nos seus próprios elementos constituintes, o que acaba por reverberar nas obras que a ela aderem. Corporificada na norma, a tradição coloca “em funcionamento mecanismos de organização do real por meio da produção de saberes, de estratégias e práticas” (REVEL, 2005, p. 37). Interpretamos que, por meio da investigação arqueológica, esses mecanismos podem ser revelados a partir das marcas deixadas no discurso que se apresenta na obra.

À guisa de conclusão prefacial, destacamos o seguinte trecho do prefácio da *Gramática Metódica*:

Boa é a gramática que, numa mistura de simplicidade e erudição, expõe raciocínios simples e termos chãos o que de melhor existe no terreno de nosso idioma; que o apresenta ao aluno como diamante despojado dos cascalhos e impurezas, já lapidado, pronto já para ser usado; que se abstém, quanto possível de informações históricas, hipóteses e configurações: a tais dados deve recorrer o suficiente para que o aluno perceba a razão de ser do estado atual de nosso idioma (ALMEIDA, 2005, p. 7).

É clara, no trecho, a suposta relação existente entre a gramática e o conhecimento do idioma, de sorte que aquela seja simples, mas também erudita, a fim de que prescreva fatos acerca da língua, compreendida como lapidada, por ser livre de impurezas (trata-se, provavelmente, de alusão às variedades não padrão da língua) e pronta para a utilização efetiva. Sendo prescritiva, como sugere o excerto do prefácio da gramática de Almeida (2005), qualquer tipo de informação que não seja necessária e suficiente ao entendimento do estado atual da língua deve ser evitada, possivelmente para que se tenha um compêndio “sóbrio” e autossuficiente. Ora, a confusão entre “idioma” e “gramática” pode, no mínimo, incorrer em reducionismo, se desconsideradas as *nuances* que fazem do português peculiar e único manejado no Brasil. E isso se repete. A rigor, a gramática registra o momento estático em que variações supostamente convergiram em mudanças linguísticas, as quais, em continuidade de variação, acabam por se modificar novamente sem que recebam espaço nos compêndios de normas, já que o registro gramatical é moroso, tardio e, arriscamos dizer, não corresponde fidedignamente nem mesmo ao momento do registro do fato de língua.

Obviamente, longe da tessitura de críticas infundadas às gramáticas normativas – porque sempre temos em mente o momento histórico e as condições de sua emergência –, o que entrevemos, nessa obra do século XX, é, na verdade, uma ordem do discurso que reflete a força da tradição gramatical, materializada no compêndio normativo, sem que o momento histórico atual se revista de análogas características daquela época remota de emergência da gramática. E há plausibilidade na reflexão que propomos, na medida em que “a ordem do discurso própria de um período particular possui, portanto, uma função normativa e reguladora e coloca em

funcionamento mecanismos de organização do real por meio da produção de saberes, de estratégias e de práticas” (REVEL, 2005, p. 37). Ocorre, então, uma reprodução artificial das condições de dominação entre povos, as quais favoreceram o nascimento da gramática, no discurso que ora analisamos, o que pode ser corroborado a partir do exame deste excerto:

O professor deve ser guia seguro, muito senhor da língua; se outra for a orientação de ensino, vamos cair na ‘língua brasileira’, refúgio nefasto e confissão nojenta de ignorância do idioma pátrio, recurso vergonhoso de homens de cultura falsa e de falso patriotismo. Conhecer a língua portuguesa não é privilégio de gramáticos, senão dever do brasileiro que preza por sua nacionalidade. É erro de consequências imprevisíveis acreditar que só os escritores profissionais têm a obrigação de saber escrever. Saber escrever a própria língua faz parte dos deveres cívicos. A língua é mais viva expressão da nacionalidade (ALMEIDA, 2005, p. 7).

A princípio, a crítica à “Língua brasileira”, em franca adesão ao que se denomina “língua portuguesa”, é outro indício de uma ordem discursiva alusiva ao passado, época quando vigorava a relação colonizador (Portugal) x colônia (Brasil). E isso, seguido do juízo de valor “refúgio nefasto e confissão nojenta de ignorância do idioma pátrio, recurso vergonhoso de homens de cultura falsa e de falso patriotismo” (ALMEIDA, 2005, p. 7), acentua a noção de que a língua portuguesa seria a “ideal” por ser a língua da pátria (Portugal). Ocorre que, desde a independência do Brasil em 7 de setembro de 1822, início do século XIX, manteve-se o vínculo histórico entre os dois países, mas não a relação de pertencimento territorial, que, a reboque, trazia um vínculo de pertencimento linguístico. Dessa forma, deduzimos que a noção de pátria se bifurcou, sendo o Brasil, por suas próprias características de formação, inclusive as relacionadas aos substratos linguísticos, peculiar em relação a Portugal, motivo pelo qual compreendemos que o juízo de valor registrado no prefácio da *Gramática Metódica* não condiz com a realidade linguística, ou melhor, sociolinguística, já que as noções de “ignorância”, “cultura” e “patriotismo” deveriam ter, atualmente, aplicabilidade diversa da que teriam no século XVIII, por exemplo.

Sendo o enunciado uma unidade elementar do discurso, bem como portador de uma função enunciativa<sup>15</sup>, a análise dos enunciados constantes no prefácio da obra de Almeida (2005) é tecida a partir de uma historicidade, uma vez que o objeto da descrição arqueológica é visto como um campo onde a função enunciativa é exercitada (FOUCAULT, 2014). Segundo assevera Gregolin (2006, p. 89), em interpretação de *A Arqueologia do Saber*, de Michel Foucault, “trata-se de descrever a função enunciativa, suas condições, suas regras de controle, o campo em que ela se realiza”. Desse modo, as análises dos enunciados buscam o mecanismo interno que dirige o pensamento gramatical, vislumbrando marcas que apontem para a tradição, verificando, também, a função desses enunciados dentro de um contexto discursivo. E é nesse sentido que, entendendo a escrita como um dever cívico e a língua como uma expressão da nacionalidade, Almeida (2005) aponta para uma relação hermética, em que a expressão “saber escrever” é tomada como sinônima de “escrita correta” e, sendo relacionada à noção de civilidade, acaba por excluir os indivíduos que não têm acesso ao ensino formal, o que de fato ocorria, por exemplo, durante a época do Império Romano. Ainda, o entendimento da língua como expressão da nacionalidade talvez fosse mais bem substituído por “expressão de identidade”, já que a língua, nas suas inúmeras diversidades, é um marcador identitário de um povo.

À vista disso, compiladas as marcas de discurso encontradas no prefácio da *Gramática Metódica da Língua Portuguesa*, temos o Quadro 4.

<b>Marcas genuínas</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Livres das tradições dos bons escritores;</li> <li>• É igualmente desprezível que isso se faça com desrespeito à tradição e ao bom senso, quando não à própria disciplina;</li> <li>• Herança que nossos avós nos legaram;</li> <li>• O que melhor existe no terreno do nosso idioma;</li> <li>• Diamante despojado dos cascalhos e impurezas, já lapidado;</li> <li>• Vamos cair na “língua brasileira”, refúgio nefasto e confissão nojenta de ignorância do idioma pátrio, recurso vergonhoso de homens de cultura falsa e de falso patriotismo;</li> </ul>
------------------------	---

**Quadro 4: Marcas de discurso na *Gramática Metódica da Língua Portuguesa*, de Almeida (2005)** **(continua)**

<sup>15</sup> Segundo Gregolin (2006, p. 89), a função enunciativa diz respeito ao fato de o enunciado “ser produzido por um sujeito em um lugar institucional, determinado por regras sócio-históricas que definem e possibilitam que ele seja enunciado”.

<b>Marcas normativas</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Gramática;</li> <li>• A regra gramatical expõe-se;</li> <li>• No terreno da Gramática os fatos são argüidos, são exemplificados;</li> <li>• O [fato] gramatical se acompanha de corolários, de notas, de exceções;</li> <li>• O [fato] gramatical explica-se;</li> <li>• O livro de ensino gramatical deve ser estudado integralmente;</li> <li>• A Gramática ou se estuda ou não se estuda;</li> <li>• O estudo de Gramática ou se faz ou não se faz;</li> <li>• O texto de gramática portuguesa deve ser único e completo;</li> <li>• A análise é meio de averiguação da correção de um texto;</li> <li>• A análise é fruto do estudo da gramática e não de conhecimentos gramaticais;</li> <li>• Corrigirá um texto quem souber gramática;</li> <li>• Quem estuda gramática sabe analisar, quem só estuda análise jamais saberá a contento a gramática;</li> <li>• Desconhecer as leis do idioma;</li> <li>• Compêndio completo e uno;</li> <li>• O erro está em não ensinarem todos os nomes possíveis a qualquer fato gramatical;</li> <li>• As normas de gramática se acompanham de corolários, de notas, de observações, de exceções;</li> </ul>
<b>Marcas secundárias</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O [fato] linguístico necessita explicação; necessita justificação, necessita exemplos, necessita arguição;</li> <li>• Leviandade no ensino de língua;</li> <li>• Aberração de ensino de língua;</li> <li>• Extravagância didática;</li> <li>• Contra-senso cultural;</li> <li>• Quem sabe gramática sabe analisar, e é o livro de leitura que vai prestar-se para isso comprovar;</li> <li>• A gramática é o caminho mais curto e eficiente [para o aprendizado do idioma];</li> <li>• Despautério pedagógico [os livros de leitura anotados];</li> <li>• Como ler não se aprende em gramáticas, tampouco se aprende gramática em livros de leitura;</li> <li>• A leitura é suplemento do ensino de gramática, é meio de comprovação;</li> <li>• Da leitura deve o professor valer-se como meio de recordação das regras ensinadas;</li> <li>• No ensino de Gramática as repetições se impõem;</li> <li>• Grave erro de método;</li> <li>• Nenhum país culto existe em que o vernáculo não seja ensinado diariamente;</li> <li>• Louvável é, sem dúvida, tenha um idioma uniformidade de terminologia para todas as partes léxicas e para todas as funções sintáticas;</li> <li>• A abundância de denominações só proveito traz à compreensão do fato;</li> <li>• Gramática portuguesa não se ensina fazendo-se discurso;</li> <li>• Não é despejando retórica, não é movimentando cabeça nem membros que o professor deve ensinar gramática;</li> <li>• Saber escrever faz parte dos deveres cívicos;</li> <li>• A língua é a mais viva expressão da nacionalidade.</li> </ul>

**Quadro 4: Marcas de discurso na Gramática Metódica da Língua Portuguesa, de Almeida (2005) (conclusão)**

Fonte: O Autor

Na obra de Almeida (2005), as marcas genuínas encontradas apontam para o passado, que é um dos sustentáculos da tradição. Aliás, esta é ressaltada, inclusive sendo relacionada à tradição dos bons escritores, ou seja, os que servem de modelo à “boa escrita”. A disciplina e a herança (legado histórico, pelo que entendemos) também são mencionadas no sentido de afirmar a necessidade de manutenção de uma língua lapidada, livre de impurezas, representada pela língua portuguesa, idioma do colonizador, sendo rechaçada a possibilidade de uma língua brasileira, por ser esta considerada, em poucas palavras, desvio cultural. Há, ainda, marcas normativas apontando para a concretização da tradição, que é abstrata. Nesse caso, a gramática é vista como a lei do idioma e, por isso, a norma deve ser arguida, explicada, exposta de forma integral e completa, sempre com atenção à correção. Esses pontos estão aliados às marcas secundárias que se apresentam especialmente no que diz respeito ao ensino de gramática, que deve ser suplementado pelo texto, e não o contrário, sendo a própria gramática o ponto de partida para o aprendizado do idioma, devendo o ensino ser baseado na repetição, livre de discursos, como forma de atingir a civilidade e a expressão da nacionalidade.

Passando à *Moderna Gramática Portuguesa*, cujo prefácio tem duas laudas e é direcionado à 37.<sup>a</sup> edição, percebemos, na obra de Bechara (2009), uma preocupação mais voltada a informar o público-alvo da reformulação da obra, já que a primeira edição data de 1961. Segundo o autor, a obra destina-se a professores, a alunos e àqueles estudiosos da língua portuguesa, tendo sido “amadurecida” pela leitura de teóricos da linguagem, da produção acadêmica universitária, além de críticas e sugestões de companheiros da mesma seara do conhecimento, sem olvidar da leitura demorada dos melhores escritores. Nesse início, desponta, ao que parece, um discurso de afastamento da tradição gramatical como doutrina, que, de acordo com Foucault (2013), constitui o inverso de uma sociedade do discurso<sup>16</sup>, isso porque “a doutrina, ao contrário, tende a difundir-se; e é pela partilha de um só e mesmo conjunto de discursos que indivíduos, tão numerosos quanto se queira imaginar, definem sua pertença recíproca”. Nesse sentido, “aparentemente, a única condição requerida é o

<sup>16</sup> Para Foucault (2013, p. 37), a função das sociedades do discurso “é conservar ou produzir discursos, mas para fazê-los circular em um espaço fechado, distribuí-los somente segundo regras escritas, sem que seus detentores sejam despossuídos por essa distribuição”.

reconhecimento das mesmas verdades e a aceitação de certa regra – mais ou menos flexível – de conformidade com os discursos validados” (FOUCAULT, 2013, p. 40).

Notamos que, ao pontuar que a *Moderna Gramática Portuguesa* foi amadurecida pela leitura de teóricos da linguagem e da produção acadêmica universitária, a obra adquire um tom mais científico, preocupado talvez com o distanciamento da noção dos estudos gramaticais como mero estudo disciplinar, já que a disciplina, segundo Foucault (2013), está relacionada ao controle da produção do discurso, justamente por lhe fixar os limites como forma de reatualização permanente das regras. Dessa forma, o discurso constante no prefácio da gramática de Bechara (2009) parece apontar para uma formação discursiva um tanto diversa das obras de Cegalla (2000) e de Almeida (2005) no que se refere à adesão à tradição, visto que as gramáticas estão entremeadas de marcas genuínas e normativas, sendo ambas reforçadas por marcas secundárias; parece, em outras palavras, distanciar-se das mesmas verdades marcadas nas demais obras que receberam tratamento analítico, apesar da manutenção da aceitação de certa regra. Então, não pensamos se tratar de uma formação discursiva que se distancia totalmente da tradição gramatical, o que pode ser verificado na atenção dada à “leitura demorada de nossos melhores escritores” (BECHARA, 2009, p. 19), já que sabemos ter sido o idioma dos romanos lapidado de acordo com grandes escritores da época clássica.

Ao elevar a 37.<sup>a</sup> edição da *Moderna Gramática* ao plano teórico da descrição do idioma, emerge, na obra de Bechara, uma preocupação para além da prescrição comum nos compêndios de norma, até porque a gramática descritiva, como o próprio autor ressalta, “é uma disciplina científica que registra e descreve [...] um sistema linguístico em todos os seus aspectos” (BECHARA, 2009, p. 52), não havendo preocupação com o estabelecimento do que é certo ou errado na língua. Nesse ponto, parece haver, no prefácio de tal obra, uma menor adesão à “voz” da tradição, na medida em que o autor reconhece que a gramática não está acabada. E de fato não está. Isso é registrado por Perini (2016, p. 39), segundo quem “às vezes se entende, implicitamente, que as gramáticas usuais oferecem uma descrição completa da estrutura da língua”, quando, na verdade, “a área de incerteza é ampla”, porque, sendo a Linguística uma ciência viva e em pleno desenvolvimento, não podemos falar em descrição completa e definitiva. Consideramos, aqui, que a preocupação com um tom também descritivo da língua

acaba por diminuir a adesão da obra de Bechara (2009) à tradição gramatical se comparada, por exemplo, com as gramáticas de Cegalla (2000) e Almeida (2005).

Note-se, portanto, que, mesmo sendo três gramáticas do século XX, as obras de Cegalla (2000), Almeida (2005) e Bechara (2009) não partilham de mesmo grau adesivo à tradição na formação discursiva, porque não podemos simplesmente afirmar que estamos diante de tipos de enunciado, conceitos e escolhas temáticas regulares, embora seja regular o objeto de estudo das três obras. Aliás, em termos de adesão ao pensamento tradicional, as duas primeiras estão mais próximas entre si. No caso da *Moderna Gramática*, ao mesmo tempo em que se apoia na leitura de grandes escritores, ou seja, no discurso validado pelo tempo, também marca a preocupação com a atividade científica. Não falamos, aqui, de uma contradição propriamente dita, mas de um nexos parcialmente incongruente que pode ser, inclusive, verificado na própria ação da doutrina, que “liga indivíduos a certos tipos de enunciação e lhes proíbe, conseqüentemente, todos os outros; mas ela serve, em contrapartida, de certos tipos de enunciação para ligar indivíduos entre si e diferenciá-los, por isso mesmo, de todos os outros” (FOUCAULT, 2013, p. 41). Falamos, então, em graus de adesão ao pensamento tradicional.

Ainda a respeito do prefácio da gramática de Bechara (2009, p. 19), “a maior soma possível de fatos gramaticais” leva ao entendimento de que, por ser tratar de um compêndio normativo, a compilação é necessária, ainda que não seja mencionada a expressão “regras”, mas sim “fatos gramaticais”. De qualquer forma, depreendemos que a tentativa de operacionalizar uma proposta de reformulação da teoria gramatical, aliando “a preocupação de científica descrição sincrônica a uma visão sadia da gramática normativa” (BECHARA, 2009, p. 20), não se coaduna totalmente com os ditames da tradição, ou melhor, com o discurso tradicional materializado pela gramática, isso porque a tradição é estática dentro de seu movimento histórico delimitado e procura considerar um conjunto de fenômenos dentro de uma importância temporal, como registra Foucault (2014). Dessa maneira, vejamos o Quadro 5.

<b>Marcas genuínas</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Leitura demorada de nossos melhores escritores.</li> </ul>
<b>Marcas normativas</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Enriquecimento por trazer à discussão e à orientação normativa a maior soma possível de fatos gramaticais levantados pelos melhores estudiosos da língua portuguesa, dentro e fora do país;</li> <li>• Visão sadia da gramática normativa.</li> </ul>
<b>Marcas secundárias</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Amadurecido pela leitura atenta dos teóricos da linguagem;</li> <li>• Atualização no plano teórico da descrição;</li> <li>• Orientar-se por outros modelos válidos, seguidos pelos nossos melhores linguistas em atuação nos centros universitários brasileiros;</li> <li>• Efetiva operacionalização para uma proposta de reformulação da teoria gramatical;</li> <li>• Preocupação de uma científica descrição sincrônica da língua;</li> <li>• Temos consciência de que ainda há muito que acrescentar e rever;</li> <li>• Interesse e conhecimento reflexivo da língua portuguesa, traço que é da nacionalidade e elo fraterno da lusofonia.</li> </ul>

**Quadro 5: Marcas de discurso na *Moderna Gramática Portuguesa*, de Bechara (2009)**

Fonte: O Autor

Foi assaz dificultosa a categorização proposta no Quadro 5, haja vista estar a *Moderna Gramática* um tanto distanciada da *Novíssima Gramática* e da *Gramática Metódica* no campo da formação discursiva, mas não fora dele. Se levarmos em conta que “a passagem de um discurso a outro é acompanhada de uma mudança na estrutura e no funcionamento dos grupos que gerem esses discursos” (MAINGUENEAU, 2005, p. 119), temos, nas marcas de discurso contidas no prefácio do livro de Bechara (2009), evidências de uma nova forma de entender o conhecimento gramatical, ainda que estejam elas consubstanciadas em marcas secundárias. Há uma marca genuína, duas normativas e várias outras secundárias, no sentido de que, mesmo estas colaborando para a noção de que uma tradição abstrata é materializada em um livro, os apontamentos sublinham um interesse de inclusão de conhecimentos advindos das teorias da linguagem e de publicações universitárias, a fim de que a gramática seja pensada de forma distinta do que é normalmente: hermética e não adesiva aos novos resultados dos estudos modernos de língua. Pensamos se tratar, pois, de uma tentativa de ruptura temporal.

Relativamente ao prefácio da 38.<sup>a</sup> edição da *Moderna Gramática Portuguesa*, notamos uma preocupação em explicar como as edições anteriores foram revistas e sofreram acréscimos em relação ao aprofundamento nos estudos linguísticos. Como já mencionado, entendemos que esse comportamento se afasta da tradição gramatical, pois considera a existência de pressupostos linguísticos desenvolvidos no decorrer do tempo. No mais, a marcação do “constante esforço em aumentar a referências a fatos da língua e em buscar o amparo na boa doutrina” (BECHARA, 2015, p. 19) é percebida como parte da atividade descritiva a que se propõe o compêndio, o que pôde ser visto quando analisamos o prefácio da 37.<sup>a</sup> edição. No tocante às demais partes do discurso prefacial, o que percebemos é uma característica mais voltada à revisão da obra do que propriamente a revelar o que se pretende nela.

Não obstante façamos uma alusão à 49.<sup>a</sup> edição da *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, de Rocha Lima (2011), dedicamo-nos ao prefácio da 31.<sup>a</sup> por duas razões, a saber: a) ser assinado pelo autor e escrito cerca de um mês antes de seu falecimento; e b) não haver prefácio introdutório à 49.<sup>a</sup> edição. Ainda que bastante diminuto, o preâmbulo da gramática de Rocha Lima (2011) dispõe de elementos que funcionam como marcas discursivas capazes apontar para uma maior ou menor adesão à tradição, delineando, assim, sua formação discursiva. Autodenominada gramática normativa, a obra em questão, segundo o próprio autor, foi retocada em vários pontos e enriquecida, sobretudo no que tange à exemplificação de “fatos da língua”, marca encontrada em Bechara (2009) a título de “fatos gramaticais”. Os fatos aos quais alude a obra de Rocha Lima (2011, p. 27) compõem “um livro redigido com simplicidade e clareza, e norteado por obsessiva busca no sistematizar as normas da modalidade culta do idioma nacional”.

Com efeito, “sistematizar as normas” é expressão concernente à função da gramática normativa de um idioma. Ocorre que, sendo o discurso uma unidade transfrásica submetida a “regras de organização vigentes em um grupo social determinado” (MAINGUENEAU, 2011, p. 52), tal marca encontrada no prefácio da *Gramática Normativa*, de forma ampla, funciona como uma atividade verbal relacionada a uma atividade não verbal, assinalando o discurso como uma “forma de ação”, segundo assevera Maingueneau (2011). O que percebemos, assim, é que a atividade sistematizadora da língua não se encerra na compilação de normas em um

compêndio organizado para esse fim, mas ultrapassa os limites do livro atingindo a sociedade. Ainda que considere a “modalidade culta” como a ser sistematizada pela gramática, não há referência à modalidade manejada pelo indivíduo culto, mas à normatizada, padronizada. Há, portanto, uma confusão entre norma-padrão e norma culta, celeuma que não cabe a um compêndio normativo solucionar, por não ser fim precípua, mas que se repete nos prefácios.

Marcada como doutrina, um apontamento para a tradição abstrata, mas equilibrada pelas correntes da Linguística moderna, a gramática mostra-se aderente ao pensamento tradicional também pela intencionalidade de preservação “da precipitação de aderir cegamente à ditadura das últimas e passageiras ‘novidades’ importadas, assim como aos europeus de uma terminologia quase sempre também superfluamente inovadora” (ROCHA LIMA, 2011, p. 27). Assim, há mais dois pontos há serem observados: a) o entendimento de que se trata de matéria doutrinária, a partir da qual se reconhecem verdades e se aceitam certas regras, conforme entendimento de Foucault (2013) acerca do assunto; e b) a necessidade de preservação da norma contra as incursões inovadoras (ressaltadas a partir do exemplo da terminologia), o que parece ser de fato o comportamento esperado de uma obra autointitulada como gramática normativa, visto que “a doutrina vale sempre como o sinal, a manifestação e o instrumento de uma pertença prévia” (FOUCAULT, 2013, p. 40).

Não deixamos de registrar, no entanto, que a tentativa de inserção equilibrada da teoria linguística moderna representa um esforço de abertura do compêndio ao que de novo sobrevier à língua em termos de fundamento gramatical. A despeito dessa suposta investida, pelo que vislumbramos, trata-se de ato não concretizado, bastando observar o segundo item do Quadro 6. No mais, à guisa de finalização, a *Gramática Normativa* atribui a si mesma ser uma “cautelosa orientação”, o que secundariamente pode apontar para a mitigação da tradição pelo abrandamento semântico contido em ambos os termos da expressão, uma vez que “orientação” não é, via de regra, uma intenção da gramática, tampouco o é de forma “cautelosa”, por razões histórico-genéticas de dominação entre povos.

<b>Marcas genuínas</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Matéria doutrinária;</li> <li>• Preservou-se da precipitação de aderir cegamente à ditadura das últimas e passageiras novidades importadas, assim como aos europeus de uma terminologia quase sempre também superfluamente inovadora.</li> </ul>
<b>Marcas normativas</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Gramática normativa;</li> <li>• Fatos da língua;</li> <li>• Sistematizar as normas da modalidade culta do idioma nacional.</li> </ul>
<b>Marcas secundárias</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Equilibrar, com avaro e prudente critério de seleção, as variadas e muita vez conflitantes correntes da linguística moderna, naquilo que lhe pareceu pertinente à finalidade dos estudos de teoria gramatical;</li> <li>• Cautelosa orientação.</li> </ul>

**Quadro 6: Marcas de discurso na *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, de Rocha Lima (2011)**

Fonte: O Autor

Podemos notar, a partir da observação das marcas elencadas no Quadro 6, que o prefácio da obra de Rocha Lima (2011) dispõe de duas marcas genuínas que remetem ao pensamento tradicional, sendo este consubstanciado nas marcas normativas que apontam para um caráter padronizador da gramática. Ainda, de forma secundária, outras expressões funcionam de modo a comedir a força da tradição, motivo a partir do qual percebemos que, apenas nesse ponto específico, a *Gramática Normativa* aproxima-se da *Moderna Gramática* de Bechara (2009) em termos de adesão à tradição, ou seja, um abrandamento em relação à aderência ao pensamento tradicional. Nos demais pontos, contudo, as marcas apontam para uma maior adesão, assim como ocorre com as obras de Cegalla (2000) e Almeida (2005). Em resumo, no que concerne à formação discursiva, há uma proximidade entre as obras de Cegalla (2000), Almeida (2005) e Rocha Lima (2011). Quanto à obra de Bechara (2009), em virtude das marcas já analisadas, enquadrá-la no mesmo grau da formação discursiva que as demais seria forçoso, já que existem diversos pontos que a afastam da adesão que se manifesta nas outras gramáticas.

Passando à *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, de Celso Cunha e Lindley Cintra, cujo prefácio data de 1985, é preciso ter em vista a época em que essa parte da gramática foi escrita. Já na década de 80 do século XX, os autores prefaciaram a obra considerando-a contemporânea, e note-se que se trata de prefácio contido na obra de 2016. Tecidas essas considerações iniciais, passemos ao introito da obra. A princípio, os autores afirmam se tratar de uma obra idealizada há muito tempo para dar conta de uma “urgente necessidade para o ensino de língua portuguesa não só em Portugal, no Brasil e nas nações lusófonas da África, mas em todos os países em que se estuda o nosso idioma” (CUNHA; CINTRA, 2016, p. XXIII). Essa concepção de língua unificada, que não chega a ser a adjetivada como o faz Almeida (2005) em seu compêndio, tampouco chega a receber uma breve ressalva relativa às diversas peculiaridades existentes entre os idiomas, é traço genuíno da tradição gramatical, em consideração ao fato que, na gênese da gramática, foi necessária a criação de uma língua supranacional que abarcasse (e se impusesse) o idioma dos povos dominados, “aplainando” as diferenças entre as nações de forma que fossem apagadas as distinções identitárias. De fato, a classificação da noção contida no trecho da obra de Cunha e Cintra (2016), bem como a análise que ora fazemos, integra a concepção arqueológica de Foucault (2014), segundo a qual os discursos se revelam não apenas pela análise linguística, mas pela interrogação sobre as condições de emergência de dispositivos discursivos que sustentam as práticas (REVEL, 2005). Aqui, a tradição é entendida pelas condições de emergência, enquanto a gramática normativa se reveste na prática tradicional.

Em que pese a essa explanação inicial, fica subentendido na obra (concepção marcada no prefácio) o preenchimento de uma lacuna de

descrição do português contemporâneo que levasse em conta, simultaneamente, as diversas normas vigentes dentro do seu vasto domínio geográfico (principalmente as admitidas como padrão em Portugal e no Brasil e servisse, assim, fosse guia orientador de uma expressão oral e, sobretudo escrita, que, para o presente momento da evolução da língua, se pudesse considerar ‘correta’ (*sic*) (CUNHA; CINTRA, 2016, p. XXIII).

Nesse trecho, várias marcas podem ser observadas. Quanto à preocupação com a “descrição”, percebemos, no prefácio em análise, assim como ocorreu na obra de Bechara (2009), uma intencionalidade científica que se justifica pelo fato de a gramática (normativa) tender à cientificidade na medida em que busca explicação para os fatos linguísticos, mas ser, na verdade, uma disciplina pedagógica, conforme compreende Bechara (2006). Nesse ponto, inferimos um afastamento da tradição gramatical, o que é evidenciado de forma secundária, pois a prescrição é a atividade principal de um compêndio normativo, motivo pelo qual não confundimos a atividade descritiva com a prescritiva. De qualquer forma, a “descrição” a que se referem Cunha e Cintra (2008) diz respeito “às normas vigentes” especialmente entre Brasil e Portugal. Isso, de per si, não alude a uma descrição científica, mas a uma descrição normativa, ainda que certa intencionalidade científica seja marcada no introito da *Nova Gramática*. Apesar disso, assim como ocorre no prefácio de Rocha Lima, há um cuidado de pensar a gramática “como um guia orientador” (termo de abrandamento), mas, agora, “de uma expressão oral e, sobretudo, escrita” (CUNHA; CINTRA, 2016, p. XXIII).

Entendemos que, no trecho acima, é marcada uma atividade normativa disciplinadora da oralidade e da escrita, mesmo sendo esta o foco da disciplina gramatical em detrimento daquela. Disciplinar é característica da gramática normativa, mas o que outrora recaía eminentemente sobre a escrita avança no tempo para doutrinar também a fala. Esse ponto específico demonstra adesão à tradição, conquanto não tanto como ocorre na obra de Cegalla (2000), autor que pretende uma forma ideal de fala e escrita sem que haja o predomínio de uma modalidade sobre a outra. A noção de “correção” também aparece no prefácio do livro de Cunha e Cintra (2016), embora de forma bastante peculiar, já que, sobre o conceito adotado para “correção”, reservam-se quatro laudas explicativas. Isso demonstra uma precaução para que tal termo não seja entendido da forma mais tradicional, porque

Os progressos dos estudos linguísticos vieram mostrar a falsidade dos postulados em que a gramática logicista e a latinizante esteavam a correção idiomática e, com isso, deixaram o preceptismo gramatical inerte diante da reação anticorretista que se iniciou no século passado e que vem assumindo, em nossos dias, atitudes violentas, não raro

contaminadas de radicalismo ideológico. Por outro lado, à ideia, sempre renovada, de que o povo tem o poder criador e a soberania em matéria de linguagem associa-se, naturalmente, outra – a de considerar elemento perturbador ou estéril a interferência da força conservadora ou repressiva dos setores cultos. [...] Todo o comportamento social está regulado por normas a que devemos obedecer, se quisermos ser corretos. O mesmo sucede com a linguagem, apenas com a diferença de que as suas normas, de um modo geral, são mais complexas e coercitivas. [...] Se uma língua pode abarcar vários sistemas, ou seja, as formas ideais de sua realização, a sua dinamicidade, o seu modo de fazer-se, pode também admitir várias normas, que representam modelos, escolhas que se consagram dentro das possibilidades de realizações de um sistema linguístico. [...] Este conceito linguístico de norma, que implica um maior liberalismo gramatical, é o que, em nosso entender, convém adotarmos para a comunidade de fala portuguesa, formada hoje por sete nações soberanas, todas movidas pela legítima aspiração de enriquecer o patrimônio comum com formas e construções novas, a patentear o dinamismo do nosso idioma, o meio de comunicação e expressão, nos dias que correm, de mais de cento e cinquenta milhões de indivíduos (CUNHA; CINTRA, 2016, p. 5-8).

A citação acima sintetiza o pensamento dos autores a respeito do que consideram como “correção”. Em poucas palavras, tal noção aparece de forma mais flexível, inclusive considerando relativa a norma na medida em que se percebe legítima a aspiração de enriquecer o idioma por meio de novas construções. A correção é entendida por um matiz mais linguístico que, além do mais, aproxima-se da concepção de Câmara Júnior (1974), autor mencionado no prefácio da *Nova Gramática*. Segundo tal linguista, “a correção é um conceito que se estabelece espontaneamente no uso da língua em qualquer comunidade falante, em face da variabilidade lingüística que se verifica de um lugar para outro, de um meio social para outro e até de um indivíduo para outro” (CÂMARA JÚNIOR, 1974, p. 128). Esse tom linguístico que desponta no conceito de “correção” pode ser corroborado, também, pela menção, no prefácio, de inúmeros estudiosos da língua, tais como Joaquim Mattoso Câmara Júnior, Óscar Lopes, Pilar Vázquez Cuesta e Maria Albertina Mendes da Luz, Maria Helena Mira Mateus, Ana Maria Brito, Paul Teyssier, além do próprio Celso Cunha e outros mais.

Definindo a gramática como “uma tentativa de descrição do português atual na forma culta” (CUNHA; CINTRA, 2016, p. XXIV), os autores ressaltam que isso se dará com base em escritores portugueses, brasileiros e africanos, em franca adesão a um discurso aberto e inclusivo, que desloca do território lusitano a produção cultural escrita. Esse discurso, diferentemente do contido na obra de Cegalla (2000), ancora primordialmente na escrita sua investida descritiva, talvez porque seja ela “o intelecto agente, o ‘princípio macho’ da linguagem. Somente ela detém a verdade” (FOUCAULT, 2007, p. 53). O item lexical “atual” firma a descrição do português (note-se que não há menção a uma língua brasileira) em determinado tempo, supostamente aquele quando ocorre o registro do fato linguístico, motivo pelo qual entendemos que, já a partir de tal registro, o fato descrito possa ter perdido ou estar em vias de perder sua atualidade, já que a gramática acaba por registrar, desta feita, um momento estático do tempo, como se uma fotografia fosse. Também a expressão “forma culta” parece ter sido utilizada em lugar do que seria uma forma-padrão, se se tomar, por analogia, a confusão que pode haver entre norma culta e norma-padrão da língua.

Outro ponto importante e que merece atenção analítica é o cuidado com os “fatos da linguagem coloquial” (CUNHA; CINTRA, 2016, p. XXIV), o que percebemos como marca de discurso capaz de marcar uma menor adesão à tradição, que, historicamente, preocupa-se com o não informal. Essa marca, em conjunto com outras mais, delinea uma formação discursiva cujo grau aproxima a obra de Cunha e Cintra (2008) da gramática de Bechara (2009), afastando-a, de certa forma, das demais. E assim o é porque compreendemos o discurso como “uma dispersão de textos, cujo modo de inscrição histórica permite definir como um espaço de regularidades enunciativas” (MAINGUENEAU, 2005, p. 15), sendo as marcas de discurso elementos qualificados para apontamentos relativos a uma formação discursiva, entendida como “um conjunto de enunciados que não se reduzem a objetos linguísticos, [...] mas submetidos a uma mesma regularidade e dispersão na forma de uma ideologia, ciência, teoria, etc.”, de acordo com Baronas (2004, p. 55) em interpretação de *A Arqueologia*, de Foucault.

Consoante Cunha e Cintra (2016, p. XXIV), a *Nova Gramática* “pretende mostrar a superior unidade da língua portuguesa dentro da sua natural variedade”. Tal expressão, para efeitos de análise, funciona como marca discursiva genuína adesiva

à tradição gramatical na medida em que, mesmo admitida a existência de uma variedade linguística, o que se quer é mostrar a superioridade do padrão normativo. A questão da supremacia de uma variedade em relação às demais é um discurso antigo, historicamente comprovado, quando o idioma lapidado era sinal de cultura, conhecimento e *status*. Essa “eco” da tradição é tão expressivo que há compêndios (históricos) que relacionam a noção de cultura ao conhecimento do padrão. À guisa de exemplo, citamos a obra de Nunes (1969), datada do século XX. Conforme o autor, havia duas feições principais da língua latina que mereciam distinção: o latim vulgar e o literário. “Aquela era usada pela plebe, isto é, pelas pessoas incultas e analfabetas, esta a que nós conhecemos pelos esplêndidos monumentos que constituem a literatura latina” (NUNES, 1969, p. 4). Ainda segundo o autor, hoje se distingue “a fala das pessoas inteiramente desprovidas de cultura das que não o são, as quais usam vocabulário mais extenso e escolhido e de frase mais limada e correcta” (NUNES, 1969, p. 4).

A atenção ao estabelecimento de uma equivalência entre os conceitos e a terminologia sublinha, secundariamente, um aspecto normativo típico de compêndios de norma: as terminologias gramaticais. Por isso, consideramos que essa marca colabora para uma concepção da gramática como padronizadora, o que é sinal de adesão à tradição. Isso ocorre, segundo Neves (2005), porque o processo a partir do qual a disciplina gramatical foi instituída representou um trajeto em que os fatos foram isolados, expostos e classificados, sendo tudo isso resultado de um contexto que precedeu a emergência da própria gramática. Assim, a terminologia, como expressão prioritária de saberes temáticos (BOULANGER, 1995), serviu à intencionalidade padronizadora como forma de unificação conceitual. Esse processo de unificação, de transformação de partes em uma unidade superior que seja aplicável a diversas situações sem que, necessariamente, haja uma distinção ou hierarquia entre estas, é dito ser um aspecto da tradição.

Concluindo a análise do prefácio da *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, de Cunha e Cintra (2016), registramos a intencionalidade dos autores de “salientar e valorizar os meios expressivos do idioma”, o que torna o livro “não apenas uma gramática, mas, de certo modo, uma introdução à estilística do português contemporâneo” (CUNHA; CINTRA, 2016, p. XXV). Essa assertiva demonstra que, na verdade, os autores pretendem, pela incorporação de aspectos outros que, normalmente, não são objeto

de estudo gramatical, uma obra que seja mais do que uma gramática. De fato, basta uma breve consulta ao sumário da obra para perceber que, além dos tópicos que se esperam em um compêndio de normas, há, ainda, espaço para o tratamento das figuras de sintaxe, noções de versificação e discurso direto, indireto e indireto livre. O discurso que se apresenta por meio da intencionalidade contida na assertiva em questão acaba por marcar, secundariamente, um posicionamento da norma, ainda que à obra sejam acrescentados conhecimentos outros. Isso, no entanto, marca um discurso de ruptura com o comum (mero compêndio normativo). Eis, agora, o Quadro 7:

<b>Marcas genuínas</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Urgente necessidade para o ensino de língua portuguesa não só em Portugal, no Brasil e nas nações lusófonas da África, mas em todos os países em que se estuda o nosso idioma;</li> <li>• A superior unidade da língua portuguesa dentro da sua natural diversidade.</li> </ul>
<b>Marcas normativas</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Normas vigentes dentro do seu vasto domínio geográfico;</li> <li>• Guia orientador de uma expressão oral, e, sobretudo, escrita, de acordo com o conceito de "correção" que adotamos no capítulo 1.</li> </ul>
<b>Marcas secundárias</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Descrição do português contemporâneo na sua forma culta;</li> <li>• Não descuramos dos fatos da linguagem coloquial, especialmente ao analisarmos os empregos e os valores afetivos das formas idiomáticas;</li> <li>• Procurou-se estabelecer, sempre que possível, a equivalência entre os conceitos e a terminologia tradicionais;</li> <li>• Salientar e valorizar os meios expressivos do idioma, o que torna este livro não apenas uma gramática, mas, de certo modo, uma introdução à estilística do português contemporâneo.</li> </ul>

**Quadro 7: Marcas de discurso na *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, de Cunha e Cintra (2016)**

Fonte: O Autor

No Quadro 7, constam itens lexicais e expressões nas três categorias formuladas para as marcas de discurso. Tendo sido elas já analisadas, fica perceptível que, mesmo dedicando-nos à investigação de marcas que parecem estar na superfície textual, o que executamos é, de certa forma, também um tratamento global em relação ao discurso, ou seja, como ele significa no interior do prefácio. Isso porque entendemos que é tão

impossível tratar com alguma precisão “a discursividade a partir de uma exterioridade absoluta, capaz de totalizá-la sob o olhar, quanto refletir sobre um conjunto limitado de discursos sem tratar, mesmo que indiretamente e em diversos graus, de todos os discursos” (MAINGUENEAU, 2005, p. 26-27).

## 4.4 A organização interna

A intenção ao analisarmos a organização interna de um compêndio normativo é a de verificar se, de alguma forma, houve evolução em relação à divisão dos departamentos da gramática. Ora, se houver algum progresso nesse sentido, estaremos diante de uma marca de afastamento da tradição gramatical, ou então de menor adesão à força tradicional, na medida em que esta tende a ser pouco aberta a incursões inovadoras. Havendo, ao revés, uma preservação da estrutura da gramática grega, reproduzida pela latina, na gramática normativa de língua portuguesa, possivelmente seria isso um indício de adesão à tradição por aproximação e/ou manutenção de organização interna.

Como se atribui aos gregos a introdução da gramática na cultura latina, é preciso mencionar, mesmo que sinteticamente, quais eram as seções que a compunham. As gramáticas de outrora ainda não dispunham da fonética e da morfologia do modo como hoje conhecemos. O que havia era a teoria da *littera* e a etimologia. Enquanto a primeira se relacionava à representação dos sons da fala pelo símbolo escrito, não representando a própria fonética, a segunda também não era o reflexo da morfologia moderna, um campo investigativo pós-renascentista. Para a etimologia, a pronúncia e a grafia de um vocábulo não eram relevantes, o que, de certo modo, justifica o pouco interesse pelos estudos morfológicos na antiguidade e no medievo (WEEDWOOD, 2002). De qualquer forma, a essência do que viria a ser a fonética e a morfologia estava contida na teoria da *littera* e na etimologia, respectivamente, conquanto devamos ter em mente que as perspectivas relacionadas a esses estudos sofreram alguma alteração com o passar do tempo.

O outro departamento gramatical era a sintaxe, mais preocupada com a classificação de termos sem levar em consideração o contexto em que eles estavam

inseridos, tampouco os papéis desempenhados pelas palavras. Essa área da gramática, segundo Basseto (2010), diz respeito a várias ações como a verificação da estrutura de palavras e acentos, a ordenação silábica, a regência, a concordância no período e a colocação. Isso, ao que parece, já é bastante abrangente, considerando que, atualmente, a sintaxe se propõe a dar conta da colocação, da concordância e da regência, além, é claro, da função dos termos oracionais (sintaxe de função). Azeredo (2016, p. 10) acrescenta que, na verdade, a sintaxe, definida de forma provisória por ser “ambiciosa”, “é parte de um sistema que permite criar e interpretar frases”, compreendendo tanto regras que tornam possíveis enunciados banais quanto excêntricos.

Visto isso de forma sintética, passemos, então, à visão geral da organização interna dos compêndios de normas, representada no Quadro 8.

OBRAS	NGLP	GMLP	MGP	GNLP	NGPC
<b>AUTORES</b>	Cegalla	Almeida	Bechara	Rocha Lima	Cunha e Cintra
<b>ABERTURA</b>	Introdução	Introdução	Introdução	Introdução	Introdução
<b>NÚCLEO DURO</b>	Fonética	Fonética	Fonética/ Fonologia	Fonética/ Fonologia	Fonética/ Fonologia
	Morfologia	Morfologia	Morfologia	Morfologia	Morfologia
	Sintaxe	Sintaxe	Sintaxe	Sintaxe	Sintaxe
<b>NÚCLEO FLEXÍVEL</b>	Semântica	X	X	X	X
<b>NÚCLEO MISTO</b>	Estilística	Apêndice Literário	Noções elementares de Estilística e de versificação	Rudimentos de Estilística e Poética	Noções de versificação
	X	Etimologia	X	X	X
	X	X	Pontuação	X	Pontuação
	X	X	Apêndice	X	Apêndice
	X	X	X	X	Discurso direto, indireto e indireto livre

**Quadro 8: Visão geral da organização interna dos compêndios normativos**

Legenda: **NGLP** - Novíssima Gramática da Língua Portuguesa, de Cegalla (2008); **GMLP** - Gramática Metódica da Língua Portuguesa, de Almeida (2005); **MGP** - Moderna Gramática Portuguesa, de Bechara (2015); **GNLP** - Gramática Normativa da Língua Portuguesa, de Rocha Lima (2011); **NGPC** - Nova Gramática do Português Contemporâneo, de Cunha e Cintra (2016)

Fonte: O Autor

No Quadro 8, as seções internas das gramáticas foram organizadas desta forma:

- a) Abertura - Neste caso, observamos se há ou não capítulo(s) introdutório(s) como forma de marcação de conceitos, ou seja, se há exposição de concepções a partir das quais as demais partes do compêndio se desenvolvem. O foco aqui é a existência das concepções, e não o conteúdo em si;
- b) Núcleo duro - Chama-se de núcleo duro o conjunto composto pelas áreas historicamente componentes da gramática, quais sejam a fonética/fonologia, a morfologia e a sintaxe;
- c) Núcleo flexível - Trata-se de área de preocupação gramatical que manteve relevância nos estudos de gramática: a semântica;
- d) Núcleo misto - Integram este núcleo as demais partes dos compêndios e que os complementam.

Dessa forma, o foco geral analítico recai sobre a organização da gramática e a disposição das partes dela componentes, recebendo todas um tratamento analítico, razão pela qual as categorias acima mencionadas serão abordadas na ordem que aparecem no Quadro 8. Passamos, então, ao que foi denominado “abertura” e, em seguida, às demais categorias.

### **4.4.1 A abertura**

Como percebemos pela análise do Quadro 8, todos os compêndios normativos analisados reservam algumas páginas iniciais antes da teoria gramatical em si. Embora as seções nem sempre recebam a denominação de “introdução”, um ou mais capítulos funcionam como a abertura que antecede a exposição/descrição/prescrição dos fatos

gramaticais. Dessa forma, “abertura”, para os efeitos aqui propostos, diz respeito à parte inicial do compêndio normativo, em que se apontam concepções a partir das quais é pensada a teoria gramatical, independentemente do título recebido e da divisão em capítulos e seções, importando mais o número de páginas dedicadas a essas noções iniciais.

Na abertura das gramáticas, nem toda parte inicial é chamada de “introdução”, como podemos notar em relação à *Gramática Metódica*, conquanto a maioria das obras estudadas utilize o termo. No entanto, mais importa refletir a causa pela qual as obras de Cegalla (2008), Almeida (2005) e Rocha Lima (2011) dedicam apenas 3, 4 e 5 páginas, respectivamente, às noções introdutórias, enquanto os compêndios de Bechara (2015) e Cunha e Cintra (2016) separam 34 e 35 páginas, nessa ordem, para semelhante finalidade. Compreendemos que um maior número de páginas reservado à exposição e à explicação de fundamentos iniciais, antes do tratamento da teoria gramatical, permite ao autor expor, com maior clareza e maior quantidade de tópicos, a partir de quais princípios se apresenta o restante da obra, no que concerne, obviamente, aos fatos gramaticais.

Esse entendimento origina-se da pressuposição de que a flexibilização de alguns conceitos pode refletir na forma como o livro normativo é conduzido teoricamente. A relativização de conceitos como os de norma, língua, gramática, entre outros, pode apontar o direcionamento do compêndio, no sentido de maior ou menor adesão à tradição. O fato é que, ao analisar os prefácios no item anterior, percebemos que as obras de Bechara (2015) e de Cunha e Cintra (2016) contêm elementos (marcas de discurso) que as aproximam entre si e apontam para uma adesão à tradição em menor escala, porque consta na introdução um cuidado com pressupostos de ordem linguística e histórica, isso se comparadas aos compêndios de Cegalla (2008), Almeida (2005) e Rocha Lima (2011), os quais se assemelham entre si em relação às marcas de discurso e às características adesivas, em razão da abordagem de forma sucinta dos tópicos que não recebem tratamento linguístico. Prova disso é a não menção de autores da área, como o fazem Bechara (2015) e Cunha e Cintra (2016). Agora, relativamente ao número de páginas dos compêndios, notamos que a correspondência anteriormente observada se repete, possivelmente em razão da compatibilidade entre os graus de adesão à tradição gramatical, a despeito da forma como a quantidade de páginas dos compêndios se distribui nos capítulos. Eis, a propósito, o Quadro 9:

CONTEÚDO DOS CAPÍTULOS INTRODUTÓRIOS DE FATO	
<b>NGLP</b>	Linguagem; tipos de gramática; partes da gramática; a língua portuguesa no mundo.
<b>GMLP</b>	Linguagem; tipos de gramática; partes da gramática.
<b>MGP</b>	Linguagem; Teoria gramatical; breve história da língua portuguesa; planos e níveis de linguagem; língua histórica e língua funcional; sistema, norma, fala e tipo linguístico; propriedades dos estratos de estruturação gramatical; dialeto, língua comum, língua exemplar, correção e exemplaridade; tipos de gramática; partes da gramática; Linguística do texto.
<b>GNLP</b>	Linguagem; língua e estilo; língua-comum e suas diferenciações; dialeto e língua especial; partes da gramática e conceito.
<b>NGPC</b>	Conceitos gerais (inclusive linguagem e o conceito de correto); do latim ao português atual; domínio atual da língua portuguesa.

#### Quadro 9: Conteúdo dos capítulos introdutórios de fato

Legenda: **NGLP** - Novíssima Gramática da Língua Portuguesa, de Cegalla (2008); **GMLP** - Gramática Metódica da Língua Portuguesa, de Almeida (2005); **MGP** - Moderna Gramática Portuguesa, de Bechara (2015); **GNLP** - Gramática Normativa da Língua Portuguesa, de Rocha Lima (2011); **NGPC** - Nova Gramática do Português Contemporâneo, de Cunha e Cintra (2016)

Fonte: O Autor

No Quadro 9, que dispõe sobre o conteúdo dos capítulos introdutórios, verificamos que a presença recorrente dos tópicos “linguagem”, “partes da gramática” e “tipos de gramática” demonstra uma preocupação dos livros normativos, pois, entendendo esses conceitos básicos, é possível compreender, também, o propósito do compêndio, uma vez que o comportamento e a condução de uma gramática normativa se pressupõem distintos dos de uma gramática descritiva. Além do mais, ressalte-se que, com mais páginas reservadas a explicações iniciais, pode-se abordar uma maior quantidade de tópicos, bem como esmiuçar conceitos e concepções caros à exposição/explicação/descrição da teoria gramatical. Nesse ponto, as obras de Bechara (2015) e de Cunha e Cintra (2016) também se aproximam e, de forma semelhante, há uma aproximação entre os compêndios de Cegalla (2008), Almeida (2005) e Rocha Lima (2011).

Entendendo-se que “todo limite não é mais talvez que um corte arbitrário num conjunto indefinidamente móvel” (FOUCAULT, 2013, p. 69), é possível perceber

que, apesar de os capítulos introdutórios não serem capazes de expor todos os fundamentos a partir dos quais se baseia a teoria gramatical, os preceitos inseridos o foram propositadamente, ou seja, baseados naquilo que se quer informar. Mesmo compreendendo que a força mitigadora da tradição não permite uma liberdade total de escrita do gramático, acreditamos que os capítulos introdutórios, assim como os prefácios, admitem incursões autorais que contribuem para a formação de uma mescla discursiva que é apresentada de forma introdutória.

#### **4.4.2 O núcleo duro**

Considerando as informações contidas no Quadro 8, os departamentos constituintes do núcleo duro, quais sejam fonética/fonologia, morfologia e sintaxe, estão presentes em todas as gramáticas analisadas, ainda que a divisão dos capítulos e a ordenação nem sempre seja semelhante. Dessa forma, no que tange à questão constitutiva, os departamentos da gramática normativa, em suma, preservam, com as devidas ressalvas, a divisão antiga em fonética/fonologia, morfologia e sintaxe, bem como aspectos da semântica. Não houve, pois, em relação às seções da gramática, grandes avanços classificatórios nem de divisão de área, sem embargo das modificações de concepção ao longo do tempo, à exceção do que aqui foi denominado de “núcleo misto”, lugar de maior liberdade no compêndio, permitindo a inserção de outros pontos considerados relevantes pelo autor da obra. Com efeito, Weedwood (2002) assinala que uma gramática antiga não se diferia muito de uma “moderna”, dada a preocupação com a exemplificação de categorias de natureza semântica e a catalogação de irregularidades morfológicas, por exemplo.

Ocorre que essa manutenção da estrutura e da composição do núcleo duro, ressalvadas algumas mudanças verificadas com o passar dos séculos, configura-se, no nosso entendimento, como a manutenção de um discurso, já que consideramos o elemento “organização interna” como uma marca de discurso capaz de revelar um mecanismo invisível, mas que rege os compêndios. Trata-se de mais um “eco da tradição gramatical”. Nesse sentido, comparando-se as gramáticas em questão e verificando os departamentos que a compõem, com base na regularidade da ocorrência, percebemos

que, relativamente a esse item (organização interna), todos os livros normativos analisados apresentam elementos de uma mesma formação discursiva.

### **4.4.3 O núcleo flexível**

Weedwood (2002) e Ullmann (1967) registram que os estudos antigos não se furtavam de exemplificar categorias de natureza semântica, por ser a semântica flexível o suficiente para dar conta de resolver impasses que o núcleo duro, por trabalhar na superfície da frase, não solucionava. Exemplo disso é que a sintaxe da língua, que não necessita do estudo do significado para proceder às análises dos termos da oração (pelo menos era o que se pensava), mas, não sendo suficiente para o deslinde de todas as questões oracionais, passa a outro nível analítico, menos superficial e de maior fluidez: o semântico. Aliás, segundo Schaff (1969), a semântica linguística reclama uma maior precisão da linguagem, o que se relaciona necessariamente à significação das palavras, às trocas de significado e, ainda, às razões desses câmbios. Por isso mesmo é que pensamos na semântica como uma aliada dos demais departamentos “duros” da gramática, o que não é acompanhado pelas obras analisadas, já que apenas o compêndio de Cegalla (2008) dedica uma seção ao tratamento do assunto, prova de uma dissidência entre os compêndios. Não observamos, pois, nesse quesito, nessa marca, uma regularidade capaz de apontar para uma formação discursiva que abranja todas as gramáticas igualmente.

### **4.4.4 O núcleo misto**

Em relação ao núcleo misto, no Quadro 8 é apontada a preocupação com questões estilísticas em todas as gramáticas analisadas, ainda que os títulos dos capítulos sejam diversos. Isso demonstra uma atenção às noções de versificação e de métrica, à rima, à estrofação e a outros elementos que remetem à tradição, época em que o estilo da escrita era critério de qualidade do texto literário. Isso pode ser corroborado pelo fato de as gramáticas em questão se ampararem em textos de

autores consagrados da língua portuguesa, como restou demonstrado pela análise dos prefácios das obras. Note-se, ainda, que Bechara (2015) se preocupa inclusive com a conceituação de estilística, bem como a relação entre ela e a gramática, ela e a retórica, distinguindo uma análise literária de uma estilística, o que não se notou nos demais compêndios. Pensamos, então, tratar-se de um apontamento que marca adesão à tradição milenar que rege as gramáticas normativas.

Quanto à etimologia, departamento antigo da gramática grega que, séculos depois (pós-renascimento), veio a ser substituída pela morfologia (esta com finalidade distinta daquela), apenas a gramática de Almeida (2005) a ela separa algumas laudas, o que, pelo que entendemos, é uma indicação clara de adesão à tradição pela manutenção do registro de uma área bastante antiga. Fato análogo não ocorre com a pontuação, que, mesmo sendo registrada em capítulos independentes nas obras de Almeida (2005) e de Cunha e Cintra (2016), aparece "diluída" nas demais gramáticas à medida que os assuntos de sintaxe são explanados. Constatamos, também, que a existência de um apêndice nas obras dos autores mencionados por último não funciona como marca de adesão à tradição, por se tratar de assunto suplementar mais voltado a uma escolha autoral do que ao mecanismo interno da tradição. Aplicamos esse pensamento ao capítulo no qual Cunha e Cintra (2016) versam sobre os discursos direto, indireto e indireto livre.

## 4.5 Os exercícios

Dentre as obras em análise, apenas a de Almeida (2005) e a de Cegalla (2008) contêm exercícios, pelo que supostamente aliam teoria à prática. Como esses dois compêndios aproximam-se em relação à adesão à tradição, vale investigar se as atividades funcionam como marcas discursivas que ratificam o mecanismo tradicional. Acreditamos que, sendo gramáticas normativas, a força da tradição, como um mecanismo geral e interno que rege o compêndio, pode se manifestar de forma indicial também nos exercícios e, pela compilação e análise dessas marcas, juntamente às outras já abordadas, é possível vislumbrar o contorno abstrato da tradição por meio de sua forma concretizada: a gramática. Assim, eis o Quadro 10:

GMLP	
Nomenclatura do exercício	Questionário
Tipo de questão	Interrogações diretas e comandos imperativos

**Quadro 10: Acerca dos exercícios da *Gramática Metódica da Língua Portuguesa***

Fonte: O Autor

Principiando a abordagem pela *Gramática Metódica da Língua Portuguesa*, de Napoleão Mendes de Almeida (2005), identificamos que as listas de exercícios constantes na obra são intituladas como “Questionário” e que elas figuram em quase todos os capítulos, à exceção do primeiro, que foi analisado como componente da “abertura”, não recebendo a numeração sequencial que marca os capítulos. A nomenclatura das atividades parece ser adequada ao conteúdo, já que se trata majoritariamente de dois grupos, mas mesclados: a) interrogações diretas e b) comandos imperativos em que se solicitam, no geral, a correção de termos e/ou a identificação da forma correta. Eis, em seguida, alguns exemplos do modo como estão formuladas as atividades da *Gramática Metódica*. Seleccionamos, em cada capítulo, um exemplo do Grupo 1, quando houve:

- Que é linguagem? (p. 20);
- Que é fonética? (p. 24);
- Quantas espécies há de grupos vocálicos? Quais são? (p. 29);
- Por que a palavra *cassino* deve de preferência ser escrita com dois *ss*? (p. 48);
- Quando o acento é *rizotônico*, e quando é *arizotônico*? (p. 54);
- Como pode ser a assimilação? Explicação e exemplos. (p. 67).

Agora, vejamos alguns exemplos do Grupo 2, também seleccionados um por capítulo, exceto em caso de inexistência:

- Corrija: *receioso, alheiar, afeiar, meieiro, areião, areiar, arrear, desenfreado*. (p. 24);
- Responda o mesmo quanto ao vocábulo *circuito* e explique a razão do acento. (p. 29);

- Separe silabicamente a palavra *molestar*. (p. 47);
- Dê a definição de acento. (p. 54);
- Dê uma divisão clara e precisa de *metaplasmo*. (p. 66);
- Discorra sobre o *acento grave*. (p. 78).

A partir dos exemplos relacionados, notamos que o Grupo 1 é, de fato, composto por interrogações diretas, iniciadas normalmente por pronomes ou advérbios interrogativos (marcas na forma de itens lexicais), em que se busca a reprodução completa de um conceito exposto/explicado no capítulo objeto do questionário. A forma como as perguntas foram formuladas aponta para uma necessidade de memorização de conteúdo, de modo que fiquem em voga as definições, as concepções e as terminologias próprias da teoria gramatical. Aliás, o rigor no conhecimento de todos os conceitos fica ainda mais assinalado no uso do pronome interrogativo “quanto” e suas flexões, na medida em que se faz necessária a enumeração de termos como forma de garantia de memorização. Já as atividades componentes do Grupo 2 são marcadas pelo uso de verbos no imperativo e comandos voltados à correção, à explicação, à citação, além de outros que visem à aplicação da teoria à prática, embora essa prática esteja associada às noções de correção e de erro. No geral, poucas questões permitem alguma reflexão efetiva sobre a norma.

Valendo-se de pressupostos histórico-gramaticais, mormente em comparação com o latim, o que acaba por explicar várias irregularidades da língua portuguesa, a maneira de cobrar o conteúdo gramatical marca adesão à tradição, porquanto se trata de um conjunto de enunciados bastante estáveis que visam a um fim regrado e predeterminado pela forma de um mecanismo interno e abstrato que o rege. Com efeito, Foucault (2014) ressalta, entre outras coisas, a necessidade de regularidade de enunciados para que se esteja diante de uma formação discursiva. A que aqui apresentamos, a propósito, corrobora as análises já tecidas anteriormente, as quais aproximam a obra de Almeida (2005) à de Rocha Lima (2011) e à de Cegalla (2008).

Observamos, inicialmente, que o número de atividades por capítulo é variável, ocupando normalmente uma ou duas laudas, havendo apenas uma ocorrência excepcional no capítulo 40, quando se utilizam três laudas. Note-se, também, uma discrepância na divisão da quantidade de questões pertencentes ao Grupo 1

se comparadas às que foram enquadradas no Grupo 2. Não obstante a presença de questões cujos comandos aparecem no imperativo, a maioria das atividades componentes do “Questionário” de Almeida (2005) integra o Grupo 1 (interrogações diretas). Na verdade, dos 67 capítulos da *Gramática Metódica*, há, em 54 deles, uma composição em que mais de 50% das questões ocorrem no modelo do Grupo 1, o que demonstra uma regularidade de concepção de como deve ser a prática da teoria exposta/explicada previamente. Essa regularidade é o que buscamos nesta análise, pois ela aponta para um padrão que integra o mecanismo da tradição. Por outro lado, enquanto 4 capítulos têm todas as questões no modelo Grupo 1, há 5 capítulos com atividades no modelo do Grupo 2.

Passando à *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa*, de Cegalla (2008), procedemos de forma análoga à investigação das atividades constantes na *Gramática Metódica da Língua Portuguesa*, de Almeida (2005). Vide o Quadro 11:

NGLP	
<b>Nomenclatura do exercício</b>	Exercícios
<b>Tipo de questão</b>	Interrogações diretas e comandos imperativos

**Quadro 11: Acerca dos exercícios da *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa***

Fonte: O Autor

Na *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa*, de Domingos Paschoal Cegalla (2008), a prática da teoria exposta/explicada é seguida de “Exercícios”, os quais são listados ao fim de cada capítulo ou entremeando os tópicos. Há, em cada capítulo, pelo menos uma “Lista” (termo utilizado pelo autor), à exceção da introdução (3 laudas). Eis, pois, um rol exemplificativo das questões que podem ser enquadradas no modelo do Grupo 1:

- Responda: Na palavra *ódio*, o ditongo é crescente porque a semivogal vem antes da vogal base. Por que na palavra *boi* o ditongo é decrescente? (p. 32);
- Qual é o fonema que, necessariamente, aparece na formação das sílabas em português? (p. 41);

- Quem pronuncia *inflingir* em vez de *infligir*, que tipo de erro comete? (p. 48);
- Por que se acentua o verbo *pôr* e não se acentua *compôr*? (p. 78);
- Que nova significação as expressões destacadas assumem, se ligarmos, em outras frases, os seus componentes com hífen? [...]. (p. 85);
- Qual é o tipo de desinência do elemento em destaque do verbo *esperávamos*? (p. 95).

Agora, questões que se encaixam no modelo do Grupo 2:

- Classifique os encontros vocálicos abaixo, indicando se são orais ou nasais [...]. (p. 33);
- Separe corretamente as sílabas destes vocábulos [...]. (p. 41);
- Faça a correta distinção de pronúncias e de significados das palavras [...]. (p. 49);
- Escreva as palavras, completando com *h* inicial quando for o caso [...]. (p. 66);
- Use o acento diferencial quando necessário [...]. (p. 79);
- Explique o emprego do hífen nas seguintes frases [...]. (p. 85).

Como o registro dos exemplos dos Grupos 1 e 2 se dá no quantitativo de um para cada capítulo da gramática de Cegalla (2008), já percebemos, a princípio, que, comparadas as relações, o segundo grupo é mais abundante que o primeiro. Isso se dá em razão de a maior quantidade de questões cujos comandos gerais são imperativos estar no Grupo 2. A despeito da existência (em menor quantidade) de exercícios interrogativos, iniciados normalmente por pronomes interrogativos, o que identificamos é que o efeito dessas questões é semelhante ao que pode ser observado nas questões de comandos imperativos. Aliás, nos itens componentes do Grupo 1, poderíamos facilmente substituir a interrogativa pelo comando imperativo, sem que, para isso, houvesse mudança no direcionamento da cobrança do conteúdo. Ao que parece, isso é possível porque tanto as questões que compõem o Grupo 1 quanto as que integram o Grupo 2 têm análoga finalidade: identificar, classificar e corrigir termos, sentenças e usos.

Assim como os exercícios do compêndio de Almeida (2005), os existentes na obra de Cegalla (2008) também demandam memorização; do contrário, a identificação, a classificação e a correção dos usos restariam prejudicadas. No entanto, no livro deste último gramático, a fixação em relação aos conceitos não parece ocorrer

de modo semelhante àquele, se bem que seja necessário, de certa forma, o domínio conceitual para dar conta dos comandos imperativos que principiam a maioria das questões. Dessa forma, o que ocorre na *Novíssima Gramática* é o inverso do que ocorre na *Gramática Metódica*: enquanto nesta os questionários conceituais e a fixação terminológica são preponderantes, naquela os comandos imperativos prevalecem, ainda que o acesso mnemônico aos conceitos apreendidos seja também necessário à resolução desse tipo de questão. O que se entende é que, por meios parcialmente distintos, os exercícios de ambas as gramáticas têm idêntica finalidade: treinar, propiciar, mecanizar o indivíduo “interessado” pelo estudo da norma, de modo que fique retido o conhecimento terminológico e classificatório que vise à chegada ao padrão que representa a correção e a “retidão da língua”. Nesse ponto, observemos a recorrência de termos como “correto” e derivados funcionado como modificadores dos verbos componentes das sentenças dos exercícios.

Nessa linha de pensamento e pela própria forma como as questões são delineadas, pela composição frasal (uso do advérbio “corretamente”, por exemplo) e pelo direcionamento proposto pelos verbos que integram os comandos, depreendemos uma regularidade nos enunciados nos exercícios constantes na obra de Cegalla (2008). Ainda que tenhamos, na medida do possível, evitado a repetição dos comandos cujos verbos iniciais já tivessem encabeçado exemplos anteriores, a recorrência de determinados itens aponta para a existência de um mecanismo regente, aqui chamado de tradição gramatical. Nesse sentido, o discurso emanado por um “engenho” abstrato e interno, refletido e concretizado nos exercícios da *Novíssima Gramática*, ao que parece, pertence ao mesmo grau de formação discursiva em que se encaixa o discurso que resvala das questões contidas no compêndio de Almeida (2005), tecidas essas considerações tendo como base o conceito de formação discursiva desenvolvido em *A Arqueologia do Saber*, de Foucault (2014).

Ressaltamos, inicialmente, a preponderância de questões componentes do Grupo 2 em relação ao Grupo 1 (o que se verifica nas percentagens), em razão da forma de composição das questões, apesar de, como foi dito anteriormente, a finalidade dos exercícios da obra de Cegalla (2008) ser bastante análoga à das atividades do compêndio de Almeida (2005). Importante mencionarmos, também, que, dos 49 capítulos nos quais se divide a *Novíssima Gramática*, em 32 deles não há

questões do modelo do Grupo 1. Note-se que, do capítulo 27 ao 48, em um conjunto de 22 que compõe a parte reservada à sintaxe, ocorrem 18 ausências totais de atividade do Grupo 1, referente aos exercícios em forma de interrogações diretas. Entendemos que um comando mais determinativo e menos velado é próprio dos capítulos de sintaxe, já que tal departamento gramatical é o mais avesso a incursões inovadoras, estando historicamente inserida em uma conjuntura classificatória, conforme assevera Weedwood (2002). No mais, quantificados os tipos de questões, fica o registro final de que, a despeito do modelo de atividade, a finalidade dos exercícios é resumida no mecanismo identificar-classificar-corriger, o que, segundo Neves (2005), faz parte do processo de instituição da disciplina gramatical, quando os fatos foram isolados, expostos e classificados, sendo o resultado de um contexto anterior ao nascimento da gramática.

# CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

Submeter os pilares da tradição gramatical, cuja concretização se dá pela gramática normativa, a pressupostos discursivos sem desconsiderar as condições de emergência do pensamento tradicional é um trajeto que seguimos com bastante cautela, especialmente por este se tratar de um estudo que tenciona erigir um novo ponto de vista acerca de um tema que tem recebido diversas abordagens ao longo do tempo.

Essa pretensão, a propósito, foi desenvolvida a partir do entendimento de que a tradição, como “entidade” histórica, abstrata e situada em um fluxo de tempo não interruptível é difícil de ser “mapeada”, porque ela deixa marcas sensíveis, cuja investigação não consegue, a nosso ver, firmar uma exatidão, em razão de existirem elementos outros que, mesmo de forma mitigada, influenciam secundariamente na saliência da marca, como é o caso da intencionalidade do autor da gramática. Dizemos se tratar de influência secundária, pois acreditamos que a tradição “amarra” o discurso contido no compêndio de normas, sob pena de que, havendo alguma inconsonância, a obra fique descaracterizada no sentido de não ser normativa, mas descritiva, reflexiva, de usos, etc. Isso ocorre, a nosso ver, porque a tradição parece ter em si mesma as respostas para o funcionamento do mecanismo que rege os compêndios (discurso constituinte), sendo ela, na verdade, o próprio mecanismo que dirige os discursos que se encontram nas gramáticas normativas.

Em outras palavras, vemos a tradição como um discurso constituinte, na esteira de Maingueneau (2008b) em relação à literatura, à filosofia e à religião. De modo análogo a estas, a tradição reconhece apenas a própria autoridade, e não a decorrente de outros discursos. A força que emana do pensamento tradicional acaba por se refletir na materialização de uma abstração milenar. Dessa forma, a gramática espelha a tradição por meio da norma, sendo esta a consideração da necessidade de firmar uma língua acima das outras, apagando as não regidas por regras explícitas e escritas ou que não gozem de prestígio. Sabemos que todas as línguas são peculiarmente complexas e que dispõem de formas de funcionamento interno. Ocorre que, não sendo padronizadas,

---

essas formas estão sujeitas ao apagamento, sendo suplantadas pela estaticidade resultante da coerção própria de uma gênese marcada por guerras, pela delimitação do *status* social e pela dominação entre povos, além da submissão entre classes.

Ora, se o pensamento era (e é) registrado pela escrita, inteligível fica a necessidade da assimilação do padrão como forma de aquisição do conhecimento. E quem conhece domina. E quem domina adquire elevado *status* social a ser mantido a qualquer custo. Obviamente, a escrita receberia um lugar cativo na história, senão uma superioridade suposta. Suposta porque ocupa um lugar na sociedade que outrora era ocupado pela oralidade, antes da invenção da escrita. E se a oralidade, marca de um passado, não goza de elevado prestígio, por que o contrário ocorre com a tradição? Porque está registrada, concretizada, pensamos. Eis que a escrita alça um posto relevante na história, e a manutenção se dá pela norma, garantia da não mutabilidade de um padrão preestabelecido que, se existente, justifica a noção de erro. Afinal, é fática a interdependência entre o erro e o seu contrário, o acerto. Inexistindo um preceito imperativo definidor do acerto, a figura do erro desmorona. Por isso, pensamos que a gramática como um monumento histórico, uma representação do passado cujas regras permanecem, reproduzindo uma época distinta da atual.

Nesse sentido, partindo do conceito de marcas de discurso, desenvolvido por Maingueneau (2005), segundo o qual o funcionamento discursivo deixa indícios que podem ser analisados, investigamos a regularidade dessas marcas nos enunciados de modo a compreender a que ordem discursiva pertencem. E fizemos isso por entender que, mesmo se aproximando na formação discursiva do pensamento tradicional, nem sempre as gramáticas partilham a mesma ordem do discurso, porque, com base em Foucault (2014), é preciso perceber regularidade na ocorrência entre os objetos, os enunciados, os conceitos e as escolhas temáticas para que se tenha uma formação discursiva. Com base no método arqueológico de Foucault (2014), passamos a considerar a gramática como um discurso-objeto a ser descrito sistematicamente, a fim de que pudéssemos definir o tipo e as regras que atravessam as obras em sua individualidade, na tentativa de entender a quais padrões a gramática, como a prática concreta do discurso da tradição, obedece.

A partir da análise dos títulos, percebemos, por meio dos itens lexicais deles componentes, bem como dos atributivos, que os compêndios apontam para um

normativismo baseado no padrão lusitano de língua, em desconsideração, no geral, das peculiaridades do português brasileiro, alçando a gramática como instrumento de controle, seleção e organização da língua (escrita, principalmente). Nesse ponto, observamos uma regularidade no objeto (língua escrita, via de regra), nos enunciados (os próprios títulos, por exemplo), nos conceitos (com as devidas ressalvas) e nas escolhas temáticas (pensamento tradicional). Chegamos, então, à ilação preliminar de que, pela observação e análise dos títulos, considerados estes como um conjunto de marcas de discurso, os compêndios partilham de uma mesma formação discursiva e se aproximam na ordem do discurso. O que consideramos “proximidade” diz respeito à existência de marcas que, apesar de apontarem para uma idêntica finalidade, tomam caminhos discursivos distintos. Não vimos, nesse ponto específico, uma regularidade capaz de enquadrar as marcas encontradas nos títulos na mesma ordem discursiva, mas sim na mesma formação.

Quanto aos prefácios, verificamos pelas marcas genuínas da tradição que o compêndio de Cegalla (2008), o de Almeida (2005) e o de Rocha Lima compõem uma mesma formação discursiva, visto que a regularidade existente entre os elementos investigados (alguns de idêntica ocorrência, inclusive) aponta para uma forte adesão à tradição gramatical, o que foi percebido nos discursos prefaciais. Mesmo que entendamos o prefácio como um lugar híbrido, que comporta certa liberdade autoral, as marcas discursivas evidenciam que tal liberdade é mitigada, porque o mecanismo abstrato da tradição dirige o que é dito, o que é exposto nos enunciados. Isso restou comprovado quando analisamos as marcas normativas, as quais de fato aludem à gramática como materialização da tradição. Ainda, as marcas secundárias reforçam a aproximação entre esses três compêndios pela recorrência de noções normativas.

No entanto, a obra de Bechara (2015) e a de Cunha e Cintra (2016) compõem uma formação discursiva relativa à tradição, mas de forma afastada das três anteriormente citadas, pois se verifica uma ordem discursiva diversa. Pensamos isso porque tratamos a ordem do discurso na concepção de Foucault (2013), ou seja, como a forma a partir da qual o discurso exerce a função de validar as regras de poder, de controle e de limitação nos diferentes grupos sociais e períodos históricos. Então, o que entendemos é que, sim, as cinco obras analisadas partilham de uma mesma formação discursiva, mas com graus diversos de proximidade e afastamento entre elas. Além do mais, as

marcas discursivas assinalam uma ordem discursiva por vezes diversa porque, tendo uma finalidade análoga na formação, os compêndios atingem-na cada qual de um modo, por meio de marcas distintas, diferentes enunciados alusivos, etc.

A organização interna das gramáticas, outro item analisado, aponta para uma idêntica formação discursiva, na medida em que todos os compêndios apresentam uma estrutura interior equivalente (falamos aqui do “núcleo duro”), isto é, neles figuram os três departamentos clássicos da gramática, quais sejam a fonética/fonologia, a morfologia e a sintaxe, a despeito de um núcleo fluido que permite a inserção de outros assuntos, nem todos da competência formal da gramática. A ordem do discurso parece semelhante, já que o caminho pelo qual a formação se delinea é idêntico. Apesar das modificações sensíveis ocorridas em relação às concepções dos departamentos clássicos (alguns mudaram a nomenclatura; outros, o interesse precípua de investigação), a essência, a nosso ver, foi mantida, sendo parcialmente equivalente às seções da gramática grega.

Relativamente aos exercícios, dos compêndios analisados, apenas os de Cegalla (2008) e de Almeida (2005) os contêm. O que percebemos na investigação foi na linha do que já vinha sendo provado em relação aos demais itens: essas duas gramáticas se aproximam na formação discursiva e na ordem discursiva. Enquanto, na *Novíssima Gramática*, predominam os comandos imperativos que se apresentam de forma mecânica, com pouca possibilidade de reflexão em relação ao conteúdo exposto/explicado e com foco geral no identificar-classificar-corriger sentenças, termos e usos, na *Gramática Metódica*, predominam as interrogações diretas que visam à fixação de conceitos e à memorização, também como pouco espaço reflexivo. Apesar de aderirem a caminhos sensivelmente diferentes, acreditamos que os exercícios compartilham da mesma finalidade normativa.

À vista disso, deixamos o registro final de que as cinco gramáticas analisadas pertencem à idêntica formação discursiva (em graus de proximidade e afastamento distintos), mas nem sempre partilham da mesma ordem discursiva, já que o discurso de controle segue caminhos diversos. Dessa forma, fica marcada a possibilidade de que, futuramente, outros desdobramentos analíticos ocorram.

# REFERÊNCIAS

---

AFONSO-GOLDFARB, Ana Maria. **O que é história da ciência**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. **Gramática metódica da língua portuguesa**. 45. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

ANTUNES, Irandé. **Análise de textos**: fundamentos e práticas. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

ANTUNES, Irandé. **Lutar com as palavras**: coesão e coerência. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

AZEREDO, José Carlos de. **Fundamentos de gramática do português**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

AZEREDO, José Carlos de. **Iniciação à sintaxe do português**. 11. reimpressão. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

AZEREDO, José Carlos de. **Gramática Houaiss da língua portuguesa**. São Paulo: Publifolha, 2013.

BAGNO, Marcos. **Dramática da língua portuguesa**: tradição gramatical, mídia & exclusão social. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

BAGNO, Marcos. **Nada na língua é por acaso**: por uma pedagogia da variação lingüística. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico**: o que é, como se faz. 55. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

BARONAS, Roberto Leiser. Formação discursiva em Pêcheux e Foucault: uma estranha paternidade. In: SARGENTINI, Vanice Maria Oliveira; NAVARRO- BARBOSA, Pedro (org.). **Foucault e os domínios da linguagem**: discurso, poder e subjetividade. São Paulo: Claraluz, 2004.

BASSETO, Bruno Fregni. **Elementos de filologia românica**: volume I: história externa das línguas românicas. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010a.

BASSETO, Bruno Fregni. **Elementos de filologia românica**: volume II: história interna das línguas românicas. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010b.

BASSO, Renato Miguel; GONÇALVES, Rodrigo Tadeu. **História concisa da língua portuguesa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BECHARA, Evanildo. A correção idiomática e o conceito de exemplaridade. *In*: AZEREDO, José Carlos de (org.). **Língua portuguesa em debate**: conhecimento e ensino. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

BECHARA, Evanildo. **Ensino da gramática**: Opressão? Liberdade?. 12. ed. São Paulo: Ática, 2006.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática da língua portuguesa**. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática da língua portuguesa**. 38. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. O português brasileiro e o português europeu: identidade e contrastes. **Revue belge de philologie et d'histoire**, tome 79, fasc. 3, p. 963-975, 2001. DOI: <https://doi.org/10.3406/rbph.2001.4556>. Disponível em: [http://www.persee.fr/doc/rbph\\_0035-0818\\_2001\\_num\\_79\\_3\\_4556](http://www.persee.fr/doc/rbph_0035-0818_2001_num_79_3_4556). Acesso em: 02 ago. 2017.

BIROLI, Flávia. História, discurso e poder em Michel Foucault. *In*: RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo (org.). **Figuras de Foucault**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

BÍZIKOVÁ, Lucia. **Importância das línguas tupis para o português brasileiro** [online]. Brno, 2009 [cit. 2016-07-29]. Bachelor's thesis. Masaryk University, Faculty of Arts. Thesis supervisor Iva Svobodová. Disponível em: [http://is.muni.cz/th/180915/ff\\_b/](http://is.muni.cz/th/180915/ff_b/). Acesso: 02 ago. 2017.

BONVINI, Emilio. Línguas africanas e português falado no Brasil. *In*: FIORIN, José Luiz; PETTER, Margarida (org.). **África no Brasil**: a formação da língua portuguesa. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

BORGES NETO, José. Gramática tradicional e linguística contemporânea: continuidade ou ruptura? **Todas as Letras**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 87-98, 2012. Disponível em: <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/tl/article/view/4549>. Acesso em: 08 jun. 2015.

- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Nós cheguem na escola, e agora?: sociolinguística & educação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- BOULANGER, Jean-Claude. Alguns componentes lingüísticos no ensino da terminologia. **Ciência da Informação**, v. 24, n. 3, s/p, 1995. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/570>. Acesso em: 17 jan. 2018.
- BRITTO, Luiz Percival Leme. **A sombra do caos: ensino de língua x tradição gramatical**. 1997. 262 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Programa de Pós-Graduação em Linguística, Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997. DOI: <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP1997.115066>. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1584600>. Acesso em: 25 jun. 2015.
- BRITTO, Luiz Percival Leme. **A sombra do caos: ensino de língua x tradição gramatical**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 1997.
- CALVET, Louis-Jean. **Tradição oral & tradição escrita**. Tradução de Waldemar Ferreira Netto e Maressa de Freitas Vieira. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.
- CAMACHO, Roberto Gomes. Norma culta e variedades linguísticas. **Cadernos de Formação: Língua Portuguesa**, p. 47-60, 2004. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/174227/mod\\_resource/content/1/01d17to3.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/174227/mod_resource/content/1/01d17to3.pdf). Acesso em: 10 fev. 2017.
- CÂMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. **Dicionário de filologia e gramática**. 5. ed. São Paulo: Jozon Editor, 1974.
- CÂMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. **Estrutura da língua portuguesa**. 47. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.
- CÂMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. **História da linguística**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- CARDOSO, Wilson; CUNHA, Celso. **Estilística e gramática histórica**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978.
- CASTILHO, Ataliba Teixeira de. **Nova Gramática do Português Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

CAVALIERE, Ricardo. Gramaticografia da língua portuguesa no Brasil: tradição e inovação. **Limite**, n. 6, p. 217-236, 2012. Disponível em: <http://www.revistalimite.es/volumen%206/11cava.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2015.

CEGALLA, Domingos Paschoal. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. 43. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2000.

CEGALLA, Domingos Paschoal. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. Coordenação da tradução de Fabiana Komesu. **Dicionário de análise do discurso**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

COMPAGNON, Antoine. **O trabalho da citação**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.

COUTINHO, Ismael de Lima. **Pontos de gramática histórica**. 6. ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1974.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luís Felipe Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexicon, 2008.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luís Felipe Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 7. ed. Rio de Janeiro: Lexicon, 2016.

DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault**: uma trajetória filosófica: (para além do estruturalismo e da hermêutica). Tradução de Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

DUBOIS, Jean *et al.* **Dicionário de linguística**. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 2014.

FARIA, Ernesto. **Fonética histórica do latim**. 2. ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1970.

FARIAS, Washington Silva de. As gramáticas do linguistas no Brasil: efeitos de sentido polêmicos sobre a língua a re-conhecer. **Linguagem em Discurso - LemD**, Tubarão, SC, v. 14, n. 1, p. 105-122, jan./abr. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1518-76322014000100007>. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ld/v14n1/07.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2017.

FERNANDES, Francisco; LUFT, Celso Pedro; GUIMARÃES, F. Marques. **Dicionário brasileiro Globo**. 53. ed. São Paulo: Globo, 2000.

- FERREIRA NETTO, Waldemar. Aspectos da influência do adstrato tupi no léxico do português do Brasil. **Linha D'Água**, n. 8, p. 23-30, jul. 1993. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/37136>. Acesso em: 02 ago. 2017.
- FISCHER, Steven Roger. **Uma breve história da linguagem**: introdução à origem das línguas. Tradução de Flávia Coimbra. Osasco, SP: Novo Século Editora, 2009.
- FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. Tradução de Salma Tannus Muchail. 9. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 23. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.
- FOUCAULT, Michel. **História da loucura na idade clássica**. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- FOUCAULT, Michel. **O nascimento da clínica**. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- FRANCHI, Carlos. **Mas o que é mesmo “gramática”?** São Paulo: Parábola Editorial, 2006.
- GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). **Métodos de pesquisa**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derado05.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2015.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Editora Atlas, 1999.
- GREGOLIN, Maria do Rosário. Foucault e a teoria do discurso. In: SARGENTI, Vanice; NAVARRO-BARBOSA, Pedro (org.). **M. Foucault e os domínios da linguagem**: discurso, poder, subjetividade. São Carlos: Claraluz, 2004.
- GREGOLIN, Maria do Rosário. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso**: diálogos & duelos. 2. ed. São Carlos: Editora Claraluz, 2006.

HAUY, Amini Boainain. Notações histórico-teóricas. *In*: SPINA, Segismundo (org.).

**História da língua portuguesa.** Cotia (SP): Ateliê Editorial, 2008.

HEIDMANN, Ute. Comparatismo e análise de discursos: a comparação diferencial como método. *In*: RODRIGUES, Maria das Graças Soares; NETO, João Gomes da Silva; PASSEGI, Luis (org.). **Análises textuais e discursivas:** metodologia e aplicações. São Paulo: Cortez, 2010.

ILARI, Rodolfo. Por que (não) ensinar gramática na escola. **Educação & Sociedade**, ano XVIII, n. 60, p. 173-182, dez. 1997. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73301997000300011>. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v18n60/v18n60a10.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2017.

INFANTE, Ulisses. **Curso de gramática aplicada aos textos.** 6. ed. São Paulo: Scipione, 2001.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **A inter-ação pela linguagem.** 11. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

LABOV, William. **Padrões sociolinguísticos.** Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre e Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LANGACKER, Ronald. **A linguagem e sua estrutura.** 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1980.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber:** manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Tradução de Heloísa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEITE, Marli Quadros. Tradição, invenção e inovação em gramáticas da língua portuguesa - séculos XX e XXI. *In*: NEVES, Maria Helena de Moura; CASSEB- GALVÃO, Vânia Cristina (org.). **Gramáticas contemporâneas do português:** com a palavra, os autores. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

LUCCHESI, Dante. Africanos, crioulos e a língua portuguesa. *In*: LIMA, Ivana Stolze; CARMO, Laura do (org.). **História social da língua nacional.** Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2008.

- LUCCHESI, Dante. Parâmetros sociolingüísticos do português brasileiro. **Revista da ABRALIN**, v. 5, n. 1/2, p. 83-112, dez. 2006. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/941>. Acesso em: 19 abr. 2022.
- LUDWIG, Antonio Carlos Will. **Fundamentos e prática de metodologia científica**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- LUFT, Celso Pedro. **Língua e liberdade**: por uma nova concepção da língua materna. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Ática, 1993.
- LYONS, John. **Introdução à lingüística teórica**. Tradução de Rosa Virgínia Mattos e Silva e Hélio Pimentel. Revisão e supervisão de Isaac Nicolau Salum. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979.
- LYONS, John. **Lingua(gem) e lingüística**: uma introdução. Rio de Janeiro: LTC, 2011.
- MAINGUENEAU, Dominique. Análise do discurso: uma entrevista com Dominique Maingueneau. **Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL**, v. 4, n. 6, mar. 2006. Tradução de Gabriel de Ávila Othero. Disponível em: [http://www.revel.inf.br/files/entrevistas/revel\\_6\\_entrevista\\_maingueneau\\_port.pdf](http://www.revel.inf.br/files/entrevistas/revel_6_entrevista_maingueneau_port.pdf). Acesso em: 24 jan. 2018.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- MAINGUENEAU, Dominique. Arqueologia e Análise do Discurso. Tradução de Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva. In: POSSENTI, Sírio; SOUZA-E-SILVA, Maria Cecília Pérez de (org.). **Cenas da enunciação**. 2. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2008a.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso e análise do discurso**. Tradução de Sírio Possenti. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos discursos**. Tradução de Sírio Possenti. Curitiba: Criar, 2005.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. 3. ed. Tradução de Freda Indursky. Campinas (SP): Pontes, 1997.
- MAINGUENEAU, Dominique. Os discursos constituintes. Tradução de Nelson Barros da Costa. In: POSSENTI, Sírio; SOUZA-E-SILVA, Maria Cecília Pérez de (org.). **Cenas da enunciação**. 2. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2008b.

MAINGUENEAU, Dominique. **Termos-chave da análise do discurso**. Tradução de Márcio Venício Barbosa e Maria Emília Amarante Torres Lima. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

MARIANTE, Maria Malvina Pereira. **A ordem da língua**: um estudo sobre gramática e ensino da língua. 2008. 135 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/15344/000672564.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2015.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Oralidade e escrita. **Signótica**, n. 9, p. 119-145, jan./dez. 1997. DOI: <https://doi.org/10.5216/sig.v9i1.7396>. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/index.php/sig/article/view/7396>. Acesso em: 19 abr. 2022.

MARTELLOTTA, Mário Eduardo. Conceitos de gramática. *In*: MARTELLOTTA, Mário Eduardo (org.). **Manual de linguística**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

MATTOS, Geraldo. **Filologia românica**. Curitiba: IESDE, 2010.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Tradição gramatical e gramática tradicional**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

MOREIRA, Edelvira Aída da Silva. **A subordinação no português brasileiro**: da tradição gramatical à visão lingüística. 2007. 213 f. Tese (Doutorado em Letras) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/1855>. Acesso em: 23 jun. 2015.

MORESI, Eduardo (org.). **Metodologia da pesquisa**. Universidade Católica de Brasília. Pró-Reitoria de Pós-Graduação. Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Gestão do Conhecimento e Tecnologia da Informação. Brasília, 2003. Disponível em: <http://www.inf.ufes.br/~pdcosta/ensino/2010-2-metodologia-de-pesquisa/MetodologiaPesquisa-Moresi2003.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2015.

MUSSALIM, Fernanda. **História das ideias linguísticas**. Curitiba: IESDE, 2008.

NEVES, Maria Helena de Moura; CASSEB-GALVÃO, Vânia Cristina. Apresentação. *In*: NEVES, Maria Helena de Moura; CASSEB-GALVÃO, Vânia Cristina; LEITE, Marli Quadros; SAVIOLI, Francisco Roberto Platão (org.). **Gramáticas contemporâneas do português**: com a palavra, os autores. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

- NEVES, Maria Helena de Moura. **A vertente grega da gramática tradicional**: uma visão do pensamento grego sobre a linguagem. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: UNESP, 2005.
- NEVES, Maria Helena de Moura. **A gramática passada a limpo**: conceitos, análises e parâmetros. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.
- NUNES, José Joaquim. **Compêndio de gramática histórica do português**: fonética e morfologia. 7. ed. Lisboa: Livraria Editora Clássica, 1969.
- OLIVEIRA, Thiago Soares de. **As contribuições da linguística e da sociolinguística para a avaliação em língua portuguesa**: uma análise da provas do ENEM. 2015. 94 f. Dissertação (Mestrado em Cognição e Linguagem) - Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem, Centro de Ciências do Homem, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2015a.
- OLIVEIRA, Thiago Soares de. Língua e prática social: o posicionamento prefacial de Napoleão Mendes de Almeida. **Textos e Debates**, Boa Vista, n. 29, p. 27-41, jan./jun. 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.18227/2217-1448ted.v1i29.3019>. Disponível em: <https://revista.ufrr.br/textosedebates/article/view/3019>. Acesso em: 04 ago. 2017.
- OLIVEIRA, Thiago Soares de. O prefácio de Cegalla: análise sob as perspectivas sociolinguísticas e o conceito de ethos da Análise do Discurso Francesa. **Vértices (Campos dos Goitacazes)**, Campos dos Goytacazes/RJ, v. 16, n. 1, p. 157-171, jan./abr. 2014. DOI: <https://doi.org/10.5935/1809-2667.20140011>. Disponível em: <http://www.essentiaeditora.iff.edu.br/index.php/vertices/article/viewFile/1809-2667.20140011/3050>. Acesso em: 19 abr. 2022.
- OLIVEIRA, Thiago Soares de. O discurso normativo e o sociolinguístico: uma reflexão sobre convergências e divergências teóricas. **Escrita - Revista do Curso de Letras da UNIABEU**, Nilópolis, v. 6, n. 3, p. 290-303, set./dez. 2015b. Disponível em: [https://revista.uniabeu.edu.br/index.php/RE/article/viewFile/2045/pdf\\_445](https://revista.uniabeu.edu.br/index.php/RE/article/viewFile/2045/pdf_445). Acesso em: 19 abr. 2022.
- ORLANDI, Eni Puccineli. **Análise de discurso**: Princípios e Procedimentos. 1. ed. Campinas: Pontes Editores, 2013.
- PERINI, Mário Alberto. **Gramática descritiva do português brasileiro**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.
- POSSENTI, Sírio. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. Campinas, SP: Mercado das Letras - Associação de Leitura do Brasil, 1996.

- REVEL, Judith. **Foucault: conceitos essenciais**. Tradução de Maria do Rosário Cragolin, Carlos Piovezani Filho e Nilton Milanez. São Carlos: Claraluz, 2005.
- RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Editora Atlas, 1999.
- ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 49. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.
- RODRIGUES, Raymundo Nina. **Os africanos no Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.
- SAID ALI, Manoel. **Gramática secundária da língua portuguêsã**. 7. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1966.
- SANTOS, Leonor Werneck; RICHE, Rosa Cuba; TEIXEIRA, Claudia Souza. **Análise e produção de textos**. São Paulo: Contexto, 2012.
- SARGENTINI, Vanice Maria Oliveira. Foucault, o discurso e a História. *In*: SARGENTINI, Vanice Maria Oliveira; NAVARRO-BARBOSA, Pedro (org.). **Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder e subjetividade**. São Paulo: Claraluz, 2004.
- SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Lingüística Geral**. São Paulo: Editora Cultrix, 1995.
- SCHAFF, Adam. **Introducción a la semántica**. Traducción de Florentino M. Torner. Ciudad de México: Fundo de Cultura Económica, 1969.
- SCHERRE, Maria Marta Pereira. **Doa-se lindos filhotes de poodle: variação linguística, mídia e preconceito**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- SILVA, Amós Coelho da. **Os gramáticos romanos e a herança grega**. 1992. 142f. Tese (Doutorado em Letras Clássicas) – Faculdade de Letras, Departamento de Letras Clássicas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.
- SILVA NETO, Serafim da. **História do latim vulgar**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1957.
- TEYSSIER, Paul. **História da língua portuguesa**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. **Metodologia da pesquisa**. 2. ed. Curitiba: IESDE Brasil S/A, 2010.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática: ensino plural**. São Paulo: Cortez, 2003.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática e interação**: uma proposta para o ensino de gramática. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

ULLMANN, Stephen. **Semántica**: introducción a la ciencia del significado. 2. ed. Madrid (España): Aguilar, 1967.

VASCONCELOS, Carolina Michaëlis. **Lições de filologia portuguesa**. Lisboa: Revista de Portugal, 1912.

WEEDWOOD, Barbara. **História concisa da lingüística**. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

WILLIAMS, Edwin. **Do Latim ao Português**: fonologia e morfologia históricas da língua portuguesa. 4. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1986.



## **Sobre o autor**

---

Doutor em Cognição e Linguagem pela Universidade Estadual do Norte Fluminense, com estágio de pós-doutoramento pela Universidade da Beira Interior. Professor da Licenciatura em Letras (Português e Literaturas) do Instituto Federal Fluminense, bem como do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional. Pesquisador vinculado ao Núcleo de Estudos Culturais, Estéticos e de Linguagens (NECEL), com ênfase nas seguintes áreas: Linguística Histórica, História da Língua Portuguesa e Metodologia de Pesquisa.



**Essentia**  
E D I T O R A  
I F F L U M I N E N S E

**Tipologia** MuseoModerno Bold (títulos)  
Alegreya Sans (texto)

**Formato** 17 X 24 cm

Este livro discorre, a partir de um olhar discursivo, linguístico e histórico acerca da tradição gramatical em compêndios de normas. Para isso, foram identificadas e classificadas as principais marcas de discurso no conteúdo das obras analisadas, foram descritas determinadas características discursivas e, ao fim, foram verificadas como tais marcas demonstram maior ou menor adesão das gramáticas aos ditames da tradição. A hipótese é a de que a formação discursiva em que se insere o discurso constante na obra de um gramático é o reflexo de uma série de regularidades que podem ser sistematizadas e categorizadas, revelando que, nem sempre, obras que partilham do mesmo objeto de estudo, como é o caso das gramáticas normativas, pertencem à mesma ordem discursiva.